

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

do Arquivo e a biografia de quem o assinava. A partir dessa investigação, constatou que o texto intitulado *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796*, de Manuel Cardoso de Abreu, oficial maior da Secretaria da Capitania de São Paulo, compunha-se da quase totalidade da obra de Frei Gaspar e também de partes de obras de Pedro Taques, sem que houvesse qualquer referência a essas fontes.

Taunay levantou a questão da autenticidade dessa obra, amparado nas noções de autoria e propriedade intelectual. Assim, a *Memória Histórica* foi julgada como um caso de plágio, sem que, contudo, houvesse uma discussão em torno da motivação e finalidade dessa apropriação textual, da relação desse texto com as suas fontes e das práticas de escrita e de cópia à época.

Classificar a *Memória Histórica* simplesmente como plágio é deixar de perceber qual foi o processo de cópia e de intervenção de Manuel Cardoso de Abreu sobre suas fontes. O confronto dos textos permite dizer que existe uma reprodução integral de muitos trechos e parágrafos, mas o manuscrito não se configura como uma cópia literal e integral, uma vez que Manuel Cardoso muitas vezes adaptou e modificou os textos que lhe serviram de modelo para a construção de sua *Memória*, operando, para tanto, uma série de alterações, que deram origem a um novo texto. Isso revela que o aproveitamento dos textos-fonte não foi feito sempre por um mero decalque, mas que a intervenção foi muitas vezes voluntária e acabou por deixar a sua marca no texto.

Desta forma, fundamentando-se nos princípios teóricos e metodológicos da Crítica de Fontes, da Filologia e da Crítica Textual, este trabalho parte da pesquisa, exame e colação das fontes da *Memória Histórica*, com o objetivo de estabelecer a categorização dos mecanismos de filtragem de tais fontes, de modo que seja possível identificar quais as modificações, voluntárias e involuntárias, operadas por Manuel Cardoso de Abreu no processo de elaboração de seu texto.

A etapa inicial foi determinar, localizar, obter e explorar os textos-base. A localização teve como guia as informações fornecidas essencialmente por Afonso Taunay em diversos de seus escritos, entre eles alguns prefácios às obras de Pedro Taques e de Frei Gaspar e artigos publicados nos Anais do Museu Paulista. Depois de localizadas e obtidas em bibliotecas e arquivos brasileiros e portugueses, as fontes foram lidas e transcritas, para que se procedesse à etapa seguinte, de colação dos textos, etapa que tem como resultado a identificação das lições variantes e o estabelecimento de sua tipologia.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos: no capítulo I, são abordados elementos biográficos e bibliográficos dos três autores envolvidos nesse caso de apropriação textual: Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Manuel Cardoso de Abreu. Esse estudo torna-se relevante para o entendimento da época em que os autores viveram, da relação que mantinham entre si e em sociedade, do seu nível de cultura e para se compreenderem os procedimentos de retextualização.

Apresenta-se ainda um estudo descritivo, de cunho filológico, dos textos-base, a saber: *História da Capitania de São Vicente*; *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques; *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar, e *Divertimento Admirável* e *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de Manuel Cardoso de Abreu. São considerados nessa descrição todos os testemunhos manuscritos e impressos dessas obras. A importância deste capítulo está no fato de fornecer subsídios para a escolha dos testemunhos de colação com a *Memória Histórica* e de demonstrar a recepção das ditas obras ao público, dado o seu campo bibliográfico, isto é, a quantidade de edições que foram feitas de cada obra.

No capítulo II é apresentada uma sucinta biografia de Afonso d'Escragnolle Taunay, para que se possa conhecer um pouco do historiador que trouxe a público a acusação de “plágio” contra Manuel Cardoso de Abreu. É apresentada ainda uma lista com os estudos produzidos e publicados por Afonso Taunay sobre a vida e a obra de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, e sua justificativa para a acusação, através da exposição de trechos de suas obras, em que disserta sobre o assunto, e também de trechos de obras de outros autores que discorreram sobre essa problemática, amparados nos escritos de Taunay. Ademais, neste capítulo, faz-se um exame do termo “plágio” sob um enfoque etimológico e histórico, além de se verificar suas implicações no Direito e estabelecer os limites entre a prática do plágio e da intertextualidade.

O capítulo III é dedicado à categorização e análise das lições variantes, a partir de dados que resultam do levantamento das ocorrências. Além disso, são apresentados os resultados da colação.

Por fim, na conclusão, são apresentados os resultados obtidos na análise das variantes entre as fontes e a *Memória Histórica* e uma discussão sobre a questão do plágio e da prática de escrita no século XVIII.

Capítulo I

ESTUDO DA VIDA E DA OBRA DOS AUTORES E DESCRIÇÃO DOS TESTEMUNHOS

1.1. BIOBIBLIOGRAFIAS

Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Manuel Cardoso de Abreu têm em comum, entre outras coisas, o fato de terem nascido e vivido na Capitania de São Vicente, no século XVIII, e de terem escrito textos sobre a história da sua terra e da sua gente. Outro aspecto que aproxima esses três personagens e que norteia este trabalho é a apropriação dos textos dos dois primeiros por Manuel Cardoso, para a composição de um novo texto, uma retextualização¹, portanto, intitulada *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*.

O estudo da vida e da obra desses autores torna-se relevante para um melhor entendimento desse caso de apropriação textual.

1.1.1. Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714–1777)

Biografia

Pedro Taques de Almeida Paes, nascido em São Paulo, em fins de junho de 1714, é o segundo filho do sertanista Bartolomeu Paes de Abreu e de Leonor de Siqueira Paes, descendentes das famílias mais antigas e abastadas de São Paulo. Sobrinho-neto do bandeirante Fernão Paes Leme, passou a assinar o sobrenome

¹ Retextualização é, de acordo com Matêncio (2003, p. 3-4), “a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base (...) tendo em vista uma nova situação de interação, portanto um novo enquadre e um novo quadro de referências”.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

“Leme” de sua avó paterna somente em 1767. Antes dessa época, conforme Porchat (1993, p. 88), “seu nome é encontrado em alguns documentos como Pedro Taques de Almeida Lara”. Estudou com os jesuítas no Colégio de São Paulo, onde se graduou mestre de armas. Possuía grandes conhecimentos de latim e francês, o que configurava a sua elevada cultura, superior para a época e ao meio em que viveu. Em 1737, aos 23 anos de idade, obteve a patente de sargento-mor do Regimento de Auxiliares das Minas de Paranapanema e Apiaí. Após a morte de seu pai, em 1738, e, mais tarde, de seu irmão mais velho, a família, composta pela mãe e mais seis irmãos, passou por grandes dificuldades financeiras, sendo todos os seus bens confiscados para pagamento de dívidas.

Em 1745, casou-se com Maria Eufrásia de Castro Lomba, com quem teve cinco filhos, e mudou-se, em 1748, para Goiás, onde seu sogro, o capitão Gregório de Castro Esteves, era oficial do regimento de cavalaria. Dois anos depois foi nomeado, pelo Conde dos Arcos, escrivão fiscal da Intendência Comissária e da Guarda Moria do Distrito de Pilar, com jurisdição sobre os arraiais de Crixás, Guarinos e Papuan (hoje a cidade de Pilar de Goiás). Serviu também nesses lugares como provedor de defuntos e ausentes até 1754, quando decidiu voltar para São Paulo, onde encontrou sua família com as mesmas dificuldades financeiras.

Pedro Taques dedicou toda a sua vida aos estudos históricos, sendo de 1742 seu primeiro trabalho genealógico. Como grande conhecedor da história e genealogia paulista, foi solicitado por D. João de Faro, prelado da Basílica Patriarcal de Lisboa, para defender os direitos que o conde de Vimieiro, seu sobrinho, descendente legítimo de Martim Afonso de Sousa, tinha à capitania de São Vicente. Assim, partiu para Portugal em meados de 1755, onde, além de frequentar os Arquivos de Lisboa, entre eles a Torre do Tombo e o Arquivo Ultramarino (TAUNAY, 1923, p. 251), em busca de documentos sobre a posse da capitania, tentaria publicar a parte já pronta de sua *Nobiliarquia Paulistana* e continuar sua pesquisa para a sua conclusão. No entanto, devido ao terremoto de 1º de novembro de 1755, seguido do incêndio e do maremoto que se alastraram pela cidade de Lisboa, Pedro Taques teve seus pertences, inclusive os originais da *Nobiliarquia*, totalmente destruídos. Permaneceu ainda oito meses em Lisboa, hospedado por sua parenta dona Isabel Pires Monteiro, casada com João Fernandes de Oliveira. Aos poucos retomou seu trabalho e, antes de retornar ao Brasil, aproveitou a influência de João Fernandes junto às autoridades reais para requerer o cargo de tesoureiro-mor da Bula da Santa Cruzada nas capitanias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, cujo

objetivo era “superintender a venda, e arrecadação do produto da cobrança das bulas, papel estampilhado, cuja aquisição permitia aos fiéis certos privilégios quanto à dispensa de alguns jejuns obrigatórios”, conforme Taunay (1954b, p. 25). Para conquistar o cargo, teve que se submeter à hipoteca de todos os seus bens e contar com a confiança de dois fiadores.

Em 20 de agosto de 1757, já no Brasil, sua esposa falece e, quatro anos mais tarde, Pedro Taques casa-se pela segunda vez, com Ana Felizarda Xavier da Silva, filha do escrivão da Real Fazenda do Rio de Janeiro, André Xavier Francisco de Siqueira.

Em 1763, foi investido do cargo de guarda-mor das Minas da Comarca de São Paulo, cargo que exerceu juntamente com o de tesoureiro-mor.

Ao lado de Frei Gaspar da Madre de Deus, seu primo e amigo, Pedro Taques é considerado a pessoa mais destacada e culta de São Paulo na época, segundo assevera Taunay (1925, p. 155), sendo inclusive consultado muitas vezes pelo governador Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, sobre a fundação do presídio de Iguatemi e as questões de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas.

Em 1765, como procurador da Câmara da cidade de São Paulo e das vilas de Pindamonhangaba e Cananea, tratou de negócios referentes a toda a capitania e deu impulso às suas pesquisas para a reconstrução e continuidade de sua *Nobiliarquia*.

Casa-se pela terceira vez, em 1769, com Inácia Maria da Anunciação e Silva.

Em 1770, o Morgado de Mateus confirma o genealogista no cargo de guarda-mor das Minas e o encarrega de escrever a *Informação sobre as Minas de São Paulo* (1772) e a *Informação sobre o Estado das Aldeias dos Índios da Capitania de São Paulo* (reputa-se perdida), obras que, ao lado de *História da Capitania de São Vicente*, concluída em 1772, foram compostas com a ajuda de amanuenses, para quem seus textos eram ditados², devido ao avanço da paralisia que o impedia de sentar-se e de escrever. Por esse tempo perdeu, com pequeno intervalo, os dois únicos filhos homens que possuía: o frei carmelita Joaquim Antônio Taques, aos 25 anos, que servia de copista ao historiador, e Balduino Abegaro Taques de Moraes, aos 23.

Durante sua permanência em Lisboa, em 1774, Taques foi consultado várias vezes pelo marquês de Pombal, devido aos seus estudos sobre a história de São Paulo.

² Cf. Carta de Pedro Taques. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, 1896, vol. IV, p. 10-12 e 21-22.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Quando parte de Portugal, em agosto de 1776, deixa os originais da *Nobiliarquia Paulistana* aos cuidados do desembargador e guarda-mor da Torre do Tombo, João Pereira Ramos, sendo desse manuscrito que se valeu Diogo de Toledo Lara e Ordonhes para a cópia “que viria servir para a edição do livro quase um século depois, editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, como assevera Rodrigues (1979, p. 132).

Devido à morte de Pedro Taques em 3 de março de 1777, seus manuscritos dispersaram-se e muitas das suas obras foram perdidas. Segundo Taunay (1954a, p. 35), graças ao abandono em que caíram os seus manuscritos, deles se aproveitaram Baltazar da Silva Lisboa, para compor a parte inédita dos seus *Anais*, conservada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e Manuel Cardoso de Abreu.

A recuperação da obra de Pedro Taques deve-se especialmente a Frei Gaspar da Madre de Deus, que a ela chamou a atenção do seu público, a Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que, além de copiar a *Nobiliarquia*, anotou-a e completou-a, e ao historiador Afonso d’Escragolle Taunay, que publicou um estudo apurado de sua vida e obra em *Pedro Taques e seu tempo: estudo de uma personalidade e de uma época* (1922) e reeditou sua obra.

Bibliografia

Pedro Taques, considerado um historiador regionalista, nobiliarquista e genealogista, distingue-se, juntamente com Frei Gaspar da Madre de Deus, por ser dos primeiros, no Brasil, a investigar fontes documentais em arquivos, câmaras e cartórios, para a composição de suas obras, revestindo a história de um novo caráter, mais documental e fidedigno. Ademais, revestiu a história do Brasil de um caráter nacionalista, já que a história que até então se fazia era escrita nos moldes portugueses. Destaca-se em sua obra uma representação dos primeiros povoadores de São Paulo, ligada a um universo de honra, prestígio e nobilitação, ideia presente no próprio título de sua obra principal: *Nobiliarquia Paulistana*, o que, conforme Abud (1985, p. 76), também “está presente no próprio conceito que se pode formar, pela sua leitura, do bandeirante”. A nobreza dos paulistas, para Pedro Taques, justificada pelos cargos que ocuparam na “República” e pela quantidade de terras que possuíam, encontra suas origens em uma raça proveniente do sangue português nobre, livre de qualquer mácula.

Escreveu a *História da Capitania de São Vicente*, terminada a 3 de janeiro de 1772, obra feita sob encomenda por João de Faro e dedicada a ele, como forma de

defender os direitos de seu sobrinho, o Conde de Vimieiro, à posse da Capitania, disputada pelo Conde de Monsanto. Pedro Taques, à época da composição da obra, já sofria os efeitos de uma enfermidade que lhe paralisava os movimentos, impedindo-o, assim, de escrever, por isso, como salienta Taunay (1980, p. 45), ele teria ditado o texto a algum copista e assinado posteriormente.

A obra reconstitui a história da Capitania de São Vicente através dos seus donatários, da sua doação a Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes, da posse ao Conde de Monsanto, da posse ao Conde da Ilha do Príncipe, da incorporação de São Vicente à Coroa e da descrição das cidades e vilas da capitania.

O manuscrito apógrafo foi encontrado por Manoel de Araújo Porto-Alegre, em péssimo estado de conservação, em um convento do Rio de Janeiro, segundo Blake (1970, p. 70), e oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Sousa. Assim, em 1845, o manuscrito já pertencia ao Instituto, que o imprimiu pela primeira vez em 1847, no volume nono de sua Revista, às páginas 137-178 (primeira parte), 293 a 328 (segunda parte) e 445 a 476 (terceira parte)³.

A *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, que ocupou 50 anos de sua vida, constitui sua maior obra, “pela importância social do tema, pela riqueza da informação, pelo esforço da pesquisa, pela vastidão do trabalho”, conforme observa Rodrigues (1979, p. 137). Dessa obra, só foram publicados vinte e quatro títulos, apesar de haver referência a mais setenta e três, o que perfaz um total de noventa e sete títulos⁴. A *Nobiliarquia* registra a história e a genealogia dos primeiros povoadores de São Paulo, através da exaltação heroica dos seus feitos e proezas, decisivos na expansão territorial do Brasil. Sua maior característica é a riqueza de

³ A obra foi publicada pela primeira vez na **RIHGB**, tomo IX, em 1847; 2ª edição: São Paulo: Melhoramentos, [1928], com um esboço biográfico do autor por Afonso d’E. Taunay; 3ª edição: Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, (Edições do Senado Federal, v. 25), com um esboço biográfico do autor por Afonso d’E. Taunay (reprodução da 2ª edição) e uma introdução biográfica pelo então senador Romeu Tuma. Encontram-se no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dois manuscritos apógrafos da obra: cota DL 975.10 (completo) e cota DL 975.20 (fragmento). Há ainda um texto manuscrito adaptado dessa obra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cota I-30, 24, 1. Segundo Amora, Cal e Coelho (1969, p. 421), o manuscrito original autógrafo dessa obra encontrava-se em algum convento do Rio de Janeiro.

⁴ A **RIHGB** publicou a obra entre os volumes 32 e 35. Não foram encontrados no Instituto os textos manuscritos

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

informações sobre vários aspectos da vida e da história de São Paulo, em torno do movimento bandeirista.

Em sua segunda viagem a Portugal, em 1774, Pedro Taques levou consigo os manuscritos da *Nobiliarquia* e mostrou-os ao desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, que anotou tal obra e comunicou-a ao seu irmão dom Francisco de Lemos, Conde de Coimbra⁵. Em seu regresso a São Paulo, Taques deixou-a nas mãos de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, que a copiou, anotou e completou com novas informações. Depois da morte de Diogo Ordonhes, os manuscritos copiados, que constituíam 59 cadernos, passaram ao poder de seu irmão, o Marechal Arouche. Morto este em 1834, os tais manuscritos foram doados a João Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo. “Teve-os S. Leopoldo em mãos durante alguns anos; por sua morte, em 1847, tocaram ao filho Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, e este, bem inspirado quanto possível, ofereceu-os ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1855” (TAUNAY, 1954b, p. 43).

Escreveu também *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo em 1640*⁶, de 1768, e *Informação sobre as Minas de São Paulo e dos sertões da sua Capitania desde 1597 até 1772*⁷, escrita em 1772 e oferecida ao Morgado de Mateus.

⁵ Devido a essa amizade, é possível que se encontre algum manuscrito de Pedro Taques nos arquivos de Coimbra.

⁶ Em 1848, um apógrafo desta obra, cota DL 42. 17, foi oferecido ao IHGB por Manuel de Araújo Porto-Alegre, que a copiara do manuscrito autógrafo existente na biblioteca do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro (BLAKE, 1970, p. 71), embora Taunay ([1929], p. 21-22) afirme que o original encontrava-se na biblioteca do convento de São Francisco, da mesma cidade. Há ainda um apógrafo dessa obra no ANTT, seção de Manuscritos do Brasil, n. 48, fólios 128 a 148. A primeira publicação da obra se deu na RIHGB, 1849, vol. 12. A segunda edição foi realizada pela editora Melhoramentos [1929], juntamente com o texto da Informação sobre as Minas de São Paulo.

⁷ Existem cinco manuscritos da Informação no Brasil: um pertencente ao IHGB, cota DL 37. 8, considerado por Antônio Jansen do Paço (1901, p. 1), chefe da seção de manuscritos da BNRJ, como o original, e publicado na Revista do Instituto, 1901, vol. 64, parte I, páginas 1 a 84; outros pertencentes à BN: cota 09, 02, 006, que seria uma cópia “que Pedro Taques ofereceu ao Capitão-general de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, o morgado de Mateus” (TAQUES, 1954a, p. 46); cota 10, 02, 010, um apógrafo de fins do século XIX, que pertenceu à coleção do Barão Homem de Melo; cota II-36, 07, 003, uma cópia incompleta, e ainda um outro apógrafo depositado na Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, Coleção Félix Pacheco, cota MS A53. Há também um apógrafo desse manuscrito em Portugal, no ANTT, coleção Manuscritos do Brasil, número 48, fólios 37 a 90. Outra edição dessa obra foi realizada pela editora Melhoramentos, em [1929], juntamente com o texto da Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo.

A correspondência de Pedro Taques foi bastante intensa, mas salvaram-se somente sete cartas, das quais duas são dirigidas a Frei Gaspar da Madre de Deus e publicadas por Antônio Toledo Piza no volume IV da série *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, às páginas 10 a 24. As outras quatro cartas são endereçadas a um destinatário desconhecido, datada de 29 de novembro de 1763⁸; a João Duarte França, datada de 28 de maio de 1764⁹; duas a Agostinho Delgado Arouche, datadas de 23 de abril de 1773¹⁰ e 25 de janeiro de 1774¹¹, e uma dirigida ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, de 03 de julho de 1774¹². O estudo dessa correspondência é importante para a melhor compreensão da vida e obra do autor e do seu processo criativo.

De seu espólio, reputam-se perdidas as seguintes obras:

- *História de São Paulo.*
- *Memórias de Jundiáí.*
- *Elementos de História de Piratininga ou História Cronológica de Piratininga Paulistana.*
- *Apontamentos.*
- *Discurso Cronológico dos Descobrimentos do Brasil.*
- *Informação sobre o estado das aldeias de índios da Capitania de São Paulo.*
- *Vida de Martim Afonso de Sousa.*
- *História do Levantamento de Minas Gerais.*
- *Demonstração Verdídica e Cronológica dos Donatários da Capitania de São Vicente.*
- *História da Conquista a que foram à Bahia os Paulistas.*

Pedro Taques de Almeida Paes Leme, apesar de ter se dedicado a outros ofícios, ocupando cargos administrativos na Capitania de São Paulo, nunca deixou de

⁸ “Destinatário Desconhecido”, **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 762.

⁹ “A João Duarte França”, **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 763-764. Esta carta pertence, segundo Taunay (1954b, p. 47), ao AESP, coleção “Augusto Cardoso”.

¹⁰ “A Agostinho Delgado”, **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 765.

¹¹ “A Agostinho Delgado”, **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 766.

¹² “Carta de Pedro Taques ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, responsabilizando o mau tempo por seu atraso em comparecer à sua presença”, pertencente à BNRJ, cota MS-553 (19) – doc. 164.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

pesquisar e escrever sobre a história e a genealogia paulista, o que lhe garantiu uma obra vasta e de importância reconhecida por seus contemporâneos e por estudiosos de épocas posteriores, no que concerne à compreensão da história política, econômica e social do Brasil colonial.

1.1.2. Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800)

Biografia

Gaspar Teixeira de Azevedo nasceu no dia 9 de fevereiro de 1715, na fazenda de Sant'Ana, na então freguesia de Santos.

Segundo dos seis filhos de Domingos Teixeira de Azevedo (superintendente das minas de Cataguazes) e Ana de Siqueira e Mendonça, ricos proprietários de terras, pertencentes às mais antigas gerações de povoadores paulistas e parentes de diversos bandeirantes, entrou para a Ordem de São Bento em 1731, aos 16 anos, e adotou o nome de Gaspar da Madre de Deus ao professar, em 1732. Em 1743, aos 28 anos, foi lente de teologia no Rio de Janeiro, onde morou durante muitos anos, e, em 1749, recebeu o título de doutor em teologia.

Frei Gaspar era filósofo, teólogo e também considerado um grande orador sacro, sendo por isso convidado a expor os seus sermões em ocasiões solenes.

Sua carreira na Ordem dos beneditinos revela seu compromisso e sua seriedade. Em 1752, foi eleito Abade de São Paulo, cargo que recusou por não desejar sair do Rio de Janeiro, onde assumiu, em 1763, a abadia beneditina. Passou a Abade Provincial do Brasil em 1766. Dois anos depois, foi eleito Prelado do Mosteiro de São Bento em Salvador, mas recusou, recolhendo-se ao Mosteiro de Santos, em 1769, e, mais tarde, foi convidado pelo governo português a assumir a mitra madeirense, a qual também recusou. Foi Cronista-mor da Ordem dos beneditinos, de 1774 a 1798. Em 1780, voltou ao Rio de Janeiro, onde foi mestre do noviciado da Ordem.

Manteve contato com as academias portuguesas, em especial a Academia Real de História, centro de erudição da época. Foi membro da Academia Brasileira dos Renascidos, fundada em Salvador em 1759, cujo objetivo era “escrever a História Universal, eclesiástica e secular da América Portuguesa”, como aponta Moisés (2001, p. 215). Em 1796, foi nomeado sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, por onde teve sua primeira obra impressa, as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, em 1797. A vinculação ao movimento acade-

micista orientou os caminhos tomados na composição das obras de Frei Gaspar, já que segue os seus parâmetros, na medida em que examina “tudo com o máximo rigor possível, de forma que a autoridade da tradição fosse transferida à autoridade das fontes autênticas” (KANTOR, 2004, p. 72).

Convivendo com Rocha Pitta, considerado um dos grandes representantes da intelectualidade do Brasil da época e grande historiador, e aprendendo com ele os primeiros ensinamentos de História, Frei Gaspar revela desde cedo inclinação para os estudos históricos, por isso, quando se recolhe a Santos, sua região natal, dedica-se inteiramente à pesquisa. Rodrigues (1979, p. 144) observa que o que mais distingue o beneditino é justamente sua pesquisa exaustiva em arquivos e cartórios, o que revela, conforme Abud (1985, p. 74), uma forte ligação com a tradição de pesquisa que vinha do final do século XVII, especialmente na França:

Tal tradição vinha do final do século anterior, com a obra de D. Mabillon “*De re diplomatica*” que iniciou a “*ciência do documento*”, valorizando o documento escrito como prova da História, trabalho que foi continuado pelos beneditinos da Congregação de Sain-Maur e que trouxe “*condições seguras para o conhecimento histórico*”.

Havia também em Frei Gaspar, assim como em Pedro Taques, a preocupação com uma História “segura e verdadeira”, manifesta através do “tratamento ponderado da documentação e interpretação rigorosa dos fatos”, como atesta Moisés (2001, p. 171), que transparece em todas as suas obras, ao transcrever e citar as fontes utilizadas, porque esses documentos, extraídos “dos Arquivos das Câmaras, da Câmara Episcopal, das Casas de Misericórdia, dos Conventos, Mosteiros, dos Cartórios e de Legislação” (ABUD, 1985, p. 75), traziam em si a certeza de sua autenticidade.

Compartilhando os mesmos interesses históricos, Frei Gaspar e Pedro Taques mantiveram assídua correspondência e uma amizade sólida, que se consolida na troca de informações e na apreciação crítica que um fazia do trabalho do outro, segundo assevera Taunay (1953, p. 16). Suas obras têm muitos pontos em comum e consolidam uma História Colonial de São Paulo, centralizada no bandeirismo.

Faleceu em Santos, no dia 28 de janeiro de 1800, aos 85 anos de idade, e foi sepultado na igreja do convento de São Bento, na mesma cidade.

Bibliografia

Frei Gaspar da Madre de Deus trabalhou intensamente até avançada idade e possuía diversos manuscritos, mas até 1797 ainda não havia publicado nada, por

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

isso, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, ouvidor em Cuiabá e eleito, em 1795, sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, seu amigo, apresentou, no mesmo ano de 1795, os manuscritos dos dois primeiros livros de *Fundação da Capitania de São Vicente e açoens de Martim Affonso de Souza no Brazil* ao exame da Academia. A obra foi aceita para a publicação e, após algumas modificações formais exigidas pela Academia, em especial a alteração do seu título para *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*, foi impressa em 1797, configurando-se, segundo Rodrigues (1979, p. 145), como “a consagração da historiografia regional e da pesquisa histórica de caráter local por uma instituição oficial metropolitana”.

A obra deveria ser dividida em três livros, mas apenas os dois primeiros foram enviados a Lisboa para serem impressos. O terceiro livro, prometido no final do segundo¹³, é motivo de especulações: houve apenas uma intenção de Frei Gaspar em dar continuidade à obra, mas ela nunca foi escrita, ou teria realmente sido escrita, mas perdeu-se.

Em 1861, a RIHGB publicou, no volume 24, um texto intitulado *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, que se reputou ser o terceiro livro das *Memórias* do beneditino, mas o historiador Afonso Taunay verificou que, na verdade, esse texto não era da autoria de Frei Gaspar, mas do oficial maior Manuel Cardoso de Abreu, que, para sua composição, valeu-se de trechos da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques (TAUNAY, 1925, p. 173).

As *Memórias* foram publicadas em dois livros, dos quais o primeiro compõe-se de quatro capítulos: “Fundação de São Vicente”; “Fundação de Santos”; “Fundação da Cidade de São Paulo” e “Fundação da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém”. O segundo livro é composto por apenas um capítulo: “Fundação da Capitania de Santo Amaro”.

Nessa obra, Frei Gaspar celebra Martim Afonso de Sousa como um herói, põe sempre em destaque a nobreza e o valor dos primeiros povoadores de São Vicente, cujas raízes se encontram na mistura do sangue dos mais ilustres portugueses e indígenas, como João Ramalho e Tibiriçá, descreve as expedições paulistas, que fundamentaram a expansão territorial da Capitania de São Vicente, trata da acla-

¹³ “[...] até que a Rainha nossa Senhora foi servida conceder-lhes hum equivalente pela Capitania de 100 legoas de Costa, chamada de S. Vicente, como se verá em outro Livro, que destinamos ainda publicar sobre estas matérias” (MADRE DE DEUS, 1797, p. 242).

mação de Amador Bueno, dos limites entre as capitanias de São Vicente e de Santo Amaro e da questão judiciária entre Monsanto e Vimieiro. Abud (1985, p. 86) salienta que, especialmente nessa obra, Frei Gaspar, numa valorização dos paulistas, que se dá pela nobilitação do mestiço, pelo exercício militar e pelas conquistas empreendidas pelas expedições, agiu como um porta-voz das reivindicações das antigas famílias da terra, às quais ele pertencia, como forma de garantir “o seu lugar naquela sociedade ainda estamental”, mas ameaçada por um novo grupo de comerciantes e tropeiros recém-chegados de Minas Gerais e estabelecidos em São Paulo, que ascendia econômica e socialmente. Além disso, as *Memórias* são uma resposta a uma campanha difamatória contra os paulistas, levada a cabo por cronistas estrangeiros, como Pierre François Xavier de Charlevoix e Joseph Vaissette, como observa Kantor (2004, p. 224).

Escreveu, em 1746, *Dissertação e explicação sobre terras de contenta entre o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo, em Santos*¹⁴, como resultado de um pedido de seu Provincial para a defesa dos direitos do mosteiro de Santos à posse do santuário de Monserrate, contestados pelos carmelitas, conforme observa Taunay (1953, p. 10).

Além das *Memórias*¹⁵, terminadas em 1786, sua obra principal, e da *Dissertação e explicação*, Frei Gaspar escreveu:

- *Relação dos Capitães Loco-Tenentes da Capitania de São Vicente, uns nomeados pelos verdadeiros donatários e outros pelos intrusos*¹⁶.
- *Notas Avulsas sobre a História de São Paulo*¹⁷.

¹⁴ **RIHGSP**, vol. 16, 1911, p. 245-276.

¹⁵ Edição princeps: Lisboa: Academia Real das Ciências, 1797; 2ª edição: RJ: Tipografia de Agostinho de Freitas Guimarães, 1847 (reprodução da edição de Lisboa); 3ª edição: SP e RJ: Weiszflog Irmãos, 1920; 4ª edição: SP: Martins, 1953; 5ª edição: Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975 (reprodução da edição publicada pela Livraria Martins, em 1953); 6ª edição: Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010 (reprodução da 3ª edição, publicada por Weiszflog Irmãos, em 1920). O manuscrito original de imprensa encontra-se no arquivo da ACL, Série Azul, n. 1751. Existem ainda dois apógrafos das *Memórias*: um encontra-se na BNRJ e pertenceu à coleção dos marqueses de Castelo Melhor, cota 09, 03, 008, sob o título Fundação da Capitania de São Vicente e açoens de Martim Affonso de Souza no Brazil; outro, sob o mesmo título, está incompleto e encontra-se no ANTT, em Lisboa, seção dos Manuscritos do Brasil, n. 48, fólios 1 a 35.

¹⁶ **RIHGSP**, vol. 5, 1899-1900, p. 159-176.

¹⁷ **RIHGSP**, vol. 5, 1899-1900, p. 180-195.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

- *Oração Fúnebre nas exéquias que, pelo Sereníssimo Senhor D. José I, Rei Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Câmara de Vila do Porto de Santos, aos 14 de julho de 1777*¹⁸.
- *Parecer sobre um estudo genealógico*¹⁹.
- *Carta ao Secretário da Academia Brasílica dos Renascidos*²⁰.
- *Carta endereçada ao Capitão-General Bernardo José de Lorena*²¹.
- *Catálogo dos capitães mores, gerais e Vice-Reis que governaram a Capitania do Rio de Janeiro, desde o ano de 1565 até o presente de 1799*²².
- *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações, de 1784*²³.

Haveria ainda manuscritos inéditos do autor²⁴:

- *Oração Fúnebre nas exéquias à memória do bispo de Areopoli D. João de Seixas, celebradas no mosteiro do Rio de Janeiro, em 1758.*
- *Oração fúnebre por ocasião de dar-se à sepultura o corpo do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada, no convento do Desterro, em 2 de janeiro de 1763.*
- *Oração fúnebre nas exéquias do governador, capitão general, Gomes Freire de Andrada, celebradas pelos monges beneditinos no seu convento do Rio de Janeiro.*

¹⁸ **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 194-206. O manuscrito encontra-se no IHGB, Lata 41, doc. 20.

¹⁹ **RIHGSP**, vol. 20, 1915, p. 211-216.

²⁰ Publicada nos **Anais do Museu Paulista**, tomo 1, 1922, p. 3-4 da 2ª parte, como “Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus”. O manuscrito, datado de 22 de outubro de 1759 e endereçado ao Secretário Antonio de Oliveira, encontra-se na BNP, seção de manuscritos reservados, cota COD. 630, a folhas 138-139, e na seção de microfilmes, F. 22.

²¹ ALMEIDA, M. Lopes. “Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus”. Coimbra: Coimbra Editora, 1952, p. 1 a 31. TAUNAY, Afonso d’Escragnolle, “Ensaio da História Paulistana”. In: **Anais do Museu Paulista**, tomo X, 1941, p. 85-108. **RIHGSP**, vol. 36, 1939, p. 20-26. O manuscrito original encontra-se na BNP, Coleção Pombalina 643, folhas 340 a 347.

²² **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, 1915, tomo 44, p. 27-75. O manuscrito encontra-se no IHGB, Lata 1 – Doc. 13, n. 6.

²³ **RIHGB**, vol. 2, p. 439-458; publicadas como apêndice das 3ª, 4ª e 5ª edições das Memórias, 1920, 1953 e 1975, respectivamente. Há um manuscrito no IHGB, Lata 23, Doc. 23, e outro no Arquivo do Mosteiro de São Bento, de São Paulo.

²⁴ Os seis primeiros textos relacionados abaixo são indicados como manuscritos de Frei Gaspar da Madre de Deus, no **Dicionário de Autores no Brasil Colonial**, de Almeida, 2003, p. 266, sem que se procedesse à sua localização.

- *Oração panegírica do nascimento do Infante D. José, Príncipe da Beira, recitado no convento do Rio de Janeiro a 7 de Março de 1762 nas festas solenes.*
- *Sermão nas festas do casamento da Senhora Princesa, mãe do Príncipe da Beira, pregado na Sé do Rio de Janeiro.*
- *Relação do Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro, compreendendo as casas, residências, número dos sacerdotes, coristas e donatos, e suas respectivas rendas, feita por ordem do governo português e ao mesmo governo dirigida em 15 de outubro de 1764.*
- *Philosophia platonica seu Cursus Philosophicus rationalem, naturalem et transnaturalem, philosophiam, sive logicam, physicam et metaphysicam completens*²⁵, lições de filosofia ministradas no Rio de Janeiro, em 1748.
- *Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente*²⁶, de 1780.

Reputam-se perdidos, além do terceiro livro das *Memórias*, como exposto anteriormente, o *Extrato Genealógico de Numerosos Sermões*.

Depois da morte de Frei Gaspar, alguns de seus escritos foram para o arquivo do Mosteiro de São Bento em São Paulo, mas a grande maioria, conforme Taunay (1925, p. 184), dirigiu-se à biblioteca de José Arouche.

Segundo Rodrigues (1979, p. 145-146), as *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil* é a obra de Frei Gaspar que teve maior contestação, pelo fato de dar a informação de que fora João Ramalho, e não Cristóvão Colombo, o primeiro europeu a pisar na América:

Pela leitura do testamento de João Ramalho, do qual dizia possuir uma cópia, se podia deduzir que este contava 90 anos em 1580, seguindo-se que entrara no Brasil em 1490. Consequentemente, somente depois de habitar João Ramalho dez anos no Brasil, Pedro Álvares Cabral descobriria Porto Seguro.

²⁵ Foram publicados apenas o título, o próêmio e o índice por Carlos Lopes de Matos, na **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 85, janeiro de 1972. A descoberta desse manuscrito se deve a Wolfgang Kretz, subsecretário da biblioteca do Mosteiro de São Bento em São Paulo, e a Bonifácio Jansen, bibliotecário do Mosteiro, segundo afirma Taunay (1941, p. 89-90). Foram publicados comentários sobre essa obra, com o título “Um inédito de Frei Gaspar”, por Afonso Taunay, na **Revista do IHGSP**, vol. 36, p. 7-19. O manuscrito encontra-se no Arquivo do Mosteiro de São Bento, de São Paulo.

²⁶ Esse manuscrito encontra-se na BNP, na seção de manuscritos reservados, cota COD. 11107, e na seção de microfilmes, F.R.1284.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Essa afirmação suscitou o ataque de Cândido Mendes, em 1876, em um artigo publicado pela RIHGB²⁷. Segundo ele, a informação era falsa e o testamento de João Ramalho apresentado por Frei Gaspar fora forjado pelo beneditino.

A questão da veracidade do testamento foi esclarecida somente em 1904, por Washington Luís Pereira de Sousa, ao descobrir o documento e publicá-lo²⁸, concluindo que:

O testamento de João Ramalho existiu pois. A interpretação que se lhe deu é que foi falsa. Enquanto Frei Gaspar nele leu alguns noventa anos, o sobrinho de João Teixeira de Carvalho leu alguns setenta anos. A grafia tosca do tabelião permitia, sem dúvida, as duas traduções.

Frei Gaspar também foi acusado por Cândido Mendes, em 1878, e por Moreira de Azevedo, em 1887, de ter forjado a aclamação de Amador Bueno da Ribeira como rei dos paulistas.

Taunay (1953) ressalta que as acusações de Moreira de Azevedo são fundamentadas em um desencontro de informações, já que o que Frei Gaspar declara achar-se na folha 125 do arquivo da Câmara de São Vicente, ele mandou procurar na folha 125 de determinado livro do arquivo da Câmara de São Paulo. Taunay (1953, p. 21) ainda acrescenta que teve “o prazer de publicar o documento em questão, cujo original se acha no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. É *ipsis verbis* o que Frei Gaspar transcreveu”.

Em relação ao seu estilo, Moisés (2001, p. 171-172) destaca características que aproximam Frei Gaspar do conceito moderno de historiógrafo, como, por exemplo, a interpretação rigorosa dos fatos.

Frei Gaspar da Madre de Deus dedicou toda sua vida aos estudos históricos sobre sua terra natal, a Capitania de São Vicente, sendo considerado um dos maiores historiadores da Capitania, de acordo com Porchat (1993, p. 52). Tendo ocupado diversos cargos na Ordem beneditina, inclusive o de cronista-mor, e mantendo contato com o movimento academicista da época, produziu uma obra de prestígio e reconhecimento, dentre a qual se destacam as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*.

²⁷ Cf. Cândido Mendes de Almeida, “João Ramalho, o bacharel de Cananéia, precedeu Colombo na descoberta da América?”, **RIHGB**, vol. 40, parte segunda, 1877, p. 277-364.

²⁸ Cf. Washington Luís, “O testamento de João Ramalho”, **RIHGSP**, vol. 9, 1904, p. 563-569.

1.1.3. Manuel Cardoso de Abreu (1750-1804)

Biografia

Manuel Cardoso de Abreu nasceu em 1750, na freguesia de Ararituaba, atual Porto Feliz (interior do Estado de São Paulo), povoação então pertencente a Itu, conhecida como a vila das monções, pois de lá partiam as expedições fluviais que desciam o rio Tietê em direção a Cuiabá, no Mato Grosso. Primogênito dos dez filhos do português Domingos da Rocha de Abreu, natural de São Martinho do Outeiro, em Braga, que veio para São Paulo na primeira metade do século XVIII, estabelecendo-se posteriormente em Ararituaba, onde era considerado um dos cinco homens mais abastados, e da paulista Francisca Cardoso de Siqueira, Manuel Cardoso, auxiliando o pai nos negócios para Cuiabá, tomou parte nas monções desde muito jovem, o que fez de 1765 a 1773, como relata em sua crônica *Divertimento Admirável*, de 1783.

Seus estudos foram feitos em São Paulo, onde recebeu instrução limitada, já que, segundo ele próprio confessa, não havia, como em Portugal, educação de boa qualidade:

[...] nem na freguesia de Ararituaba, de onde sou natural, nem nos sertões que pisei, que a minha obra refere, haviam escolas em que me pudesse instruir na ciência e melhor letra; [...] (ABREU, [1783] 1977, p. 59-60)

Depois de trabalhar nas monções por oito anos, passou a dedicar-se, conforme salienta Bruno (1977, p. 57), ao comércio de tropas de muares, que eram trazidas dos Campos de Curitiba para serem vendidas na Feira de Sorocaba. Em 1774, foi nomeado guarda-mor das jazidas de minérios da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga (SP) pelo então governador de São Paulo, o general Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. Dois anos depois, em 1776, devido à sua prática de longas viagens pelo sertão, foi nomeado comandante de uma expedição encarregada de abastecer com mantimentos, munições e pagamento às tropas da guarnição o presídio de Iguatemi:

A distância que tem da barra do Rio Pardo para baixo até a barra do rio Iguatemi é de cinco dias de viagem, que tanto gastei no ano de 1776, quando fui ao mesmo presídio levar socorro e pagamento às tropas da sua guarnição, de mandado do Exmo. Martim Lopes Lobo e Saldanha, que então era general em São Paulo. (ABREU, [1783] 1977, p. 79)

Em 4 de abril de 1777, devido ao bom resultado de sua missão no Iguatemi e por ocasião da marcha dos 6.000 homens, foi investido no cargo de feitor

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

comissário do provimento das tropas que se organizaram em São Paulo para a defesa do Rio Grande do Sul, ameaçado de invasão pelas tropas castelhanas comandadas por D. Pedro Ceballos, em virtude da guerra entre Portugal e Espanha:

Das particularidades das povoações da capitania também muito conto porque tenho verdadeiro conhecimento delas, como nacional do país, e com especialidade das que se compreendem na estrada de Viamão, porque no ano de 1777 fui por elas, mandado do Exmo. Martim Lopes Lobo de Saldanha, aprontar e pagar mantimentos, gado e cavalgaduras para o transporte de 6.000 homens que foram de Minas Gerais para a Capitania de São Paulo em socorro do exército do Sul, na ocasião em que tomaram os espanhóis a ilha de Santa Catarina; (...) (ABREU, [1783] 1977, p. 87)

Desempenhada com êxito sua missão no sul do Brasil, Manuel Cardoso de Abreu voltou a exercer a função de tropeiro, comercializando com rebanhos de gado e tropas de muares que trazia do sul para vender no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Sob a acusação de desvio de diamantes, foi preso em 1779 na cadeia de São Paulo, conseguindo, através da revisão do processo na Relação do Rio de Janeiro, provar erro judiciário e, em 1785, sua inocência, além de conseguir do seu delator, Lourenço dos Reis Galvão, uma indenização por perdas e danos. Para Taunay (1925, p. 168), essa informação é representativa do caráter de Manuel Cardoso:

Homem muito inteligente, mas consumado velhaco, que estivera quatro anos preso sob a inculpação de contrabandista de diamantes, havendo no entanto conseguido que a Relação do Rio de Janeiro o inocentasse. Devorado de ambição, havendo obtido medfocre cargo burocrático, vivia a importunar os ministros portugueses com múltiplos pedidos de promoção.

Em princípios de 1784, regressando a São Paulo, sem recursos financeiros depois de sua prisão, aceitou o cargo de enfermeiro do Hospital Militar. Em março do mesmo ano, moveu um processo por injúria e calúnia contra o capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, mas perdeu a causa²⁹.

Manteve-se solteiro até os 35 anos de idade, quando se casou, no dia 2 de dezembro de 1786, com Escolástica Maria Joaquina de Oliveira³⁰, com quem teve duas filhas, Maria e Francisca.

Em 1789, passou a ocupar o cargo de escriturário da Secretaria do Governo de São Paulo. Em 1792, foi promovido a oficial maior, cargo que desempenhou até o

²⁹ A esse respeito cf. **Anais do Museu Paulista**, tomo 2, 1925, p. 206-207.

³⁰ Cf. o livro de “Registros de Casamentos de Brancos e Livres (1782-1794) da Sé de São Paulo”, cota 01-02-16, fôlio 108 verso, depositado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

seu falecimento em São Paulo, a 14 de julho de 1804, com 54 anos de idade, vítima de congestão cerebral³¹.

Bibliografia

Manuel Cardoso de Abreu escreveu o texto intitulado *Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso*, em 1783, enquanto esteve preso no Rio de Janeiro, e dedicou-a a Martinho de Mello Castro, então Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos. Eduardo Prado, encontrando em Lisboa o manuscrito original dessa obra, mandou-o copiar e ofereceu tal cópia ao IHGSP, em 1899³². Sua primeira publicação saiu em 1902, no volume 6 da RIHGSP, páginas 253 a 293. Mais tarde, em 1914, na RIHGB, volume 77 (parte segunda), páginas 125-156, sem declaração de procedência, e, em 1977, na coletânea de artigos sobre São Paulo colonial, *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial: 1751-1804*, com introdução e notas de Ernani Silva Bruno, páginas 53 a 87.

Esse texto, considerado documento geográfico de interesse, relativo às viagens fluviais no século XVIII, é um registro das observações feitas por Manuel Cardoso de Abreu em suas viagens como sertanista às minas de Cuiabá e Mato Grosso, em que descreve a exuberância da fauna e da flora às margens do Tietê, as populações ribeirinhas, além dos perigos encontrados durante o percurso. O motivo que o levou a escrever tal texto foi

[...] satisfazer o desejo destes curiosos com as notícias de um dilatado sertão, como é o da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso, declarando todas as diversidades dos efeitos que nele encontraram, como são a produção das frutas, a criação das aves, animais quadrúpedes, os nomes dos rios da navegação, as nações dos gentios que habitam na sua extensão e, finalmente, tudo o mais que pode compreender a curiosidade das suas notícias, [...] (ABREU, [1783] 1977, p. 61)

Segundo Taunay (1924, p. 73), o *Divertimento Admirável* representa um dos primeiros relatos cronológicos da cidade paulistana e Manuel Cardoso de Abreu, com essa obra, o precursor dos guias da cidade de São Paulo no século XVIII, ou, como declara Bruno (1977, p. 9), “o repórter e o fotógrafo de uma vasta região,

³¹ Cf. o livro de “Registros de Óbitos (1802-1810) da Sé de São Paulo”, cota 02-02-25, fólio 78 recto, depositado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

³² Não se sabe, até o momento, onde se encontra o manuscrito original do *Divertimento Admirável*, mas há dois apógrafos no IHGB, DL 50.2 (incompleto) e DL 50.3 (completo).

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

preocupado com o registro daquilo que observara em suas andanças, sem se descuidar das minúcias significativas”.

Além do *Divertimento Admirável*, única obra publicada de Manuel Cardoso, o oficial maior escreveu o manuscrito *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e Todos os seus Memoráveis Sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796*. Essa obra, dedicada a Luís Pinto de Souza Coutinho, capitão-general em Mato Grosso entre 1769 e 1772, e elevado a visconde de Balsemão em 1801, que Manuel Cardoso de Abreu conheceu em Cuiabá, narra a história da Capitania de São Paulo, antes Capitania de São Vicente, com o objetivo de reabilitar o valor dos paulistas e defender a honra de São Paulo, segundo está exposto na introdução da obra.

O manuscrito dessa obra, de acordo com Taunay (1943, p. 52), foi dado de presente por Manuel Cardoso ao visconde de Balsemão, que o anexou à sua biblioteca em Lisboa. Devido à morte do visconde em 1804, sua antiga biblioteca se dispersou e a *Memória Histórica* foi comprada pelo barão de Rosário, João José do Rosário, que lhe deu uma encadernação e a incorporou à sua biblioteca no Brasil. Em 1915, depois da morte do barão, o manuscrito foi adquirido, por ordem de Altino Arantes, então secretário do Interior, para o Arquivo do Estado de São Paulo (TAUNAY, 1925, p. 229), onde se encontra até hoje, sob a cota E11571. A obra permaneceu em versão manuscrita até o ano de 2007, quando apresentamos sua edição semidiplomática em nossa dissertação de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo³³.

Capistrano de Abreu foi o primeiro a dar a notícia de que a *Memória Histórica* seria um plágio das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em carta a Pandiá Calógeras, datada de 25 de outubro de 1916³⁴. No entanto, foi Afonso d’Escragnolle Taunay que empreendeu uma investigação apurada da biografia de Manuel Cardoso, levando a cabo uma “campanha” em favor da “honra intelectual” dos historiadores paulistas.

Confrontando a *Memória Histórica* de Manuel Cardoso com as obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques, Taunay (1923) chegou à conclusão de que a obra era

³³ Cf. COSTA (2007). Sete anos depois, a dissertação foi publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo (COSTA, 2014).

³⁴ Cf. RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Vol. 1. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 400.

realmente uma cópia das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, do frei beneditino, e de trechos da *História da Capitania de São Vicente*, da *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques. Conforme Taunay (1925, p. 223), o único parágrafo original seria uma reprodução de vários tópicos de seu *Divertimento Admirável*, quando enumera as igrejas e capelas de São Paulo. No entanto, Rodrigues (1979, p. 154) diz que também são originais os tópicos referentes “à paz de Holanda, à fundação da Colônia do Sacramento, aos descobrimentos das minas e à fundação da ouvidoria de São Paulo”.

Manuel Cardoso de Abreu também é considerado o autor do texto *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, publicado em 1861 na RIHGB, no volume 24, páginas 539 a 616. Esse texto gerou grande polêmica porque havia muito tempo que se cogitava encontrar o terceiro livro das *Memórias* de Frei Gaspar, prometido no final do segundo livro e reputado perdido. Entretanto, o historiador Afonso Taunay (1925, p. 173) verificou que o texto, oferecido ao Instituto pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, não era de Frei Gaspar e constituía-se da reunião de trechos da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques, e da “transcrição de diversos documentos do arquivo da Câmara de São Paulo e uma lista de ouvidores de São Paulo, vários dos quais posteriores ao falecimento de frei Gaspar”, fato que não foi levado em conta pela redação da Revista.

Alfredo de Toledo, no dia 25 de maio de 1916, publicou um artigo no jornal *Diário Popular*, intitulado “Um problema bibliográfico”³⁵, no qual declarou que tal *Continuação das Memórias* não passava de uma cópia das 44 últimas folhas da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de Manuel Cardoso, com a diferença de que a *Memória* apresenta uma lista dos 19 primeiros ouvidores de São Paulo, enquanto a *Continuação* refere os nomes de 24. Considera-se que esse acréscimo de ouvidores à lista, que vai até os anos da Independência, foi feito por uma outra pessoa, um anônimo, porque, segundo Toledo, é bem posterior ao falecimento de Manuel Cardoso, “tanto que à [lista] dos primeiros ouvidores se acrescentou, entre outros, o nome de João de Medeiros Gomes, cuja posse data de 1823”. Terminada a lista de ouvidores, o texto traz o subtítulo “Notícias sobre a vinda dos primeiros governadores até o presente capitão general”, que na *Memória Histórica*

³⁵ Cf. TOLEDO, Alfredo de. “Um problema bibliográfico”. In: **Diário Popular**. São Paulo, 25 de maio de 1916.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

intitula-se “Mostra-se a vinda do primeiro governo e os mais subsequentes até o presente capitão general da capitania”, onde o autor declara ser oficial maior da secretaria do governo: “Não descrevi nada a respeito dos três generais primeiros antes do referido Rodrigo César porque nesta secretaria de São Paulo (onde sirvo de oficial-maior dela) não existem os livros de seus governos”³⁶, fato que levantou em Taunay a suspeita de que o texto era apócrifo.

Rodrigues (1979, p. 155) salienta que Sílvio Romero já havia denunciado que a *Continuação das Memórias* não era obra de Frei Gaspar, mas tinha por certo que o texto verdadeiro estivesse na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, devido à indicação, no “Catálogo da Exposição de História do Brasil” presente nos *Anais da Biblioteca Nacional*³⁷, abaixo da referência à edição *princeps* das *Memórias*, de que haveria ainda no arquivo da BN um manuscrito de 134 fólios com letra do século XVIII,

[...] a esta indicação levou Sílvio Romero a declarar que encontrada fora a ‘continuação’ autêntica, ardentemente procurada, o terceiro livro das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* [...] sem que, contudo, haja cotejado o manuscrito com algum impresso da obra do cronista vicentino.

O manuscrito da Biblioteca Nacional pertenceu à coleção dos marqueses de Castelo Melhor, em cujo catálogo está mencionado sob o número 162 como *inedito e autógrafo* (TAUNAY, 1925, p. 185-186).

Taunay (1954b, p. 48) credita ainda a Manuel Cardoso uma cópia de trechos da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques, para a constituição de um volumoso códice referente à genealogia paulista, que foi localizado em Londres por Eduardo Prado,

[...] que leu um anúncio da venda [...] de um manuscrito sobre esta matéria, obra de Manoel Cardoso de Abreu, e, procurando comunicar-se com a capital inglesa para efetuar a compra daquela preciosidade histórica, teve o desprazer de verificar que já tinha ela sido adquirida por pessoa desconhecida. (PIZA, 1902, p. 292)

³⁶ Cf. *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*. **RIHGB**, 1861, vol. 24, p. 582. Há na BN do Rio de Janeiro um manuscrito que traz o título *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, anexo ao livro das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, cota 09, 3, 008, mas a matéria é totalmente diferente da que foi publicada na Revista do Instituto. O manuscrito que realmente traz a matéria da *Continuação* encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cota DL 167.4.

³⁷ Cf. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 9. RJ: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881, p. 471.

Somando-se às outras duas acusações de cópia a informação de que, ao casar-se com Escolástica de Oliveira, declarou ao vigário que desconhecia os apelidos de seus avós maternos³⁸, Taunay (1925, p. 230) concluiu que é plausível suspeitar que essa genealogia de Manuel Cardoso seria um novo caso de apropriação textual.

Manuel Cardoso de Abreu ocupou cargos na Capitania de São Paulo que não tinham nenhuma relação direta com a prática da pesquisa e escrita historiográfica e tampouco era um estudioso da história da sua terra ou compartilhou com Pedro Taques e Frei Gaspar o mesmo nível de cultura, apesar disso escreveu um texto de relevância para o conhecimento da história colonial brasileira, fruto de suas expedições fluviais em direção às minas de Cuiabá e Mato Grosso, o *Divertimento Admirável*.

No início do século XX, outra obra foi encontrada com a sua firma, a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, manuscrito que foi identificado por Capistrano de Abreu e Afonso Taunay como um plágio das obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques. Essa discussão em torno do plágio acabou por condicionar as considerações a respeito desse texto a esse tema, uma vez que classificar a *Memória Histórica* simplesmente como plágio é deixar de perceber nela outros sentidos, como, por exemplo, o seu processo de cópia e de intervenção de suas fontes.

A partir das considerações biográficas e bibliográficas de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Manuel Cardoso de Abreu levantadas aqui, foi possível estabelecer uma reflexão sobre a época em que viveram, a relação que mantinham entre si e em sociedade e o seu nível de cultura, de modo que se compreendam os processos de modificação das fontes na elaboração da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*.

Em relação a Pedro Taques e Frei Gaspar, evidenciou-se que, muito mais pelos interesses históricos que compartilhavam, do que por serem parentes, mantiveram assídua comunicação, tinham elevada cultura, preocuparam-se com a pesquisa histórica, dedicaram suas vidas ao ofício de historiador e ocuparam cargos de destaque na sociedade em que viveram. Pedro Taques enfrentou problemas financeiros e jurídicos, escreveu obras extensas, das quais muitas foram perdidas, e teve sérios problemas de saúde, que o impossibilitaram de escrever de próprio

³⁸ Cf. o livro de “Registros de Casamentos de Brancos e Livres (1782-1794) da Sé de São Paulo”, cota 01-02-16, fólio 108 verso, depositado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

punho seus textos. Frei Gaspar ocupou cargos de destaque na ordem dos beneditinos, da qual fazia parte, esteve ligado às academias de história no Brasil e em Portugal, como a Academia Brasileira do Renascidos, a Academia Real de História e a Academia Real de Ciências de Lisboa, e trabalhou intensamente até avançada idade. Manuel Cardoso de Abreu possuía instrução limitada, trabalhou desde menino nas monções, que partiam de sua cidade natal em direção a Cuiabá, e, ao longo de sua vida, desempenhou diversos ofícios, como tropeiro, guarda-mor, feitor, enfermeiro, escriturário e oficial, foi preso pela acusação de desviar diamantes, esteve envolvido em um processo contra um capitão-mor, escreveu um relato das suas viagens ao sertão da capitania e não teve nenhum contato direto com Pedro Taques ou Frei Gaspar.

1.2. DESCRIÇÃO DOS TESTEMUNHOS³⁹

Trazer à tona um texto como a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, que se configura como um problema autoral na historiografia brasileira, não pode limitar-se em recuperar a discussão sobre o plágio, mas analisar qual foi o processo de cópia e de intervenção de Manuel Cardoso de Abreu sobre suas fontes.

O desenvolvimento de uma argumentação que avalie as alterações inseridas em cada testemunho deve levar em conta um estudo aprofundado de todos os textos relacionados com a *Memória Histórica*. Desta forma, a análise filológica que orienta este trabalho justifica uma descrição objetiva, sistemática e abrangente de todos os testemunhos envolvidos em tal questão.

O manuscrito da *Memória Histórica* data de 1796, um ano antes da publicação das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, e muito tempo depois da composição de *História da Capitania de São Vicente*, *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, dado que nenhuma obra deste autor foi publicada em vida. Essas informações tornam evidente que, ainda que não se saiba quais teriam sido exatamente os testemunhos que serviram de fonte para a composição de seu texto, Manuel Cardoso recorreu aos manuscritos e não aos impressos de seus contemporâneos. Ainda assim, serão fornecidos neste capítulo todos os testemunhos

³⁹ O termo testemunho corresponde a cada exemplar, manuscrito ou impresso, de um texto (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 19).

das tradições manuscrita e impressa das obras que estão envolvidas nesse caso de apropriação textual, a saber:

De Pedro Taques de Almeida Paes Leme:

- *História da Capitania de São Vicente.*
- *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas.*
- *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.*

De Frei Gaspar da Madre de Deus:

- *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.*

De Manuel Cardoso de Abreu:

- *Divertimento Admirável.*
- *Memória Histórica da Capitania de São Paulo.*

No caso dos manuscritos, a descrição a seguir partirá de um breve resumo dos textos, a que se seguirá uma sistematização dos testemunhos (cidade, sigla da instituição em que está depositado, cota) e a descrição material de cada um (localização, cota, título, datação, se é autógrafo ou apógrafo, história, formato, tinta, suporte, marcas d'água, encadernação, conservação etc.); em relação aos impressos, serão consideradas a sistematização das edições (número da edição e ano), a ficha catalográfica e a descrição bibliográfica (número e ano da edição, responsável pela publicação, título, número de páginas etc.).

1.2.1. Manuscritos

História da Capitania de São Vicente, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

Terminada em 03 de janeiro de 1772, essa obra foi feita de encomenda por João de Faro e também dedicada a ele, como forma de defender os direitos de seu sobrinho, o Conde de Vimieiro, à posse da Capitania, disputada pelo Conde de Monsanto.

A obra trata da história da Capitania de São Vicente através da sua doação a Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes, dos seus donatários, da posse ao Conde de Monsanto, da posse ao Conde da Ilha do Príncipe, da incorporação de São Vicente à Coroa e da descrição das cidades e vilas da capitania.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Rio de Janeiro, IHGB, Cota DL 975.10 (completo)

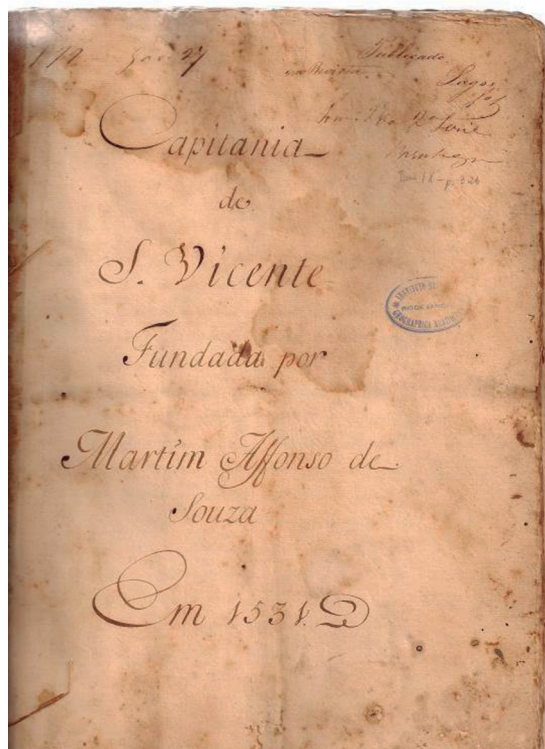


Figura 1. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fólio do manuscrito de cota DL 975.10.

O manuscrito DL 975.10, do IHGB, intitulado *Capitania de São Vicente Fundada por Martim Affonso de Souza em 1531 anos*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, é um apógrafo de meados do século XIX, que serviu de modelo para a versão impressa da obra, publicada em 1847 na Revista do Instituto. Um outro manuscrito apógrafo da mesma obra foi achado por Manoel de Araújo Porto-Alegre, em péssimo estado de conservação, que o copiou e comunicou tal fato a Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, que o ofereceu ao Instituto em 1845.

Compondo-se de 180 fólhos, numerados no recto e no verso a partir do segundo fólio, o manuscrito, escrito com tinta castanha ferrogálica, está em bom estado de conservação, apresentando apenas pequenas marcas de papirófagos e algumas manchas de umidade. No primeiro fólio encontra-se o título da obra – *Capitania de S. Vicente Fundada por Martim Affonso de Souza em 1531 anos*, em tinta castanha, e acima as inscrições: “179 – Gav. 27. Publicado na Revista. Lagos, 103, Tomo 2º da 2ª Série”, à tinta, e “tomo IX, p. 326”, a lápis.

As folhas são de papel de trapo e medem 31 x 21 cm, apresentando 9 pontusais dispostos verticalmente na folha, medindo 2,3 cm entre si, vergaturas horizontais de 1mm e uma marca d'água representada por um galo cantando com uma perna levantada.

Há vestígios de uma encadernação, mas a capa não existe mais, apenas a tranchefila e os fios que ligam os cadernos. O conjunto fica guardado dentro de duas pastas: a primeira de cartão cinza, com um carimbo do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 2,2 x 3,1 cm, a que se segue a cota “DL 975.10”, a lápis azul; a segunda pasta, de folha branca fina com o mesmo carimbo e a inscrição “DL 36.8”. Entre a pasta branca e a primeira folha do manuscrito, há um cartão de 9,2 x 14 cm, sobre o qual se encontra colado um pedaço de folha bege, manuscrita com a inscrição “Capitania de São Vicente fundada por Martim Afonso deSouza em 1531, memoria escrita por Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Arch. Lata 11 n. 709⁸. Mem. N. 922”, à tinta castanha, e “F. 90. Lata 36 – Doc. 8”, a lápis. Há também um carimbo oval do IHGB de 2,2 x 3,1 cm.

Rio de Janeiro, IHGB, Cota DL 975.20 (fragmento)

O manuscrito sob a cota DL 975.20, do IHGB, é uma cópia fragmentária da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques.

Escrito com punho diferente do manuscrito DL 975.10, em letra do século XVIII, não apresenta título, apenas as seguintes informações à tinta castanha, em letra do século XIX, na primeira folha: “Parte do original da Historia da Capitania de São Vicente, por Pedro Taques – (Impresso). Contém desde a pag. 317 do Tom. 9º (2º da 2ª Série) da Revista, até 328 e de 445 a 476 com a mesma data de 3 de janeiro de 1772”. Há a indicação de que essa inscrição foi feita por Francisco Adolfo de Varnhagen e de que o manuscrito DL 975.20 é cópia do DL 975.10, a partir da página 107⁴⁰.

Composto de 8 fólhos numerados a lápis apenas no lado recto, o manuscrito, escrito em papel de trapo espesso, de coloração bege escura, com tinta castanha corrosiva, está em regular estado de conservação, apresentando muitas marcas de papirófagos, principalmente em volta das folhas e também no centro dos últimos fólhos, onde houve perda de informação, além de manchas provocadas por umidade e por excesso de tinta.

O primeiro fólho possui 31,5 x 21,5 cm, com sete pontusais de 2,5 cm entre si, dispostos verticalmente, vergaturas horizontais de 1 mm e uma marca d'água Giorgio

⁴⁰ As letras dos manuscritos divergem de tal informação, uma vez que a letra do ms. DL 975.10 se aproxima mais do século XIX, enquanto a do ms. DL 975.20, do século XVIII.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Magnani, correspondente a um brasão com uma águia coroada no centro, enquanto os demais fólhos medem 34,2 x 22 cm e possuem oito pontusais verticais de 2,5 cm entre si e duas marcas d'água de difícil identificação, por causa da espessura do papel e também da marca escura na mancha do texto provocada pela tinta.

O manuscrito não está encadernado e nem há vestígios de uma encadernação anterior. As folhas estão ligadas por um único fio central, mas há indícios de que anteriormente estavam ligadas por dois fios laterais. O conjunto é protegido por uma pasta ocre, impressa com as seguintes inscrições: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Arquivo. Coleção ___ Resumo ___ Lata 975. Pasta 20”, a que se segue uma pasta de papel branco sem inscrição alguma. Entre as pastas há um cartão, que mede 8,4 x 13,5 cm, sobre o qual se encontra uma folha bege colada, com a seguinte inscrição manuscrita à tinta castanha, letra do século XIX: “Parte do original da historia da capitania de São Vicente, por Pedro Taques. Fls. 8. (1772). Arch. ~~173~~ mss. 8/9 Menor p N. 689”, e um carimbo do IHGB, medindo 2,2 x 3,1 cm.

Rio de Janeiro, BN, Cota I-30, 24, 1 (adaptação)

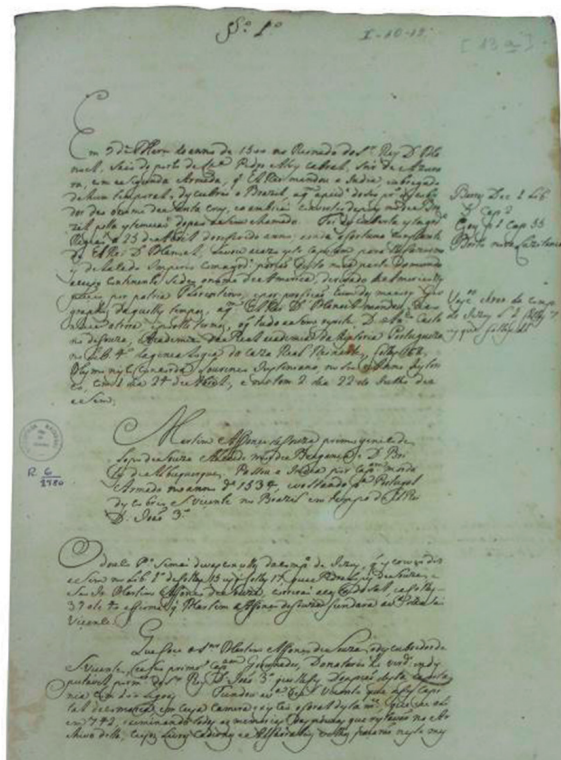


Figura 2. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fólho do manuscrito de cota I-30, 24, 1

Esse manuscrito, apesar de ser identificado como sendo a *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques, não passa de uma adaptação da obra, um texto que se utiliza de muitas de suas informações.

O manuscrito está em ótimo estado de conservação e é composto por 10 fólios, dos quais 7 são escritos em frente e verso, com exceção do último fólio, escrito somente no lado recto, e os outros 3 estão em branco. Os fólios não são numerados e estão agrupados em 5 bifólios, um dentro do outro, formando um caderno.

Escrito em letra do século XVIII, com uma tinta ferrogálica castanha, o manuscrito não traz o título da obra, tampouco o nome do autor, e já começa com o texto em andamento, com um “parágrafo 1º”. O primeiro fólio apresenta um carimbo redondo da “Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, de 1,7 cm de diâmetro, abaixo do qual há a inscrição “R.6/1980”, à tinta azul, e “I-10-13 [13ª]”, a lápis.

O manuscrito tem como suporte papel de trapo espesso, de boa qualidade, medindo 33,2 x 22 cm, com vergaturas horizontais de 1mm e pontusais que não aparecem na folha, e duas marcas d’água: uma ave com duas cabeças, sobre as quais há uma grande coroa e, em suas patas, dois círculos, um representando o sol e o outro uma espécie de globo, e outra marca representada pelas letras “AP”.

Não há uma encadernação e, como os fólios não estão costurados, foram acondicionados dentro de uma pasta branca de papel, com o seguinte impresso: “DIVISÃO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA/SEÇÃO DE MANUSCRITOS/BIBLIOTECA NACIONAL”. Além disso, essa pasta traz a identificação do manuscrito desta forma: “I-30, 24, 1/R6/1980; Leme, Pedro Taques de Almeida Pais/História da Capitania de São Vicente desde a sua fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531. Arraial do Pilar, 15 dez. 1753”, à caneta esferográfica azul, e “I-30, 24, 1”, a lápis.

Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

Essa obra, de 1768, trata das disputas entre paulistas e jesuítas pelo controle da mão de obra indígena, que culminou na expulsão destes últimos do Colégio de São Paulo, em 1649.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Lisboa, ANTT, Coleção Manuscritos do Brasil, Número 48

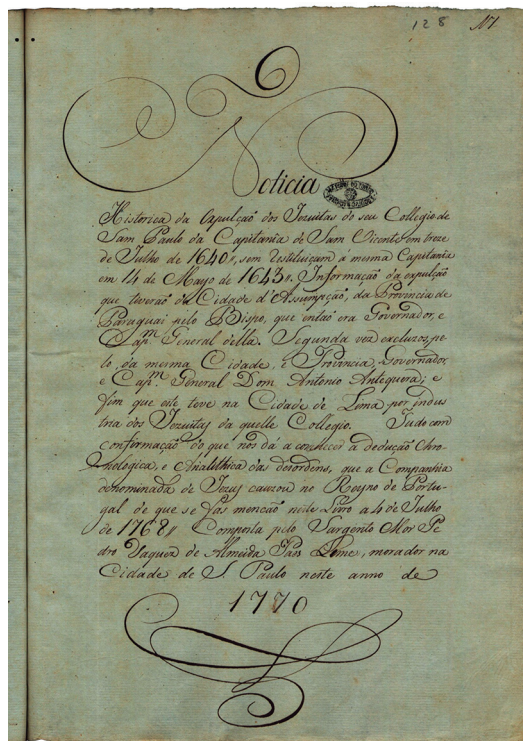


Figura 3. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fôlio do manuscrito da Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo

O manuscrito intitulado *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo da Capitania de São Vicente em treze de julho de 1649*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, pertencente ao ANTT, junta-se a outros documentos sobre o Brasil no livro n. 48 da coleção Manuscritos do Brasil, entre os fôlios 128 e 149.

Compondo-se de 54 fôlios escritos em frente e verso, com exceção do primeiro fôlio, escrito apenas na frente, e numerados a lápis no lado recto, o manuscrito constitui-se como uma cópia completa, com algumas notas inseridas pelo copista, em letra do século XVIII, mas sem indicação explícita de datação.

O suporte é em papel de trapo de coloração bege-escuro. É um papel de textura espessa e de boa qualidade, que apresenta, em média, 8 pontusais dispostos verticalmente na folha, medindo 2,6 cm entre si, e vergaturas horizontais com 1 mm. As folhas medem 31,7 x 21,7 cm, algumas estão rasgadas nas aparas e todas apresentam marcas d'água de dois tipos: a inscrição AL MASSO e um brasão acompanhado da sigla GM, de Giorgio Magnani.

O códice encontra-se em ótimo estado de conservação. Foi escrito com tinta ferrogálica castanho-escuro e apresenta algumas rasuras e emendas.

A encadernação, que está bem deteriorada, é composta de pastas de cartão cobertas por um papel decorado com desenhos floridos, medindo 32,7 x 23 cm. Ao pé da lombada, que mede 32,7 x 2,8 cm, há uma etiqueta adesiva de 2,4 x 2,1 cm com o número 48 impresso.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda de papel da mesma qualidade do utilizado na escrita dos textos, que se encontram no início e no fim do códice. A guarda inicial colada à capa traz a inscrição manuscrita a lápis “48. Manuscritos do Brasil”. As guardas finais trazem as inscrições, à tinta castanha, “Autos de Manoel Alvarez da [Neiva] Guarda Mor [de Xipetim]. Ioaõ Teixeira” e “Derame este mss. em Coimbra que o tinha o Ill^{mo} Reitor do Collegio Episcopal Vicente [Pereira] de riscado. T^e [Gregorio] Nunes Cardoso”.

Em todo códice aparece apenas um tipo de carimbo: oval, de 1,2 x 2,2 cm, do “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”.

A partir da lombada deteriorada, é possível observar que há três nervos que ligam os dezessete cadernos do códice. Cada caderno é composto por cinco bifólios.

Rio de Janeiro, IHGB, DL 42. 17

O documento não pode ser consultado devido ao seu péssimo estado de conservação.

Na ficha catalográfica há a indicação de que o manuscrito possui 17 fólhos, o que seria muito pouco dado o volume da obra.

De acordo com Taunay ([1929], p. 21-22), o manuscrito da *Notícia Histórica* conservado no IHGB é uma cópia que foi oferecida ao Instituto em julho de 1848, por Manuel de Araújo Porto Alegre, que o havia copiado do original existente na biblioteca do Convento de São Francisco do Rio de Janeiro, embora Blake (1970, p. 71) afirme que o original encontrava-se na biblioteca do Convento de Santo Antônio, também no Rio de Janeiro.

Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

Foi realizada uma pesquisa em arquivos e bibliotecas em São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa, inclusive no IHGB, em cuja revista foi realizada a primeira

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

publicação da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, no entanto, os manuscritos não foram localizados.

Memórias para a História da Capitania de São Vicente, de Frei Gaspar da Madre de Deus

Nessa obra, Frei Gaspar celebra Martim Afonso de Sousa como um herói, põe em destaque a nobreza e o valor dos primeiros povoadores de São Vicente, cujas raízes se encontram na mistura do sangue dos mais ilustres portugueses e indígenas, como João Ramalho e Tibiriçá, descreve as expedições paulistas, que fundamentaram a expansão territorial da Capitania de São Vicente, trata da aclamação de Amador Bueno, dos limites entre as capitanias de São Vicente e de Santo Amaro e da questão judiciária entre Monsanto e Vimieiro. Seu objetivo maior é recontar a história do Brasil e, mais especificamente, da Capitania de São Vicente, sob um ponto de vista crítico, de modo a corrigir a história até então contada.

Lisboa, AC, Série Manuscrito Azul, número 1751

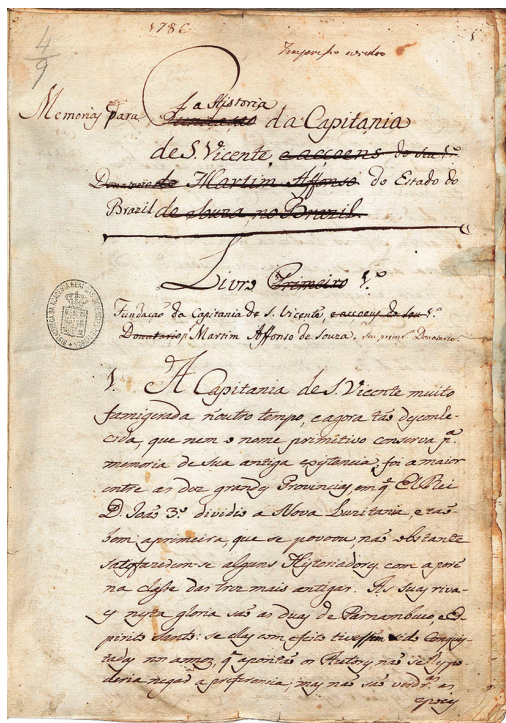


Figura 4. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fôlio do manuscrito número 1751 da Série Manuscrito Azul

Segundo Taunay (1925, p. 227), “Frei Gaspar possuía diversas cópias das ‘Memórias’”, sendo que uma delas estaria em Portugal. Essa cópia, que se encontra em Lisboa, no acervo da AC, sob a cota n. 1751 da Série Azul, é o testemunho autógrafa que serviu como modelo para a versão impressa da obra *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*. Tal manuscrito, provavelmente terminado em 1786, datação inscrita no primeiro fólio da obra, chegou em Lisboa em 1795, para ser impresso pela Academia de Ciências, pelas mãos de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, amigo de Frei Gaspar.

Foram enviados os manuscritos dos dois primeiros livros da obra então intitulada *Fundação da Capitania de São Vicente e acções de Martim Affonso de Souza no Brazil*, que foi analisada pelos membros da Academia e aprovada para publicação com a condição de que fossem feitas algumas modificações formais, como a mudança do título original para *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*; o deslocamento dos parágrafos 13 e 14 para notas fora do corpo do texto; a omissão ou mudança de adjetivos como “doutissimo” e “erudito”, referentes a alguns autores, entre eles o Padre Santa Maria; a substituição do adjetivo “novatos” dado aos portugueses recém chegados ao Brasil; a substituição da palavra “bugres” ou a explicação do seu significado, porque “não hé termo geralmente adoptado na Lingua Portuguesa, e sendo talvez particular do Brazil, fará a Oração escura não sendo explicado”⁴¹, e a correção de todas as frases em que o verbo *haver impessoal* apareça no plural, como, por exemplo, “Contendas que *ouverão*” para “Contendas que *ouve*”.

As alterações deveriam ser comunicadas a Frei Gaspar para obterem sua aprovação: “O que participo a V. mce remetendo lhe o M. S. para que se digne comunicar-me a sua ultima rezolução, ou a do A. da Obra, cazo que elle haja de ser ouvido nesta materia”.⁴² No entanto, não há informações que indiquem como se deu tal comunicação, se é que ela realmente aconteceu. O que se pode afirmar é que o manuscrito original foi alterado por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, o responsável pelo manuscrito junto à Academia de Ciências⁴³, e a obra foi publicada em 1797.

⁴¹ STOCKLER, Francisco de Borja Garção. Parecer sobre a obra de Frei Gaspar. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, São Paulo, Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, vol. IV, p. 25. (Parecer do vice-presidente da Academia Real de Ciência de Lisboa enviado a Diogo de Toledo Lara e Ordonhes em 23 de fevereiro de 1796). Também há trechos desse parecer no tomo 2 dos **Anais do Museu Paulista**, 1925, p. 167.

⁴² Ibidem, p. 26.

⁴³ As alterações inseridas no texto foram feitas pelo punho de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, o que se comprovou pelo confronto da letra das alterações com a letra de seus manuscritos.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O códice, que está em ótimo estado de conservação, é composto por 299 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do primeiro, escrito somente no lado recto, e do último fólho, em branco. O primeiro fólho, que é o frontispício da obra, foi escrito por um punho diferente do punho do restante da obra, em uma letra provavelmente do início do século XX, com uma tinta preta de caneta tinteiro. Além do título da obra e do nome do autor, esse fólho apresenta um carimbo da Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, com 3,0 x 2,4 cm, e a inscrição “(Publ. pela Acad^a em 1797)”. Esse e o último fólho apresentam as mesmas características em relação ao papel: coloração bege-clara, diferente da do papel que contém a obra, melhor conservado, com sete pontusais dispostos verticalmente na folha, medindo 2,8 cm entre si, vergaturas de 1 mm e duas marcas d’água: “ALMASSO” e “PRADO”.

Os fólhos manuscritos por Frei Gaspar são todos numerados de 1 a 297 nos lados recto e verso. São folhas que medem 31 x 20,5 cm, compostas de um papel espesso, de boa qualidade, coloração amarelada e com manchas castanhas provocadas pela ação do tempo. Nos lugares em que houve deterioração do papel, especialmente nas aparas, houve a recuperação dos fólhos por adição de polpa de papel. As folhas apresentam oito pontusais dispostos verticalmente, medindo 2,9 cm entre si, vergaturas de 1 mm e dois tipos de marca d’água: a inscrição “PORRATA” e um escudo de difícil visualização, com a sigla “GAP”.

A obra foi escrita com tinta ferrogálica, que se tornou castanha, em alguns fólhos mais clara que em outros. A mancha do texto foi delimitada a lápis em alguns fólhos e contém em média 28 linhas. As margens, que aparecem geralmente junto à costura do códice, medem 3,5 cm e foram delimitadas através de uma dobradura a partir das dobras.

Esse manuscrito apresenta muitas rasuras e emendas, pois, como explicitado acima, a Academia pediu que se fizessem alterações para a publicação da obra. O que se percebe é que o manuscrito das *Memórias* e as rasuras e emendas foram feitos por punhos diferentes.

Dentro do códice algumas folhas se destacam do conjunto por ter uma qualidade diferente das outras, apresentando as marcas d’água: “ALMASSO” e um brasão com uma águia no centro e a inscrição “GIOR MAGNANI”, e por sua coloração levemente esverdeada. São os fólhos 167 a 174, que, além disso, apresentam punho diferente do das *Memórias*, o mesmo punho que fez as rasuras e emendas, ou seja, esses fólhos foram escritos por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes.

A encadernação do códice, posterior a sua realização, provavelmente de meados do século XX, é composta de pastas de cartão que medem 31 x 21,5 cm e são cobertas por dois tipos de papel: um papel fino e branco e sobre esse um papel

marmoreado em tons de castanho e bege. Na lombada, que mede 31 x 3,4 cm, além de uma etiqueta adesiva branca com moldura azul quase ao pé, de 2,4 x 3,0 cm, que traz a cota do códice, “1751”, há um rótulo vermelho com filetes dourados, onde se encontram o título da obra e o nome do autor em letras capitais douradas, que é um indício de que havia uma encadernação anterior, provavelmente de fins do século XIX ou início do XX, que foi substituída pela atual. É possível observar que há seis nervos que ligam os quinze cadernos do códice.

O interior das pastas é recoberto pelos mesmos papéis da capa, além das folhas de guarda. As guardas iniciais e as guardas finais constituem bifólios que, a um lado, são colocados nas pastas. São folhas muito finais, de papel pardo de má qualidade, com a marca d’água “C.SKP&C^A”. As guardas finais não possuem nenhuma inscrição, diferentemente das guardas iniciais, que trazem um carimbo com a palavra “Manuscritos”, uma etiqueta adesiva branca com moldura azul, igual à da lombada, com a cota “1751”, e as inscrições a lápis: “Origem 32” e “Já impressa”, a que se segue uma frase ilegível.

Lisboa, ANTT, Coleção Manuscritos do Brasil, número 48 (fragmento)

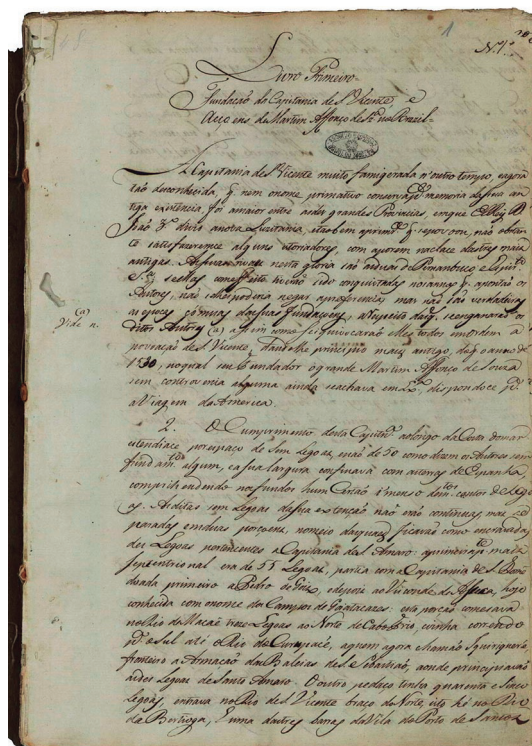


Figura 5. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fólio do manuscrito da Fundação da Capitania de S. Vicente, e acções de Martim Affonso de Souza no Brazil

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O manuscrito intitulado *Fundação da Capitania de S. Vicente, e acções de Martim Affonso de Souza no Brazil*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, pertencente ao ANTT, junta-se a outros documentos sobre o Brasil no livro n. 48 da coleção Manuscritos do Brasil, entre os fólhos 1 e 35.

Compondo-se de apenas 35 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do último fólho, e numerados a lápis apenas no lado recto, o manuscrito constitui-se como uma cópia incompleta, em letra do século XVIII, mas sem indicação de datação.

O suporte é em papel de trapo de coloração bege-escuro. É um papel de textura espessa e de boa qualidade, que apresenta, em média, oito pontusais dispostos verticalmente na folha, medindo 2,6 cm entre si, e vergaturas horizontais com 1 mm. As folhas medem 31,7 x 21,7 cm e apresentam marcas d'água de dois tipos: a inscrição AL MASSO e um brasão acompanhado da sigla GM, de Giorgio Magnani.

O manuscrito encontra-se em ótimo estado de conservação, apresentando apenas pequenas marcas de papirófagos. Foi escrito com tinta ferrogálica, atualmente castanho-escuro, em uma letra bem cuidada, que no fim do manuscrito vai ficando menor e relaxada. Apresenta algumas rasuras e emendas, além de algumas inscrições tardias a lápis.

A encadernação, que está bem deteriorada, é composta de pastas de cartão cobertas por um papel decorado com desenhos floridos, medindo 32,7 x 23 cm. Ao pé da lombada, que mede 32,7 x 2,8 cm, há uma etiqueta adesiva de 2,4 x 2,1 cm com o número 48 impresso.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda de papel da mesma qualidade do utilizado na escrita dos textos, que se encontram no início e no fim do códice. A guarda inicial colada à capa traz a inscrição manuscrita a lápis “48. Manuscritos do Brasil”. As guardas finais trazem as inscrições, à tinta castanha, “Auttos deManoel Alvarez da [Neiva] Guarda Mor [deXipetim]. Ioão Teixeira” e “Derame este mss. em Coimbra que o tinha o Ill^{mo} Reitor do Collegio Episcopal Vicente [Pereira] de [riscado]. T^e [Gregorio] Nunes Cardoso”.

Em todo códice aparece apenas um tipo de carimbo: oval, de 1,2 x 2,2 cm, do “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”.

A partir da lombada deteriorada, é possível observar que há três nervos que ligam os dezessete cadernos do códice. Cada caderno é composto por cinco bifólhos.

Rio de Janeiro, BN, Cota 09, 03, 008

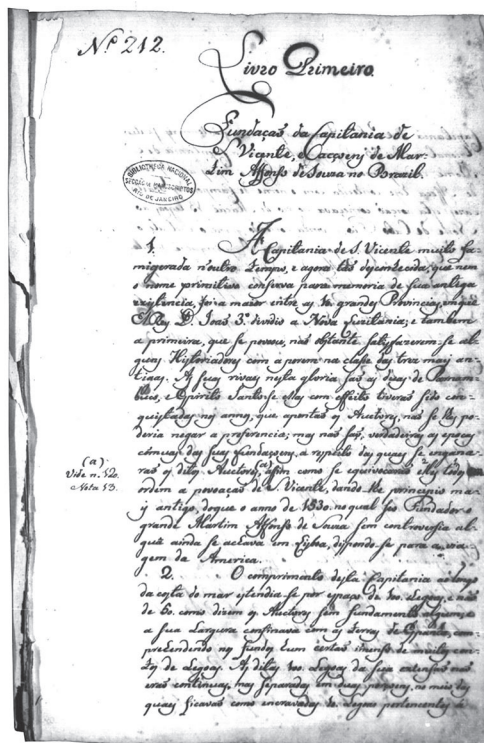


Figura 6. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fólio do manuscrito de cota 09,03,008

O códice 09, 03, 008 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o título *Fundação da Capitania de São Vicente e acçoens de Martim Affonso de Souza no Brazil*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, é um manuscrito apógrafo, em letra do século XVIII, sem indicação de datação ou de autoria⁴⁴, e que pertenceu à coleção da biblioteca dos marqueses de Castelo Melhor⁴⁵.

O manuscrito compõe-se de 270 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do primeiro e do último. Não há numeração dos fólhos e nem reclames ou qualquer outro

⁴⁴ Embora haja no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a indicação de que o manuscrito seria de 1794.

⁴⁵ O manuscrito está indicado no número 162 do **Catálogo dos preciosos manuscritos da biblioteca da casa dos Marqueses de Castelo Melhor**. Lisboa: Tipografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878, p. 29. Esse catálogo foi preparado para a venda pública da coleção dos marqueses, realizada no início do ano de 1879, em Lisboa. Dessa forma, infere-se que o manuscrito de Frei Gaspar foi adquirido a essa época pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

sistema que permita acompanhar a sequência do texto. A dimensão das folhas é de 33,5 x 21,6 cm. O suporte é composto de papel de trapo de coloração bege-escura, quase castanha. É um papel de textura espessa e de boa qualidade, que apresenta, em média, oito pontusais dispostos verticalmente na folha, medindo 2,6 cm entre si, e vergaturas horizontais com 1 mm. As marcas d'água são de dois tipos: somente a inscrição HCWend & Zoonen e um brasão com uma árvore no topo acompanhado da inscrição HCW & Zoonen, que identificam o papel como proveniente da Holanda.

O códice encontra-se em ótimo estado de conservação, não apresentando defeitos no papel ou marcas de papirófagos. Há apenas algumas pequenas manchas esbranquiçadas e castanhas provocadas pela ação do tempo.

Percebe-se que, para delimitar a largura da mancha do texto, foi feita uma dobradura à mão, da dobra do caderno em direção ao centro da folha. Desse modo, as margens próximas à dobra do livro possuem 5,3 cm, enquanto a mancha possui 28 x 16,6 cm, ocupadas por 32 linhas, com exceção do primeiro e do último fólio, com 30 e 28 linhas, respectivamente.

O manuscrito foi escrito com uma tinta ferrogálica, atualmente de coloração castanho-escura.

No corpo do manuscrito não há nenhuma datação, nem a autoria da obra. No entanto, no primeiro fólio escrito, encontra-se solto um pedaço de papel liso, bege, medindo 10,1 x 13,4 cm, com a seguinte inscrição à tinta castanho-escura e de punho diferente do manuscrito: “n. 412. Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo do Estado do Brazil. Publicadas de ordem da Acad. R. de Sciencias. Por Fr. Gaspar da Madre de Deos. Lisboa, na Typ. da mesma Academia 1794. (sic) f. in 8º”. A que se segue um carimbo oval da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Seção de Manuscritos. No verso desse pedaço de papel há uma marcação pequena do escudo imperial de Dom Pedro II, o que indica que essa inscrição é bem posterior à escrita do manuscrito.

O códice possui uma encadernação provavelmente tardia, feita em cartão coberto por um papel marmoreado nas cores marrom e bege, medindo 36 x 22,2 cm. A lombada, que mede 36 x 4 cm, é arredondada, forrada em pele azul marinho e composta de seis nervos falsos e de cinco entrenervuras. Na primeira, terceira e quinta entrenervuras há um símbolo arredondado em dourado; na segunda, em letra capital dourada, o nome do autor e o título da obra: “Madre de Deus. Fundação da Capitania de S. Vicente”; na quarta, também em letra capital dourada, há a inscrição “MSC”; na quinta e última entrenervuras, abaixo do símbolo arredondado, há uma etiqueta adesiva branca com a cota da BN escrita à mão, com caneta esferográfica azul: “09, 3. 008”. Sob essa etiqueta, há uma outra mais antiga, que

provavelmente trazia uma cota anterior. Também há uma etiqueta como essa ao pé da capa, próxima à lombada.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda de papel marmoreado nas cores marrom e azul, que se encontram no início e no fim do códice. Essas guardas constituem folhas dobradas em dois e coladas por um lado no interior da capa e, pelo outro, à guarda seguinte, de papel amarelado. As outras guardas são duas, de um papel amarelado bem mais fino que as do manuscrito e de má qualidade.

Na guarda que está colada à capa há duas etiquetas da Biblioteca Nacional, uma sobre a outra, medindo 6,0 x 5,3 cm, com as inscrições: “I -5-3-N. 9” (a superior) e “Cod DCXLII/28-15” (a inferior). Na primeira guarda amarelada há a inscrição “Cod. DCXLII/28-15”; na segunda, “N. 5,540 do C.E.H.B. Coll. Castello Melhor. N. 162 do Cat. Castello Melhor”.

Em todo códice aparecem dois tipos de carimbo: um oval, de 2,0 x 3,4 cm, da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro – Seção de Manuscritos, e outro redondo, com 1,7 cm de diâmetro, também da Biblioteca Nacional.

É possível observar, a partir das dobras, que há seis nervos que ligam todos os doze cadernos do códice. Cada caderno é composto por cinco bifólios.

De dentro do livro sai uma fita de tecido branco em cuja ponta há uma etiqueta retangular de papel branco com as inscrições: “BN Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional / Indicação de catálogo: 09-03-008 / Microfilme: __ para localização na estante da BN”.

Anexo ao manuscrito da *Fundação da Capitania de São Vicente*, ao final do livro, há um texto de 26 fólhos não costurados e separados da encadernação, que traz, no primeiro fólho, a seguinte inscrição, a lápis: “Livro III das Memórias de S. Vicente de Fr. G. da Madre de Deus./H-35.26.7.6 removido para 9, 3, 8”.

O texto desse códice da Biblioteca Nacional é um texto limpo, com poucas emendas, escrito por apenas um punho.

Divertimento Admirável, de Manuel Cardoso de Abreu

A crônica intitulada *Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso* foi escrita por Manuel Cardoso de Abreu em 1783, enquanto esteve preso no Rio de Janeiro. Essa obra, dedicada a Martinho de Mello Castro, então Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, é um relato das viagens fluviais para as minas de Cuiabá e Mato Grosso feitas por Manuel Cardoso de Abreu, que descreve a fauna e a flora às margens do Tietê, as populações ribeirinhas e os perigos encontrados durante o percurso.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O manuscrito original do *Divertimento Admirável* foi encontrado por Eduardo Prado em Lisboa, que fez uma cópia e a ofereceu ao IHGSP, em 1899. Tal manuscrito não foi localizado.

Rio de Janeiro, IHGB, Cota DL 50. 2 (incompleto)

Esse manuscrito, pertencente ao IHGB, cota DL 50. 2, apresenta um texto incompleto do *Divertimento Admirável*, constando de 15 fólios escritos em frente e verso, com exceção do primeiro e último fólios, os quais estão em branco.

O manuscrito não é encadernado, mas está protegido por duas pastas de papel: uma pasta de cartão ocre, com inscrições impressas e manuscritas que identificam a instituição e o manuscrito: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Arquivo/Coleção Instituto Histórico/Resumo: Divertimento Admirável para os Historiadores Curiosos observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso por um Sertanista Paulista. (Ano 1783) 15 fls./REV. IHGB, 1914, v. 130, p. 125. Lata 50. Pasta 2”. A pasta que está em contato com o manuscrito é branca e de um papel mais fino que o cartão, sem nenhuma inscrição. Entre esta pasta e o manuscrito há uma folha de papel ofício em que há um pequeno cartão colado, com as seguintes inscrições: “Lata 50 doc. 2”, a lápis, e “Divertimento admiravel para os istoriadores curiozos observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato grosso por um sertanista paulista. Arch. Lata 15-n. 988/Memor. N. 233”, à tinta. Há também nesse cartão um carimbo do IHGB.

Escrito em letra do século XIX, com tinta ferrogálica castanha, sobre papel de trapo, que possui como marcas d’água a inscrição Wend & Zoonen e a inscrição HCW e Zoonen dentro de um brasão com uma árvore no topo, o manuscrito está em ótimo estado de conservação.

Rio de Janeiro, IHGB, Cota DL 50. 3 (completo)

O manuscrito DL 50. 3 do IHGB, em letra do século XIX, diferente da do manuscrito DL 50. 2, possui 28 fólios escritos em frente e verso e numerados a lápis a partir do segundo fólio. Está em ótimo estado de conservação, apresentando apenas algumas pequenas marcas de papirófagos.

O conjunto de fólios não está encadernado, mas encontra-se protegido por duas pastas: uma de papel cartão ocre, com estas inscrições impressas e manuscritas: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Arquivo/Coleção Instituto Histórico/Resumo: Divertimento Admirável para os Historiadores curiosos observarem

as máquinas do mundo nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso 1783 (28 fls). Rev. IHGB vol. 130 Tomo 77(PT. 2) ANO 1914 p. 125/Lata 50/Pasta 3”. A pasta que está em contato com o manuscrito é branca e de um papel mais fino que o cartão, sem nenhuma inscrição.

Usou-se como suporte de escrita o papel de trapo, que apresenta dois tipos de marcas d’água: a imagem de um touro com a inscrição “OVARTINO” e a imagem de um cavaleiro montado em um cavalo.

Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu

Essa obra, dedicada a Luiz Pinto de Souza Coutinho, capitão-general em Mato Grosso entre 1769 e 1772, e elevado a visconde de Balsemão em 1801, narra a história da Capitania de São Paulo, com o objetivo de reabilitar o valor dos paulistas e defender a honra de São Paulo.

São Paulo, AE, Cota E1157146

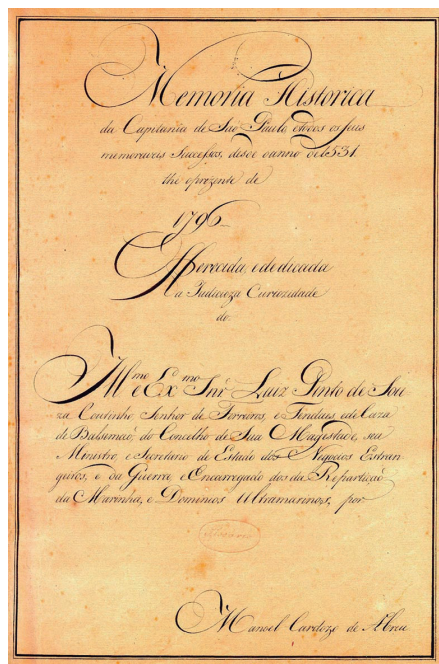


Figura 7. COSTA, Renata Ferreira. Fac-símile do primeiro fólio do manuscrito de cota E11571

⁴⁶ A descrição codicológica apresentada a seguir é uma adaptação do estudo presente no capítulo “Descrição do códice E11571” da dissertação de mestrado intitulada **Edição Semidiplomática**

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O códice E11571 do AESP é um manuscrito autógrafo intitulado *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e Todos os seus Memoráveis Sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796*, de Manuel Cardoso de Abreu.

O manuscrito foi oferecido por Manuel Cardoso ao visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, a quem a obra foi dedicada, que o anexou à sua biblioteca em Lisboa. Alguns anos depois, foi comprado pelo barão de Rosário, João José do Rosário, em Portugal, “ao se dispersar a antiga biblioteca do Visconde de Balsemão” (TAUNAY, 1943, p. 52) devido à sua morte em 1804. Assim, a obra voltou ao Brasil, com uma boa encadernação e em ótimo estado de conservação, sendo incorporado à biblioteca do barão. Segundo Taunay (1925, p. 229), depois da morte do barão de Rosário, o manuscrito foi adquirido, em 1915, por ordem de Altino Arantes, então secretário do Interior, para o Arquivo do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje sob a cota E11571. A obra permaneceu em versão manuscrita até o ano de 2007, quando apresentamos sua edição semidiplomática em nossa dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, a qual foi posteriormente publicada em livro.

O códice esteve em exposição pública em duas ocasiões: em 1925, no Museu Paulista, e em 1954, na Exposição Histórica do Ibirapuera, comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, conforme informa Amaral (1974, p. 98-99):

[...] o Departamento do Arquivo, atendendo a pedido da “Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo”, selecionou e cedeu, para a Exposição Histórica do Ibirapuera, o seguinte material: (...) Original de uma ‘memória’ de Manuel Cardoso de Abreu; [...]

Esse manuscrito compõe-se de 163 fólios escritos em frente e verso, com exceção da folha de rosto e do fólio final. Embora escritas nos dois lados, as folhas são numeradas apenas no recto, no canto superior da margem direita. Sua dimensão é de 30 x 21 cm. O suporte é composto de papel de trapo de coloração amarelada, quase castanha. É um papel de textura espessa e de ótima qualidade. As folhas de guarda, mais escuras que as folhas internas e de menor qualidade, são pouco maleáveis e quebradiças, devido provavelmente ao processo de acidificação sofrido pelo suporte, fato que ocasionou a soltura da primeira guarda.

de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo (COSTA, 2007, p. 44-59), e também do capítulo 3 da obra **Memória Histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo** (COSTA, 2014, p. 35-49), da autora deste livro.

É possível encontrar nos fólhos 158 e 159 defeitos no papel. Parece marca de uma pequena semente que, ao ser retirada de onde estava, em data posterior à da escritura do texto, foi substituída por polpa de papel, a que se seguiu a reconstituição das palavras anteriormente escritas, à tinta preta, o que contrasta com a tinta castanha do texto.

O primeiro fólho escrito, o qual contém o título da obra, a dedicatória e o nome do autor, é um papel de coloração mais escura que os demais, colado próximo à lombada por uma fina tira de papel, além de ser escrito à tinta preta por outro punho. Além disso, apresenta um carimbo oval de cor rosada, medindo 1,4 x 2,7 cm, com a inscrição “Rosário”, indicativo de que o códice pertenceu à biblioteca do barão de Rosário.

O códice em si está em ótimo estado de conservação, apresentando somente pequenas marcas de corrosão causadas por papirófagos no miolo do livro, quase ao pé. Percebe-se que o códice, ao longo de todos esses anos, não foi muito manuseado, já que não apresenta marcas de deterioração características desse processo.

As margens direita e esquerda são marcadas a lápis sempre nos fólhos rectos e não há delimitação a lápis das margens superior e inferior. A mancha do texto tem dimensão variável entre 29 cm e 29,5 cm por 13,2 cm e 15,5 cm, ocupadas, em média, por 26 linhas, com exceção do primeiro e do último fólho, com 15 e 20 linhas, respectivamente. Próximo ao traçado das margens esquerda e direita há, em alguns fólhos, minúsculos piques equidistantes a fim de guiar os traços de justificação.

O texto foi escrito em tinta ferrogálica castanho-escura.

No códice, os fólhos de guarda possuem, em sua maioria, dez pontusais dispostos horizontalmente na folha, medindo 3,2 cm entre si, vergaturas verticais com 1 mm, e as marcas d’água de dois tipos: um brasão acompanhado da sigla “JGL” e uma marca de difícil identificação, dispostas horizontalmente no centro do fólho, na dobradura, sendo que uma metade está em um fólho e a outra, em outro⁴⁷.

Os fólhos escritos têm uma constituição diferente: seus pontusais verticais, em média oito, possuem entre si a distância de 2,8 cm, suas vergaturas horizontais, 1 mm, e a marca d’água está disposta por inteiro no centro do fólho. Nesses fólhos há

⁴⁷ Uma das marcas d’água das guardas, que está na dobra dos bifólhos, traz dificuldade de identificação justamente por seu truncamento quando as metades equivalentes não foram solidárias.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

dois tipos de marcas d'água: um brasão com uma águia de asas levantadas, acompanhado da inscrição “Gior Magnani”, e a inscrição “Al Masso”.

A composição dos cadernos do códice é de difícil precisão, já que estão extremamente unidos entre si e à lombada.

A capa do códice, feita em cartão coberto por couro marrom, mede 31 x 21,5 cm e é decorada apenas com um enquadramento de filetes marrons. A lombada, que mede 31 x 4 cm, é arredondada e composta por cinco nervos falsos e seis entrenervuras emolduradas com filetes marrons. Na segunda entrenervura há o sobrenome do autor e o título da obra estampado em letras maiúsculas douradas. Na última entrenervura há uma etiqueta adesiva branca, com 3,6 x 4 cm, impressa com a cota do códice: “11571”.

A encadernação não é original e, como as dobras e as aparas dos cadernos não apresentam indícios de desgaste, como se poderia esperar caso fossem utilizados sem encadernação durante muitos anos, a hipótese é a de que havia uma primeira encadernação contemporânea da elaboração do manuscrito, que foi substituída pela atual.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda: três folhas, uma de papel caracol e outras duas de papel do mesmo tom amarelado do suporte do manuscrito. Essas folhas encontram-se no início e no fim do códice. Na segunda folha de guarda, no canto inferior da margem esquerda do verso, há uma pequena etiqueta adesiva, de 1,5 x 2,3 cm, com a seguinte inscrição à tinta preta: “a – 10/D. n. 15/Inv. 7 pg 12”.

1.2.2. Impressos

História da Capitania de São Vicente, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

1ª edição – 1847

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente desde a sua Fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1847, tomo IX, p. 137-178/293-328/445-476.

A primeira edição da *História da Capitania de São Vicente* se deu em 1847, no volume nono da RIHGB, em três partes: primeira parte publicada no 2º trimestre de 1847, entre as páginas 137 e 178; segunda, no 3º trimestre de 1847, entre as

páginas 293 e 328, e terceira, publicada no 4º trimestre de 1847, entre as páginas 445 e 476.

Essa edição baseou-se no manuscrito apógrafo pertencente ao Instituto, informação dada na edição da seguinte maneira: “Copiado do manuscrito original existente no arquivo do Instituto”. Sobre esse manuscrito conferir o tópico 1.1 deste capítulo.

A Revista não traz nenhuma informação biobibliográfica do autor, apenas informa que a obra foi escrita por Pedro Taques em 1772. Tampouco há notas críticas do editor, que apenas agregou no fim da primeira e segunda partes a inscrição “Continua” e, no início da segunda e terceira partes, a informação “Continuação do trimestre antecedente, pag. 178” e “Continuação do trimestre antecedente, pag. 328”, respectivamente.

A obra completa possui 110 páginas, com modernização ortográfica, abreviaturas não desenvolvidas e notas numéricas contínuas em rodapé. Em rodapé também é possível encontrar a inscrição “TOMO IX”, seguida de uma numeração contínua, que aparece de oito em oito páginas. Esse seria o sistema de “assinatura”, uma sigla alfa-numérica escrita na margem inferior da primeira página de cada caderno sucessivo e que indica a constituição dos cadernos.

2ª edição – [1928]

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Melhoramentos, [1928].

Essa segunda edição da *História da Capitania de São Vicente*, pela editora Melhoramentos, sem indicação de data, mas que certamente é posterior ao ano de 1926, devido a indicações feitas por Afonso Taunay (cf. página 53 da edição)⁴⁸, conta com um esboço biográfico de Pedro Taques por Afonso d’Escragolle Taunay.

Ao que parece, essa edição é uma reprodução da anterior de 1847. Ainda que não haja nenhuma informação a respeito, há pouquíssimas diferenças entre as duas edições.

⁴⁸ Odilon Matos (1977, p. 213), quando elenca e descreve as obras escritas e comentadas por Afonso Taunay, identifica a edição da *História da Capitania de São Vicente*, pela editora Melhoramentos, como sendo de 1928.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O livro, composto por 177 páginas, traz um índice no final do volume, à página 177, e também apresenta no cabeçalho das páginas o título do capítulo (páginas pares) e o assunto a ser tratado (páginas ímpares).

O texto apresenta uma ortografia modernizada, abreviaturas não desenvolvidas, notas numéricas contínuas em rodapé e um sistema de “assinatura”, constituído por uma numeração seguida da inscrição “História da Capitania de S. Vicente”, que aparece sempre em rodapé a cada 16 páginas.

Essa edição é constituída da seguinte maneira: 1. Folha de rosto; 2. Escorço biográfico de Pedro Taques de Almeida Paes Leme por Afonso Taunay; 3. Título da obra; 4. Texto da *História da Capitania de São Vicente*; 5. Índice.

3ª edição – 2004

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente. Brasília*: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 25).

A edição do Senado Federal de 2004, em comemoração aos 450 anos de São Paulo, baseada na edição anterior, traz, além do escorço biográfico de Pedro Taques por Afonso Taunay, uma introdução biográfica do autor pelo então senador Romeu Tuma, intitulada “Um erudito entre o gentio: a saga do historiador e genealogista Pedro Taques”.

Além da versão impressa, é possível encontrar a versão eletrônica dessa edição, que se encontra no sítio <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>>.

O livro é composto por 150 páginas e o texto apresenta modernização ortográfica, abreviaturas não desenvolvidas e notas numéricas contínuas em rodapé. No cabeçalho das páginas aparecem o nome do autor, nas páginas pares, e o título da obra, nas páginas ímpares. A obra conta com um sumário no início do livro e uma ilustração do “Ciclo da Caça ao Índio”, óleo sobre tela de Henrique Bernardelli, pertencente ao Museu Paulista.

Essa edição é constituída por: 1. Frontispício; 2. Sumário; 3. “Um erudito entre o gentio: a saga do historiador e genealogista Pedro Taques”, por Romeu Tuma; 4. Escorço biográfico de Pedro Taques de Almeida Paes Leme por Afonso Taunay; 5. Título da obra; 6. Texto da *História da Capitania de São Vicente*.

Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

1ª edição – 1849

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1849, tomo 12, p. 5- 40.

A primeira publicação da *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* deve-se à RIHGB, em 1849, com base no manuscrito apógrafo depositado no próprio Instituto.

Essa edição traz apenas a obra, sem nenhuma informação sobre a vida e a obra de Pedro Taques, como ocorrerá na edição posterior.

O texto da *Notícia Histórica*, que se encontra entre as páginas 5 e 40 da Revista, apresenta-se com modernização ortográfica e abreviaturas não desenvolvidas. Para a identificação dos cadernos, há um sistema de assinatura no rodapé, caracterizado por uma numeração romana seguida de uma numeração arábica.

Essa primeira edição é constituída da seguinte maneira: 1. Título da obra, nome do autor e informação de que o manuscrito utilizado na edição foi oferecido ao Instituto por Manoel Araújo Porto Alegre; 2. Texto da *Notícia Histórica*; 3. Nota do redator da revista informando que existem alguns erros gramaticais, orações sem sentido ou incompletas no texto, originários do próprio manuscrito, ao qual se procurou ser o mais fiel possível, com exceção da ortografia.

2ª edição – [1929]

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Informação sobre as Minas de São Paulo e A Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo*. 2 ed. São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [1929].

A segunda edição da *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*, pela editora Melhoramentos, reúne os textos da *Informação sobre as Minas de São Paulo e dos Sertões da sua Capitania desde o anno de 1597 até o presente de 1772* e da *Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, além de um estudo biobibliográfico do autor e uma nota sobre a sua

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

autoridade histórica entre seus contemporâneos, entre eles Cláudio Manoel da Costa, por Afonso d'Escragolle Taunay.

O texto dessa edição é uma reprodução da edição da Revista do IHGB, de 1849, com o título alterado para *A Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo*, que conta com uma nova nota do redator da Revista e uma nota crítica de Afonso Taunay sobre o manuscrito utilizado para a edição, em alusão à nota que lhe é anterior, à página 213.

Composta por 216 páginas, a edição é constituída da seguinte maneira: 1. Frontispício; 2. Estudo sobre a vida e a obra de Pedro Taques, por Afonso Taunay, intitulado “Pedro Taques e sua Obra”; 3. Parecer sobre a edição da *Informação sobre as Minas de São Paulo*, por Antônio Jansen do Paço; 4. Texto da *Informação*; 5. Pequena nota referente ao original manuscrito e um pequeno texto complementar de Pedro Taques; 6. Texto da *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas*; 7. Nota do redator da Revista do IHGB, a que se segue uma nota de Afonso Taunay; 8. Nota; 9. Índice.

Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme

1ª edição – 1870

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarchia Paulistana. Genealogia das Principais Famílias de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1870, tomo XXXIII, v. 41, 2ª parte, p. 27-185/249-335.

A *Nobiliarchia Paulistana. Genealogia das Principais Famílias de São Paulo* foi publicada pela primeira vez na RIHGB, entre os tomos XXXII e XXXV, de 1869 a 1872.

O texto correspondente às famílias dos Antas Moraes, Laras e Prados, se encontra entre as páginas 27 e 185, enquanto as famílias dos Costas Cabraes, Mesquitas, Penteados e Alvarengas Monteiros, entre as páginas 249 e 335 do tomo XXXIII do volume 41 da Revista.

Essa edição não apresenta nenhum estudo biobibliográfico do autor, tampouco informações sobre o manuscrito que serviu de modelo para a versão impressa da obra. O texto apresenta ortográfica da época da publicação, abreviaturas e notas de rodapé inseridas pela redação da Revista e também por quem fez copia

do manuscrito, em 1783, segundo indicação do editor. Para a identificação da continuidade da obra, foram inseridas as palavras “continuada (...)” e “continua”.

É interessante notar que o título da obra é diferente do que se conhece atualmente.

A edição é constituída da seguinte maneira: 1. Título da obra, nome do autor e informação de que esse volume é continuação do texto da 1ª parte do mesmo volume; 2. Texto da *Nobiliarquia*.

2ª edição – 1940

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, tomo especial, v. 2.

A segunda edição da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* foi publicada em dois volumes no tomo especial da RIHGB, entre 1926 e 1940.

Essa edição parece ser rara, uma vez que não foi encontrada nas bibliotecas pesquisadas, somente tivemos notícia dessa edição em um site de compras coletivas na internet.

A folha de rosto do livro traz as seguintes informações: “segunda edição acrescida de uma parte inédita, com uma biografia de Pedro Taques e estudo crítico de sua obra por Affonso E. Taunay”, além de indicar também que houve uma alteração no texto de Pedro Taques a partir da obra do genealogista Luiz Gonzaga da Silva Leme, feita por Augusto de Siqueira Cardoso.

3ª edição – 1953

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, tomo II, (Biblioteca Histórica Paulista IV).

Essa é a terceira edição da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, publicada em três tomos pela Livraria Martins Editora, em 1953, com estudo da biografia e obra do autor e notas por Afonso Taunay. Esse é o quarto volume da coleção Biblioteca Histórica Paulista, com direção de Afonso Taunay, lançada em comemoração ao IV Centenário da Fundação de São Paulo.

O tomo II da *Nobiliarquia* corresponde às famílias dos Prados, Pires, Afonsos Gayas, Chassins, Campos, Toledos Pizas e Rendons.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O texto reproduz o da edição de 1929 e conta com algumas intervenções do editor, como, por exemplo, a modificação do título, a inserção de notas críticas e a reorganização dos títulos genealógicos, em relação à primeira edição.

Cinco imagens ilustram o livro: 1. Estátua de Manoel da Borba Gato, por Nicolau Rollo, que se conserva no Museu Paulista, entre as páginas 54 e 55; 2. Estátua de Francisco Dias Velho, por Nicolau Rollo, no vestíbulo do Museu Paulista, entre as páginas 84 e 85; 3. Quadro “Ciclo dos criadores de gado”, de Batista da Costa, entre as páginas 136 e 137; 4. “Domingos Jorge Velho e seu loco-tenente”, quadro de Benedito Calixto, entre as páginas 182 e 183; 5. “Encontro de monções no sertão”, desenho de Hércules Florence, entre as páginas 224 e 225.

O tomo II do livro, que possui 290 páginas, está organizado da seguinte maneira: 1. Nome do autor, título da obra, informação de que é a “terceira edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay”; 2. Texto da *Nobiliarquia*; 3. Índice.

4ª edição –?

A quarta edição da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* não foi localizada.

5ª edição – 1980

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, tomo II, (Reconquista do Brasil, v. 6).

A quinta edição da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* foi publicada em três tomos pelas editoras Itatiaia e EDUSP, em 1980, compondo o volume 6 da coleção Reconquista do Brasil, dirigida por Mário Guimarães Ferri.

O texto é uma reprodução da 3ª edição, de 1953, com prefácio de Mário Guimarães Ferri e estudo biográfico do autor e da obra por Afonso de E. Taunay.

O livro apresenta seis ilustrações, duas a mais que a 3ª edição, a saber: 1. “Nau do século XVI”, painel atribuído a Gregório Lopes, obra que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, no verso do índice; 2. “Estátua de Manoel da Borba Gato, por Nicolau Rollo, que se conserva no Museu Paulista, na página 70; 3. Quadro “Ciclo dos criadores de gado”, de Batista da Costa, na página 114; 4. “Domingos Jorge Velho e seu loco-tenente”, quadro de Benedito Calixto, à página 144;

5. “Encontro de monções no sertão”, desenho de Hércules Florence, na página 172;
6. “Ciclo da caça ao índio, um bandeirante”, por Henrique Bernardelli, na página 220.

O tomo II do livro, que possui 290 páginas, está organizado da seguinte maneira: 1. Nome do autor, título da obra, informação de que é a “quinta edição acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay”; 2. Índice; Texto da *Nobiliarquia*.

Memórias para a História da Capitania de São Vicente, de Frei Gaspar da Madre de Deus

1ª edição – 1797

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil*. 1. ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1797.

A edição *princeps* das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em Lisboa pela Academia Real de Ciências, em 1797, foi feita com base no manuscrito autógrafa original de Frei Gaspar da Madre de Deus, de 1786, que se encontra ainda hoje no Arquivo da Academia sob a cota Ms. Azul 1751.

O lançamento da obra foi anunciado em Portugal, no jornal *Gazeta de Lisboa*, aos 14 de novembro de 1797, da seguinte maneira: “Sahirão à luz: Memórias para a Historia da Capitania de S. Vicente, hoje de S. Paulo, por Fr. Gaspar da Madre de Deos, publicadas ultimamente pela Academia Real das Sciencias, em I vol. de 4º. Vendem-se em casa de *Bertrand* aos *Martyres*”.

Sob os cuidados de Diogo Toledo Lara e Ordonhes, amigo de Frei Gaspar, o manuscrito das *Memórias*, até então intitulado *Fundação da Capitania de São Vicente e acçoens de Martim Affonso de Souza no Brazil*, foi levado a Lisboa para o exame da Academia de Ciências, que aceitou publicá-lo se antes fossem feitas algumas modificações⁴⁹: 1. O título deveria ser mudado para *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*; 2. Os parágrafos 13 e 14 do manuscrito deveriam vir

⁴⁹ As informações aqui contidas encontram-se na carta do vice-secretário da ACL, Francisco de Borja Garção Stockler, a Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, datada de 23 de fevereiro de 1796, e publicada em **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, vol. IV, 1896, páginas 25 e 26, com o título “Parecer sobre a obra de Fr. Gaspar”. Também podem ser encontrados trechos desse documento no tomo 2 dos **Anais do Museu Paulista**, 1925, à página 167.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

em nota separada do corpo do texto; 3. Adjetivos como “doutíssimo” e “erudito” e outros semelhantes, referentes aos escritores citados, deveriam ser omitidos; 4. Os adjetivos “novatos” e “bugres” dados aos portugueses que acabavam de chegar ao Brasil e aos índios da terra, respectivamente, deveriam ser substituídos; 5. Todas as orações com verbo o “haver” no plural, como, por exemplo, “Contendas que ouve-rão”, teriam que ser corrigidas. Todas essas modificações foram realizadas e assim se deu a publicação da obra.

O livro é composto por 245 páginas.

O título da obra aparece no cabeçalho das páginas, a partir da segunda, da seguinte forma: “MEMORIAS PARA A HISTORIA”, nas páginas pares, e “DA CAPITANIA DE S. VICENTE”, páginas ímpares, com exceção da última página, onde o título aparece completo “MEM. HIST. DA CAP. DE S. VIC.”.

Nessa edição é possível encontrar reclames, que eram muito comuns nos manuscritos, e também o sistema de “assinatura”, que nos permite identificar cadernos com 4 bifólios. Além disso, as abreviaturas não são desenvolvidas e todas as notas são numéricas, não contínuas entre páginas e colocadas em rodapé.

Essa edição constitui-se da seguinte maneira: 1. Folha de rosto; 2. Texto que reproduz a determinação da Academia Real de Ciências de publicar as *Memórias*; 3. Índice; 4. Texto das *Memórias*.

2ª edição – 1847

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje Província de São Paulo do Império do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Agostinho de Freitas Guimarães, 1847.

Essa segunda edição das *Memórias*, que vem acompanhada do *Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530*, de Pero Lopes de Souza, reprodução da edição de Lisboa por Francisco Adolpho Varnhagen, foi subsidiada pelo governo de São Paulo e esteve aos cuidados de José Joaquim Machado de Oliveira, então sócio do IHGB.

Apesar de ser uma reprodução da edição *princeps*, conta com algumas intervenções do editor, como a modificação do título⁵⁰, a inserção de três notas críticas,

⁵⁰ Observe-se que houve duas modificações no título: “(...) hoje **chamada** de São Paulo” para “(...) hoje **Província** de São Paulo” e “(...) do **Estado** do Brasil” para “(...) do **Império** do Brasil”.

uma delas marcada por um asterisco, e duas alfabéticas, identificadas pela sigla M.O., de Machado de Oliveira, as inscrições “FIM DO LIVRO I” e “FIM DO LIVRO II”, ao fim dos livros correspondentes, e a introdução de um “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de São Vicente”, ao final do qual também há a sigla M.O. Além disso, essa edição traz uma ortografia modernizada em relação à edição de 1797, as abreviaturas não são desenvolvidas, as notas são numéricas e não contínuas, com exceção das notas do editor, que são alfabéticas, não há reclames, como na primeira edição, e o cabeçalho de todas as páginas apresenta o título da obra da seguinte forma: “MEMORIAS PARA A HISTORIA”, nas páginas pares, e “DA CAPITANIA DE S. VICENTE”, nas páginas ímpares.

Essa edição é constituída da seguinte maneira: 1. Frontispício; 2. Reprodução do “Artigo extraído das atas da assembleia legislativa da Província de São Paulo”, de 6 de fevereiro de 1847, que indica a aprovação da reimpressão das *Memórias*; 3. Texto das *Memórias*; 4. “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente”; 5. *Diário da Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Afonso de Sousa escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza*; 6. Notas; 7. Índice.

3ª edição – 1920

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil*. 3. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

Essa é a terceira edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro por Weiszflog Irmãos, em 1920. Tal edição traz, além do texto das *Memórias*, o texto das *Notícias dos Anos em que se Descobriu o Brasil*, também de autoria de Frei Gaspar da Madre de Deus, e um estudo biográfico do autor e algumas notas inseridas no texto por Afonso Taunay.

O livro, composto por 383 páginas, não traz índice ou sumário, mas apresenta no cabeçalho de todas as páginas o título da obra (as *Memórias*⁵¹ ou as *Notícias*) e os assuntos tratados, sempre nessa ordem.

⁵¹ No título desta edição já não figura a expressão “do Estado do Brasil”.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Nessa edição encontram-se algumas ilustrações: 1. Um fac-símile, segundo o editor, de um autógrafa de Frei Gaspar, depois da folha de rosto; 2. Uma imagem das “Ruínas da Capella de Sant’Anna do Acarahy, em S. Vicente, onde foi batizado Fr. Gaspar da Madre de Deus”; 3. “Placa de bronze comemorativa do 2º centenário de Fr. Gaspar da Madre de Deus, colocada no saguão do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo”, esta imagem e a anterior encontram-se na página posterior à do fac-símile; 4. “A subida da serra do Cubatão pela antiga calçada do Lorena, 1826 – segundo um desenho de Hercules Florence”, à página 176.

No texto dessa edição, há modernização ortográfica, as abreviaturas não foram desenvolvidas, as notas, que são numéricas e não alfabéticas como nos manuscritos, não são contínuas, elas se reiniciam a cada página, além disso, pelo menos duas notas são introduzidas pelo editor da edição anterior, no caso Machado de Oliveira, identificadas pela sigla M.O, que foram reproduzidas por Taunay. Ao final do primeiro livro das *Memórias*, o editor agrega a inscrição “FIM DO LIVRO 1”, e quando a obra termina, depois do segundo livro, acrescenta um “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de São Vicente”.

A constituição dessa terceira edição é a seguinte: 1. Folha de Rosto; 2. Fac-símile; 3. Ilustrações; 4. Prefácio da 3ª edição; 5. Relação das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus; 6. Inéditos e Notas; 7. Cargos ocupados e dignidades conferidas a Frei Gaspar da Madre de Deus em sua Ordem; 8. Frei Gaspar da Madre de Deus; 9. Notas: I. A Lenda de Amador Bueno/II. O Livro Terceiro das “Memórias para a Capitania de S. Vicente”; 10. Bibliografia; 11. As obras filosóficas de Frei Gaspar da Madre de Deus; 12. Filosofia Platônica; 13. Texto das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*; 14. “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das ‘Memórias para a História da Capitania de S. Vicente’”; 15. Texto das *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações*.

4ª edição – 1953

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista III).

Essa é a quarta edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em São Paulo pela Livraria Martins Editora, em 1953. Tal edição,

reprodução da anterior, também traz, além do texto das *Memórias*, o texto da *Notícia dos Anos em que se Descobriu o Brasil*, com introdução e notas por Taunay. É o terceiro volume da coleção Biblioteca Histórica Paulista, com direção de Afonso Taunay, que foi lançada em comemoração ao IV Centenário da Fundação de São Paulo.

O livro, composto por 251 páginas, traz um índice no final do volume, à página 251, e também apresenta no cabeçalho de todas as páginas o nome do autor e o título da obra, sempre nessa ordem. Apesar de haver duas obras reproduzidas no mesmo livro, o título que sempre aparece no cabeçalho é o das *Memórias*, mesmo quando o texto é o das *Notícias*, que aqui é escrito na folha de rosto e no índice como *Notícia*, no singular.

É importante ressaltar que a *Notícia dos Anos em que se Descobriu o Brasil* não é anunciada na capa, no frontispício e nem no cabeçalho dessa edição, aparece apenas na folha de rosto, que anuncia o próprio texto, e no índice, como dito anteriormente.

Nessa edição aparecem diversas ilustrações, nenhuma delas correspondente às ilustrações da edição anterior: 1. Mapa de “São Vicente, Santos e Santo Amaro – do códice da Biblioteca da Ajuda (fim do século XVI)”, antes da folha de rosto; 2. Fac-símile da folha de rosto da 1ª edição das *Memórias*, entre as páginas 28 e 29; 3. Ilustração de “D. João III – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 32 e 33; 4. Ilustração de “Martim Afonso de Souza – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 40 e 41; 5. “Mapa interpretativo do quinhentismo Vicentino, de Teodoro Sampaio”, entre as páginas 50 e 51; 6. Imagem do “Brasão de Martim Afonso de Souza”, entre as páginas 60 e 61; 7. Ilustração de “A frota de Martim Afonso de Souza no Porto das Naus (S. Vicente) – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 74 e 75; 8. Ilustração de “Martim Afonso de Souza em Piassaguera, a caminho do planalto, guiado por João Ramalho – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 88 e 89; 9. Ilustração da “Fundação da Vila de São Vicente por Martim Afonso de Souza em 1532 – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 110 e 111; 10. Imagem da “Carta de Sesmaria assinada por Martim Afonso de Souza”, entre as páginas 120 e 121; 11. Ilustração da “Aclamação de Amador Bueno – Quadro de Oscar Pereira da Silva”, entre as páginas 140 e 141; 12. Ilustração do “Lagamar Vicentino, segundo Hans Staden”, entre as páginas 162 e 163; 13. Ilustração de “Tebiriça – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 184 e 185; 14. Imagem da “Ata da Câmara de Santo André da Borda do Campo assinada por João Ramalho”, entre as páginas 208 e 209; 15. Ilustração de “João Ramalho e um dos seus filhos”, entre as páginas 232 e 233.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

No texto, há modernização ortográfica, as abreviaturas não foram desenvolvidas, as notas, que são numéricas e não alfabéticas como nos manuscritos, são contínuas (de 1 a 225), além disso, pelo menos duas notas são introduzidas pelo editor da 2ª edição, Machado Oliveira, identificadas pela sigla M.O. Ao final do primeiro livro das *Memórias*, não há a inscrição “FIM DO LIVRO 1”, como na 3ª edição. Quando a obra termina, depois do segundo livro, o editor acrescenta um “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de São Vicente”.

Essa quarta edição é constituída da seguinte maneira: 1. Mapa de São Vicente; 2. Folha de rosto; 3. “Duas palavras sobre esta quarta edição das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo”; 4. Súmula Biográfica de Frei Gaspar da Madre de Deus por Afonso Taunay; 5. “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”; 6. Título da obra *Memórias*; 7. Fac-símile da folha de rosto da 1ª edição das *Memórias*; 8. Texto das *Memórias*; 9. “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente”; 10. Título da obra *Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*; 11. Texto da *Notícia*; 12. Índice.

Faz-se necessário ressaltar aqui que no texto “Duas palavras sobre esta quarta edição das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo”, à página 5, Afonso Taunay se equivoca ao dar a informação de que a terceira edição deveu-se à Companhia Melhoramentos de São Paulo, publicada em 1921. Algumas páginas depois, em “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”, o mesmo editor escreve a informação correta: “A terceira edição em volume é de SP e de 1920 (Weiszflog Irmãos)”, à página 25.

5ª edição – 1975

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 20).

Essa é uma reprodução da edição publicada pela Livraria Martins Editora, em 1953, com nota biobibliográfica por Afonso Taunay e prefácio de Mário Guimarães Ferri. Apresenta apenas duas diferenças em relação à edição anterior: o sumário, que aparece no início do livro, e a apresentação de apenas uma ilustração, o fac-símile do frontispício da primeira edição das *Memórias*.

A quinta edição é constituída da seguinte maneira: 1. Folha de Rosto; 2. Sumário; 3. Prefácio; 4. Súmula Biográfica de Frei Gaspar da Madre de Deus por Afonso Taunay; 5. “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”; 6. Título da obra *Memórias*; 7. Fac-símile do frontispício da 1ª edição das *Memórias*; 8. Texto das *Memórias*; 9. “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das *Memórias* para a História da Capitania de S. Vicente”; 10. Título da obra *Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*; 11. Texto da *Notícia*.

6ª edição – 2010

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. (Edições do Senado Federal, v. 129).

Essa é a sexta edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada pelo Conselho Editorial do Senado Federal, em Brasília, em 2010, como seu 129º volume. Tal edição reproduz a 3ª edição da obra, publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro por Weiszflog Irmãos, em 1920, com prefácio de Afonso D’Escragnolle Taunay.

O livro, composto por 220 páginas, traz o sumário, o prefácio da 3ª edição por Afonso Taunay, a relação das obras de Frei Gaspar e uma nota sobre a *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, publicada na Revista do IHGB, no início do volume, além do catálogo das obras e documentos consultados por Frei Gaspar e um índice onomástico, no fim do volume.

No cabeçalho de todas as páginas em que há o texto das *Memórias*, encontram-se o nome do autor e o título da obra, sempre nessa ordem.

Nessa edição aparecem as seguintes ilustrações: 1. Um fac-símile, segundo o editor, de um autógrafo de Frei Gaspar, depois da folha de rosto; 2. Uma imagem das “Ruínas da Capella de Sant’Anna do Acarahy, em S. Vicente, onde foi batizado Fr. Gaspar da Madre de Deus”; 3. “Placa de bronze comemorativa do 2º centenário de Fr. Gaspar da Madre de Deus, colocada no saguão do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo”, esta imagem e as anteriores encontram-se na página 15; 4. Um mapa que representa as vilas de São Vicente, Santos e Bertioga, ilustração do livro de relatos “Reys-boeck van het rijcke Brasilien”, publicado nos Países Baixos, em 1624, na primeira folha de guarda e que também ilustra a capa do livro; 5. Ilustração da “Subida da Serra do Cubatão pela Antiga Calçada Lorena, 1826, (segundo um desenho de Hercules Florence)”, na página 72.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

No texto, há modernização ortográfica, as abreviaturas não foram desenvolvidas, as notas são numéricas e contínuas (de 1 a 225). Ao final do primeiro livro, não há a inscrição “FIM DO LIVRO 1”, como na 3ª edição, mas há, ao final da obra, depois do segundo livro, o “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de São Vicente”.

Essa edição é constituída da seguinte maneira: 1. Mapa das vilas de São Vicente, Santos e Bertioga; 2. Folha de rosto; 3. Frontispício; 4. Ficha Catalográfica; 5. Sumário; 6. Prefácio da 3ª edição; 7. Relação das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus; 8. Nota; 9. Texto das *Memórias*; 10. “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente”; 11. Índice onomástico.

Divertimento Admirável, de Manuel Cardoso de Abreu

1ª edição – 1902

ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902, volume 6, p. 253-293.

A primeira edição do *Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso*, de Manuel Cardoso de Abreu, deve-se à RIHGSP, em 1902, entre as páginas 253 e 293.

O editor da Revista declara que essa edição é baseada em uma cópia manuscrita do texto original, o qual foi encontrado em Lisboa e transcrito por Eduardo Prado.

O texto apresenta atualização ortográfica, abreviaturas não desenvolvidas e também notas do editor. A edição inicia-se com o frontispício da obra, que apresenta título, dedicatória, nome do autor e datação (1783), além de um prefácio e uma carta ao leitor.

A edição é constituída da seguinte maneira: 1. Frontispício da obra; 2. Prefácio; 3. Carta ao Leitor; 4. Texto do *Divertimento Admirável*; 5. Advertência; 6. “Nota sobre Manoel Caetano (sic) de Abreu”.

2ª edição – 1914

DIVERTIMENTO ADMIRÁVEL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 77 (2ª parte), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 125-156.

A segunda edição do *Divertimento Admirável*, produzida pela RIHGB, em 1914, às páginas 123 a 156, não identifica o autor da obra.

Essa é uma edição desprovida de notas do editor da revista, apresentando atualização ortográfica, abreviaturas não desenvolvidas e palavras escritas juntas. Além disso, são evidentes algumas variantes entre esta edição e a edição anterior, principalmente em relação à ortografia e à substituição do nome do autor por diferentes siglas, as quais não correspondem com o nome de Manuel Cardoso de Abreu.

Inicia-se com o frontispício da obra, que apresenta título, dedicatória e datação (1783), além de um prefácio e uma carta ao leitor. No cabeçalho da revista, na página 128, aparece a inscrição “REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO” e, da página 132 em diante, as inscrições “REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO” (páginas pares) e “DIVERTIMENTO ADMIRAVEL” (páginas ímpares).

É possível encontrar nessa edição um sistema de assinatura numérico, composto por duas numerações: número 897 seguido dos números 9 e, a seguir, 10.

A edição é constituída da seguinte maneira: 1. Frontispício; 2. Prefácio; 3. Carta ao Leitor; 4. Texto do *Divertimento Admirável*; 5. Advertência.

3ª edição – 1977

ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável*. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 53-87 (Coleção Paulística, v. 1).

Essa terceira edição do *Divertimento Admirável*, de Manuel Cardoso de Abreu, publicada na coletânea sobre São Paulo colonial intitulada *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*, de 1977, é baseada na primeira edição da obra, pela RIHGSP.

O texto apresenta atualização ortográfica, abreviaturas não desenvolvidas e também notas do editor, embora o seu número de notas tenha sido reduzido em

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

relação à primeira edição. Inicia-se com o frontispício, que apresenta o nome do autor, o título da obra e a sua datação. Ao frontispício segue-se um fac-símile da folha de rosto do *Divertimento Admirável* publicado na Revista.

No cabeçalho da obra, na página 60, aparece a inscrição “DIVERTIMENTO ADMIRÁVEL” e, a partir da página 64 em diante, as inscrições “DIVERTIMENTO ADMIRÁVEL” (páginas pares) e “MANOEL CARDOSO DE ABREU” (páginas ímpares).

A edição é constituída da seguinte maneira: 1. Frontispício; 2. Fac-símile da folha de rosto do *Divertimento Admirável* publicado na Revista do IHGSP; 3. Texto com algumas informações biobibliográficas de Manuel Cardoso de Abreu; 4. Prefácio; 5. Carta ao Leitor; 6. Texto do *Divertimento Admirável*; 5 Advertência.

Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu

1ª edição – 2007

COSTA, Renata Ferreira. *Edição Semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 558 f.

A primeira edição da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de Manuel Cardoso de Abreu, deu-se em 2007 em nossa dissertação de mestrado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Essa edição, semidiplomática justalinear, que se propõe a apresentar um texto muito pouco afastado do que se acha no manuscrito e facilmente legível a um público amplo, é acompanhada de um glossário parcial e de índices de expressões latinas, de antropônimos, de topônimos e de cargos, dignidades e funções, além dos estudos codicológico, paleográfico e linguístico da obra.

A edição é constituída da seguinte maneira: 1. Introdução; 2. O século XVIII: contexto histórico; 3. Manuel Cardoso de Abreu: biografia, bibliografia e autoria; 4. Descrição do códice E11571; 5. Edição semidiplomática de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*; 6. Glossário parcial e índices de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*; 7. Considerações finais; 8. Referências.

2ª edição – 2014

COSTA, Renata Ferreira. *Memória Histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

O livro intitulado “Memória Histórica da Capitania de São Paulo: edição e estudo” é a publicação de nossa dissertação de mestrado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, instituição de guarda do documento manuscrito.

Para além do título, não houve alterações entre as duas versões. Desta forma, assim como na edição anterior, essa é constituída da seguinte maneira: 1. Introdução; 2. O século XVIII: contexto histórico; 3. Manuel Cardoso de Abreu: biografia, bibliografia e autoria; 4. Descrição do códice E11571; 5. Edição semi-diplomática de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*; 6. Glossário parcial e índices de *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*; 7. Considerações finais; 8. Referências.

Capítulo II

ACUSAÇÃO CONTRA MANUEL CARDOSO DE ABREU E CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLÁGIO

2.1. ACUSAÇÃO DE PLÁGIO CONTRA MANUEL CARDOSO DE ABREU

2.1.1. Afonso D'Escragnolle Taunay

O historiador, professor e escritor Afonso d'Escragnolle Taunay nasceu em Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, capital de Santa Catarina, em 11 de julho de 1876, mas ainda muito pequeno foi para o Rio de Janeiro, onde realizou os seus estudos humanísticos, no Colégio D. Pedro II, e acadêmicos, na Escola Politécnica, “pela qual se diplomou engenheiro civil”, como destaca Matos (1977, p. 25).

Afonso Taunay teve uma vida intelectual muito ativa, seja através dos cargos públicos que ocupou, entre eles os de professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, de diretor do Museu Paulista e de membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras e da Academia Portuguesa de História, seja pela dedicação exaustiva às pesquisas histórica e historiográfica, especializando-se na história de São Paulo e do bandeirismo, que resultaram em muitas publicações, além de edições e reedições comentadas de várias obras antigas.

Como filho de Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, presidente da Província de Santa Catarina e escritor, com destaque para o romance

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Inocência, e bisneto de Nicolau Antônio Taunay, pintor francês que integrou o grupo de artistas da Missão Artística Francesa de 1816, Afonso empreendeu a reedição das obras do pai e estudos sobre seu bisavô e a Missão Artística.

O tema do bandeirismo e a composição da imagem fundadora de São Paulo, iniciados no século XVIII por Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, foram recuperados em fins do século XIX e na primeira metade do século XX não só por Taunay, mas também por outros historiadores, como Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado, conforme afirma Anhezini (2003, p. 11-12), o que justifica a preocupação de Afonso Taunay em publicar estudos biográficos e críticos desses autores e preparar as reedições comentadas de suas obras.

Taunay manteve laços intelectuais e de amizade com personalidades como Alfredo Moreira Pinto, Washington Luís e Capistrano de Abreu, este último considerado o “mestre de muitos autores das primeiras décadas do século XX”, segundo Anhezini (2009, p. 246), dos quais recebia influências e sugestões em relação aos temas que pretendia estudar e às pesquisas em andamento.

A importância de Afonso Taunay configura-se não só na recuperação e difusão dos escritos a respeito de São Paulo, mas também por ser, juntamente com Pedro Taques e Frei Gaspar, figura chave na criação do que se pode chamar de “tradição” em relação à “construção de um ‘imaginário’ da história de São Paulo”, como salienta Silva (2009, p. 187), ou, conforme Mesgravis (2003, p. 8), na consolidação “do mito bandeirante, que tão bem serviu à hegemonia paulista na Primeira República”.

2.1.2. Estudos sobre a vida e a obra de Pedro Taques e Frei Gaspar

Os estudos biográficos e bibliográficos sobre Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus feitos por Afonso Taunay tiveram início por volta de 1914, dada a apresentação, no ano anterior, de uma proposta de Taunay, junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para a celebração dos centenários de nascimento dos dois historiadores. Contudo, antes disso, os historiadores setecentistas já tinham sido tema de diversas correspondências entre Afonso Taunay e seus amigos intelectuais.

Dentre as obras de Taunay sobre Pedro Taques e Frei Gaspar, destacam-se:

1. Pedro Taques. **RIHGSP**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915, vol. 19, p. 255-261.

2. Inéditos de Pedro Taques e Documentos Inéditos referentes ao autor da “Nobiliarquia”. **RIHGSP**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915, vol. 20, p. 742-790.
3. Pedro Taques e seu Tempo. **Anais do Museu Paulista**, tomo I, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1922.
4. Frei Gaspar da Madre de Deus. **RIHGSP**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915, vol. 20, p. 127-174.
5. Frei Gaspar da Madre de Deus. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1916, tomo 77, 2ª parte, p. 419-496 (reprodução da RIHGSP).
6. A Lenda de Amador Bueno/O Livro Terceiro das “Memórias para a História da Capitania de São Vicente”. **RIHGSP**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915, vol. 20, p. 175-186.
7. Inéditos de Frei Gaspar da Madre de Deus e Documentos sobre o Historiador. **RIHGSP**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1915, vol. 20, p. 187-248.
8. Escritores Coloniais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1925, tomo II, p. 117-199.
9. Um Inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus. **RIHGSP**, São Paulo, Gráfica Paulista, 1939, vol. 36, p. 7-26.

Esses textos também serviram para compor súmulas, excertos, estudos e introduções sobre a vida e a obra dos historiadores nas reedições de suas obras.

2.1.3. Manuel Cardoso de Abreu: “plagiário” de Pedro Taques e Frei Gaspar

O primeiro registro de que Manuel Cardoso de Abreu seria um plagiário das obras de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus encontra-se em uma carta de Capistrano de Abreu a Pandiá Calógeras, datada de 25 de outubro de 1916. Capistrano dá a notícia, mas não se aprofunda no assunto:

A repartição do Arquivo emprestou-me um manuscrito sobre a capitania de São Paulo, terminado em 1797, comprado no espólio do Barão de Rosário, oferecido ao futuro Balsemão, com quem o autor fez conhecimento em Mato Grosso. Diz o autor que teve de andar mendigando de mão em mão as notícias reunidas, refere-se às dificuldades de ler a escrita antiga dos cartórios etc. Ora, o trabalho não passa de cópia

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

literal das *Memórias* de Fr. Gaspar, de extensos trechos da *História* de Taques, ambos inéditos naquele tempo. E o pior é que o sujeito é meu xará – Manuel Cardoso de Abreu. (RODRIGUES, 1954, p. 400).

Dada a amizade que tinha com Capistrano de Abreu e a intensa troca de informações que realizaram, essa notícia também foi comunicada a Afonso Taunay quando deu início às suas pesquisas sobre Pedro Taques e Frei Gaspar. Desta forma, dentro do seu projeto de resgate das memórias desses dois historiadores, houve a necessidade de não só declarar que eles tinham sido plagiados, mas também de trazer à tona dados referentes ao plagiário. Foi assim que Afonso Taunay cotejou as obras de Pedro Taques e Frei Gaspar com a obra manuscrita de Manuel Cardoso, intitulada *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos os seus memoráveis sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796*, salvaguardada no Arquivo do Estado de São Paulo, concluindo que se tratava de um plágio das *Memórias* de Frei Gaspar da Madre de Deus e de trechos da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Além disso, também realizou um estudo da sua vida e obra, uma vez que:

O estudo da personalidade e da obra de Manuel Cardoso de Abreu constitui também uma nota inédita não de todo desinteressante para o estudo da nossa história literária com a apresentação deste culto primevo, quiçá patriarca do plágio no Brasil. (TAUNAY, 1925, p. 3).

Afonso Taunay posiciona-se de forma parcial contra Manuel Cardoso, para ele o “patriarca do plágio, calvo e deslavado, em terras paulistas. Nas de Santa Cruz será contado entre os precursores do gênero, aliás, ao que parece, já no século XVIII largamente cultivado. Fica-lhe a honra de veterano ilustre desse luzido ‘regimento’ (...)” (TAUNAY, 1925, p. 232). Assim, quando se refere a Pedro Taques ou a Frei Gaspar, ou ainda quando trata exclusivamente de Manuel Cardoso de Abreu, Taunay levanta a questão do “plágio” e faz uma acusação severa fundamentada em suas investigações, com o objetivo de resgatar a memória dos dois historiadores, sem nenhuma mácula.

De acordo com Taunay (1925, p. 168-169), o “plágio” feito por Manuel Cardoso justifica-se porque este desejava angariar privilégios junto ao visconde de Balsemão, a quem dedicou sua obra:

Subindo ao poder o visconde de Balsemão, a quem conhecera em Cuiabá, renovou, insistente, os pedidos de promoção e melhoria de emprego. Foi então que lhe ocorreu a ideia de pedir a frei Gaspar, emprestado para o ler, o manuscrito das suas *Memórias*, copiá-lo e oferecê-lo ao ministro, como obra de sua lavra. Assim o fez; deu-lhe outro

título: História da Capitania de São Paulo, anexou-lhe pomposa dedicatória, em que se jacta do imenso trabalho causado pela obra e enviou-o a Balsemão, certo de que jamais se lhe descobriria o furto.

(...) continuou a copiar verbo ad verbum não só o beneditino como Pedro Taques, de cujos manuscritos se apossara. É muito provável que a ele se deva o desaparecimento do livro terceiro da obra de frei Gaspar.

Apesar de declarar que a *Memória Histórica* é uma “cópia servil”, Taunay também reconhece que os textos copiados receberam intervenções do copista, objetivando o disfarce das fontes:

Reproduzir, “verbum ad verbum”, desde a primeira linha, devia achar, de si para si, o filacioso, seria uma diminuição perante o seu foro íntimo e, assim a refletir, “ego quoque scriptor sum”, majestosamente, substituiu “famigerada” por “celebre”, e continuou, sem a mínima hesitação ou tropeço, até ao fim do parágrafo.

Fazia às vezes modificações da maior importância: Escrevera frei Gaspar Christovam Colon e ele apaixonado da pureza do vernáculo corrigia Christovam Colombo!

(...) Resolveu, portanto, reduzir o volume do manuscrito (...) suprimindo em muitos números grande quantidade de frases e períodos.

Nada de divagações! Impiedosamente cortou, por exemplo, as explicações sobre o nome dado ao “Morro do Frade”, perto de Angra dos Reis. Sobre a etimologia da palavra Bertioiga nada deixou. (...) Truncados, uns após os outros, textos e notas, caíam ante a faina abreviadora do plagiário. Momentos havia, porém, em que, apesar de toda a audácia, a pena lhe tropeçava ante espontâneos e insopitáveis movimentos da consciência. Era quando a sua vítima escrevia a primeira pessoa.

“De propósito apontei as eras”, “si as minhas conjecturas não agradarem”, redigira frei Gaspar, “De propósito se apontam as eras”, “si estas conjecturas não agradarem” parafraseia o plagiário.

(...) no capítulo “Da Fundação de São Paulo”, quando o beneditino entendeu terminá-lo com o episódio de Amador Bueno, ajuntou-lhe o falsificador 11 parágrafos inéditos, onde resolveu historiar as questões entre paulistas e jesuítas e as lutas civis dos Pires e Camargos.

(...) caiu a fundo sobre a “Notícia Histórica da Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo”, de Pedro Taques, que saqueou como estava fazendo com as memórias do beneditino.

Ficaria muito extenso, porém, intercalar toda a memória de Pedro Taques; resolveu pois cortá-la para passar a tratar do caso dos Pires e Camargos.

Do título “Camargos”, da “Nobiliarquia Paulistana”, saiu o material para esta nova e grande enxertia de alheias obras.

Um único parágrafo original existe em todo o Livro I da “História de São Paulo”, o de número 167, duas únicas páginas em que Cardoso de Abreu, reproduzindo vários tópicos do seu “Divertimento Admirável”, faz a enumeração das igrejas e capelas de

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

São Paulo e, metendo-se a indianista, afirma que Anhangabaú significa: “Água onde o diabo lavou a cara”, (...).

Passando ao Livro II das “Memórias” de frei Gaspar (...) sordidamente reproduziu o texto de sua vítima, como o de número 72.

O plágio à custa de frei Gaspar ia servir-lhe de base ao edifício de lisonja com que planejava angariar a boa vontade do visconde de Balsemão. Necessitava, porém, historiar os tempos modernos – coisa que não fizera o beneditino – para ter a ocasião de falar daquele a quem bajulava. E como precisasse dar grande vulto às suas pretensas lucubrações e investigações, atirou-se a novo furto, de que foi, agora, novamente vítima Pedro Taques, na sua “História da Capitania de São Vicente”. Vergonhosamente manipulou-a, adulterou-a, violentando-lhe os textos, fazendo-lhes permutações as mais descabidas, tudo com o fim de avolumar a “sua” obra. (TAUNAY, 1925, p. 221-224).

Manuel Cardoso de Abreu teria conseguido os manuscritos de Frei Gaspar e de Pedro Taques graças ao contato que tinha com o monge beneditino e com o genro deste último:

Há dois ou três apógrafos das *Memórias*: em Lisboa, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em São Paulo. O de São Paulo é da autoria de um dos mais deslavados plagiários de que rezam os nossos fastos literários. Certo Manoel Cardoso de Abreu, oficial maior da Secretaria da capitania de São Paulo que tendo obtido, por empréstimo, os originais do beneditino copiou-os, pôs-lhe um prefácio e um postfacio e dedicou-o todo, como se obra sua fora, ao ministro do estado Visconde de Balsemão. (TAUNAY, 1941, p. 89).

Existia em fins do século XVIII, na Secretaria do Governo da Capitania de São Paulo, um Oficial Maior que tanto tinha de inteligente quanto de inescrupuloso. (...) não passava de refinado velhaco. Era este homem certo Manuel Cardozo de Abreu autor de muito interessante relato: “Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso”.

Dava-se com Frei Gaspar da Madre de Deus e sabia que o ex-Abade Provincial do Brasil tinha prontas, a imprimir, as suas *Memórias*.

Adicionou-lhes, ainda por cima, para os enriquecer, novo plágio, os copiosos trechos da *História da Capitania de São Vicente*, obra inédita, ainda, também, e da autoria de Pedro Taques. E pôs-lhes uns anexos da sua lavra que mais tarde correram como sendo da lavra de Fr. Gaspar o que tive o ensejo de desmentir. (TAUNAY, 1943, p. 50-52).

Descobriu-se, em 1817, volumosa documentação relativa à personalidade de Manuel Cardoso de Abreu, o autor do *Divertimento admirável* e da pseudo *Continuação das Memórias de Frei Gaspar*. Levou este fato ao cotejo de sua obra inédita, pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo, com as *Memórias* do beneditino, verificando então que Abreu não passava do mais imprudente plagiário, acaso nascido no Brasil. Notou-

-se também que se apropriara de trechos inteiros de Pedro Taques. Ora, como era íntimo amigo do genro deste, Manuel Alves Alvim, com certeza pode, com a maior liberdade, utilizar-se do espólio manuscrito do infeliz linhagista; daí os furtos que realizou. (TAUNAY, 1980, p. 47-48).

Não há notícia de que o terceiro livro das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, prometido por Frei Gaspar da Madre de Deus, mas não publicado, tenha sido realmente escrito, apesar disso, recai sobre Manuel Cardoso uma acusação de furto também dos manuscritos dessa parte da obra:

(...) Antônio Piza, demonstrando que, se frei Gaspar da Madre de Deus imprimiu as suas “Memórias para a História da capitania de São Vicente”, se os primeiros livros de sua obra não tiveram a sorte do terceiro, deveu-o exclusivamente à intervenção de Diogo Ordonhes junto à Academia Real de Ciências de Lisboa. Não fora ele e o plagiário Manoel Cardoso de Abreu poderia tranquilamente fazer-se passar aos olhos dos pósteros como o autor da famosa crônica. (TAUNAY, 1944, p. 43).

Não fôra a iniciativa dos irmãos Arouche e a modéstia do velho monge teria permitido que se consumasse inaudito atentado, o mais indecoroso caso de *sic vos non vobis*, um dos mais deslavados plágios de que rezam os nossos anais literários, praticado pelo oficial maior da Secretaria da Capitania, Manoel Cardoso de Abreu, personagem de vida trêfega e aventureira.

(...) É muito possível que a Abreu se deva o desaparecimento do livro terceiro das *Memórias* da obra de seu plagiado.

(...) A pretensa *Continuação das Memórias* é da lavra do plagiário Manoel Cardoso de Abreu, segundo aliás expressa referência anacrônica nela consignada. (...) (TAUNAY, 1953, p. 19-20).

O texto “Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus”, publicado em 1861 na RIHGB, no volume 24, páginas 539 a 616, é, na verdade, uma parte da *Memória Histórica*, de Manuel Cardoso. Em 1916, Alfredo de Toledo publicou um artigo no jornal *Diário Popular* em que declarava que a “Continuação das Memórias” era um texto apócrifo, e, Sílvio Romero (1953, p. 649), também já havia reconhecido que o texto não era de Frei Gaspar. Assim, Afonso Taunay reúne todas as informações a esse respeito e publica o fato em alguns de seus textos:

Publicou-se no tomo 24 da Revista do Instituto Histórico Brasileiro uma *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, que reputamos, de acordo com o parecer dos nossos mais eruditos críticos, inteiramente falsa. Oferecida ao Instituto pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, constam as 77 páginas de tal mixtifório (sic) da indigesta serzidura (sic) de trechos mal copiados da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques, e do resumo mal feito e anotado de outros trechos da mesma obra. A isto se anexa a transcrição de diversos documentos do arquivo da Câmara de São Paulo e uma lista de ouvidores de São Paulo, vários dos quais posteriores ao

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

falecimento de frei Gaspar. A pretensa *Continuação* é da lavra do plagiário Manoel Cardoso de Abreu, circunstância esta que inexplicavelmente escapou à comissão de redação da *Revista*.

[...]

Rematando este acervo de apócrifos surgem as *Notícias sobre a vinda dos primeiros governadores até o presente capitão-general*, obra de Manoel Cardoso de Abreu, oficial maior da Secretaria da Capitania de São Paulo em 1797, como ele próprio declara e fato que inexplicavelmente, escapou à vigilância da comissão de redação da *Revista*. Assim, pois, estamos em face de um dos múltiplos e deslavados plágios do autor do *Divertimento Admirável*.

[...]

(...) a confrontar o texto da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* e o da *História da Capitania de São Paulo*, provou Alfredo de Toledo que a *Continuação* não é mais do que a cópia das 44 últimas folhas da *História da Capitania de São Paulo*. Acrescentou-lhe um anotador anônimo umas linhas mais, pondo em dia uma lista de ouvidores, isto pelos anos da Independência. Adicionara-lhe ainda o copista umas outras linhas escritas pelo próprio Abreu, ao que parece, mas não incluídas no manuscrito pertencente ao Arquivo do Estado.

[...]

Traçou para terminar o seu volume as “Notícias sobre a vinda dos primeiros governadores até o presente capitão general”, título impresso na “continuação das memórias de Frei Gaspar”, e diverso da estapafúrdia e tola epígrafe do manuscrito do arquivo do Estado: “Mostra-se a vinda do primeiro governo e os mais subsequentes até o presente capitão general”. Af tudo é mais ou menos de sua imaginativa. (TAUNAY, 1925, p. 173-228).

O que se imprimiu como continuação das *Memórias* é obra do deslavado plagiário, Manuel Cardoso de Abreu, cujas tranquiernas relatamos em nosso *Escritores coloniais*. (TAUNAY, 1951, p. 139).

Pequenas monografias setecentistas relativas à história paulista existem divulgadas como o *Divertimento admirável* do inteligente e deslavado plagiário do beneditino e de Pedro Taques. A ele se deve uma suposta *Continuação das memórias de Frei Gaspar*, publicada a instâncias do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, pelo Instituto Histórico Brasileiro. (TAUNAY, 1954b, p. 11).

É creditada ainda a Manuel Cardoso de Abreu uma provável cópia de trechos da *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques, para a constituição de um texto sobre a genealogia paulista, localizado em Londres por Eduardo Prado, que, no entanto, acabou perdendo sua pista:

Soube certa vez Eduardo Prado que em Londres se vendera volumoso códice da autoria de Cardoso de Abreu e referente à genealogia paulista. Quando quis

adquiri-lo, perdeu-lhe a pista. Este códice não é certamente senão uma nova ladroice literária do velhaco Oficial-Maior da Secretaria da Capitania de São Paulo. Em matéria de genealogia era Cardoso de Abreu tão versado que, ao casar-se, quase aos 40 anos, declarava ao vigário de São Paulo ignorar quais eram os apelidos de seus avós maternos!

Assim haja, porém, o refinado tratante plagiado mais uma vez a Pedro Taques! Restamos a esperança de que um dia ou outro possa surgir-nos uma nova cópia da *Nobiliarquia Paulistana* e esta aplicação paulistana do *sic vos non vobis* voltar-se contra o plagiário de Ararataguaba. (TAUNAY, 1980, p. 47-48).

Todos os outros autores que se referem a Manuel Cardoso como plagiário tiveram sempre como fonte as obras de Afonso Taunay, como é o caso de Haroldo Paranhos, Aureliano Leite, Afrânio Peixoto, Péricles da Silva Pinheiro, Ernani Silva Bruno, Raimundo de Menezes e José Honório Rodrigues:

(...) a continuação da obra de Frei Gaspar, não era mais que uma adulteração da *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques.

História da Capitania de São Vicente, desde a sua fundação em 1531. (...) Consoante a opinião do Sr. Afonso Taunay, o plagiário Manoel Cardoso de Abreu, deveria ter-se utilizado de uma outra cópia, com a qual escreveu a sua *História da Capitania de São Paulo*. (PARANHOS, 1937, p. 108-118).

ABREU, Manuel Cardoso de. – “História da Capitania de São Paulo” (Segundo Afonso de Taunay, plágio da obra de Frei Gaspar) – “Divertimento Admirável” – “Continuação das Memórias de Frei Gaspar”. (LEITE, 1946, p. 238).

Escreveu: “Divertimento admirável” (...); “Continuação das memórias de Fr. Gaspar da Madre de Deus” (...) (PEIXOTO, 1947, p. 226).

[Manuel Cardoso de Abreu] Escreve: (...) “Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus” (plágio) publicada no vol. 24 da R.I.H.G.B.; e “Memória Histórica da Capitania de São Paulo e todos seus memoráveis sucessos, desde o anno de 1531 até o presente de 1796” (plágio), manuscrito pertencente ao Arquivo do Estado de São Paulo.

Não se sabe como possui em manuscrito a obra principal de Fr. Gaspar da Madre de Deus. Não hesita em sua malignidade e “verbum ad verbum”, com modificações que julga oportuno introduzir no texto autêntico, sem contudo descaracterizá-lo a ponto de esconder ou disfarçar o engodo, copia trechos originais e plagia outros, na mais deslavada apropriação que se conhece, das “Memórias para a História da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo”. Permite-se, reiteradas vezes, o comentário mais pessoal, na ilusão de escamotear talvez a si próprio. E onde o beneditino, em sua honesta integridade, se louva nos “preciosos e verídicos manuscritos do sargento-mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme”, o plagiário declara apoiar-se na opinião “de certo anonymo de bom critério”. (PINHEIRO, 1961, p. 114-115).

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

(...) “Memória histórica da Capitania de São Paulo e de todos os seus memoráveis sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796”, que o historiador Afonso de E. Taunay considera plágio quase integral das “Memórias” de Frei Gaspar da Madre de Deus. (BRUNO, 1977, p. 57).

Querendo bajular o Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, capitão-general em Mato Grosso, copiou o manuscrito de Frei Gaspar da Madre de Deus e ofertou àquele potentado, dando-o como de sua autoria. E realizou coisa ignóbil, mutilando trechos importantes da obra, a fim de diminuir-lhe as proporções, e pôs-lhe adulatora dedicatória. Cinco anos depois, descobriu-se o vergonhoso plágio com a publicação do livro de Frei Gaspar, iniciativa da Academia Real de Ciências de Lisboa. (MENEZES, 1978, p. 6).

As *Memórias* foram plagiadas por Manuel Cardoso de Abreu, que deu outro título ao livro, “História da Capitania de São Paulo” e dedicou-o ao Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho.

Desde 1916, [Capistrano de Abreu] em carta a Pandiá Calógeras, alertara o plágio que Manuel Cardoso de Abreu no seu “Divertimento Admirável” fizera das Memórias de Frei Gaspar.

Deve ter sido um homem de inteligência desenvolvida a julgar pela narrativa de suas viagens aos sertões de São Paulo e Cuiabá e pelos plágios que cometeu das obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques. (RODRIGUES, 1979, p. 147-153).

A partir dessa contextualização, foi possível entender melhor a problemática que envolve tal acusação de plágio.

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLÁGIO

O plágio é um tema muito discutido nos dias atuais, em especial no meio acadêmico, principalmente porque o advento da Internet veio facilitar o acesso rápido a uma grande quantidade de informações e textos, mas também acabou por contribuir para uma indefinição, ainda que aparente, dos limites entre o público e o privado, o que abre caminho para que leitores, estudantes e pesquisadores copiem frases, parágrafos ou mesmo textos inteiros sem citar as fontes, fazendo passar por seu um trabalho alheio, ou seja, plagiando. Isso não quer dizer que o plágio surge com a Internet, mas com ela essa prática toma uma proporção muito maior.

As discussões em torno desse tema são de longa data, mas o conceito de plágio, que, conforme Silva (2006), “sofreu mudanças, de acordo com o momento histórico e as condições sociais de cada época”, ainda é bastante impreciso e sempre aparece associado aos conceitos de originalidade, autoria e propriedade intelectual. Por isso, este tópico tem a finalidade de contribuir para o esclarecimento do que é o plágio, através de uma incursão pela etimologia da palavra, sua história,

suas imbricações no plano jurídico e no campo crítico-literário e as motivações para tal prática. Além disso, também tem o propósito de explicitar os elementos de identificação do plágio, os limites entre essa prática e a intertextualidade, os seus mecanismos na ocultação dos textos alheios e de verificar quais eram as características das práticas de escrita vigentes à época de Manuel Cardoso de Abreu.

2.2.1. Plágio: um pouco de história

Plágio é a apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem (HOUAISS, 2001). A origem etimológica da palavra ilustra bem esse conceito: derivada, conforme Schneider (1990, p. 129), do baixo latim *plagium*, que seria outra forma do grego *πλαγιος* –*plagiós* ou *plágon*¹, significa “oblíquo; transversal, inclinado” ou “que usa meios oblíquos; trapaceiro, velhaco”. No entanto, o conceito de plágio como apropriação indevida da obra de outra pessoa é relativamente novo, já que, no século II a.C., no Direito Romano, quando a palavra *plagium* aparece em uma lei conhecida como *Lex Fabia de Plagiariis*, sua conotação é diferente. Essa lei surgiu como uma medida contra a corrupção que envolvia o roubo ou utilização de escravos libertos ou alheios, sem a autorização dos donos, isto é, o *plagium*, um crime que envolvia apropriação desonesta e fraudulenta e que se consumava, segundo Manso (1987, p. 9), “mediante sequestro de um homem livre, para fazê-lo passar por escravo e assim vendê-lo, ou simplesmente utilizá-lo, como se fosse escravo”. Assim, mesmo que o conceito de plágio não seja o mesmo para os antigos romanos e para os homens da atualidade, já havia a ideia de uma prática eticamente condenável.

Em dicionários do século XVIII, como, por exemplo, os de Bluteau e Moraes Silva, já começam a aparecer acepções ligadas ao termo “plágio”, tais como:

Plagiario: He tomado do Latim *Plagiarius*, que no dito idioma tem dous sentidos. I. Segundo Ulpiano, e outros Jurisconsultos, *Plagiarius* he o que tem, compra, ou vende por escravo pessoa livre, ou persuade a escravo que fuja a seu senhor, e se deriva *Plagiarius* do verbo Latino *Plagare*, que he Ferir, Açoutar etc. Castigo, que pela ley Flavia se dava antigamente aos comprehendidos neste delicto. II. Em Marcial lib. I. *Plagiarius* se appropria aos que se attribuem a si as obras de outros Autores.

(BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, 1712-1728)

¹ Até o século XVIII, segundo Maurel-Indart (1999, p. 11), o termo “plágio” foi objeto de um contrasenso que teve origem em um erro etimológico. Pensava-se que a palavra vinha originalmente do latim *plaga*, “que significa a condenação ao açoite daqueles que vendiam homens livres como escravos” (tradução nossa), e não do grego *plagiós*.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Plagiario: O que usa de pensamentos, ou expressões alheias como suas, e sem as referir ao seu Autor.

Plagio: A fraude, ou vicio do plagiario.

(MORAES SILVA, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 1789)

Bluteau refere-se à acepção original da palavra, ligada à lei romana aplicada contra os usurpadores de escravos ou aqueles que escravizavam homens livres, mas também destaca o sentido que vai ganhar força, relacionado a quem se apropria de obras alheias. Este último sentido é referenciado também por Moraes Silva.

Em sua *Enciclopédia*, Diderot e D'Alembert (1778, p. 25-30) também trazem conceitos relacionados ao plágio e discutem de maneira bastante crítica a prática de quem comete a ação de plagiar, que já aparece com o sentido de roubo:

Plágio: é a ação de um escritor que rouba ou pilha a obra de um outro autor e que a atribui como sua própria obra. É então a falta de atribuição de uma obra a seu autor que caracteriza o plágio. Qualquer um que ao escrever, após autores que o precederam, os citou fielmente, não pode nem deve passar por culpado desse crime literário. É preciso estabelecer uma grande diferença entre copiar certos trechos de um autor e os roubar. Ao utilizar os pensamentos de outro escritor, citando-os pontualmente, é preciso retirar toda a culpa de roubo: o silêncio e a intenção de declarar como seu o que é de outro faz o plágio. (...) O plágio é um tipo de crime literário (...), é o nome que se dá a um roubo de pensamentos (...).

Plagiário: escritor que rouba os outros autores e oferece suas produções como sendo seu próprio trabalho. Os Romanos chamavam plagiário a uma pessoa que comprava, vendia ou retinha como escravo uma outra pessoa livre, porque pela lei Flavia, qualquer um que praticasse esse crime, seria condenado ao açoite, *ad plagas*.

Plagiarius: Esta palavra, em Ulpiano, significa aquele que rouba pessoas livres e que as vende como escravos, (...) de onde vem o nome plagiário, que rouba obras de outros e que as vende como suas. [tradução nossa]

No manuscrito autógrafo das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, obra do século XVIII, encontra-se um registro do termo “plagiário” com o sentido primeiro da palavra, isto é, como aquele que aprisiona e vende escravos alheios ou homens livres²:

Se o Author chamasse Plagiarios aos Paulistas antigos, alguã razaõ haveria para isso, por não se poder negar, *que* captivaraõ, e vendiaõ os Indios, como Escravos sendo Livres estes pobres homens, mas nenhum fundamento teve, para os denominar Piratas. [edição nossa]

² Manuscrito original autógrafo, com rasuras e emendas, pertencente ao arquivo da Academia de Ciências de Lisboa, cota Ms. Azul 1751, fólios 77v e 78r.

O século XIX é a época em que o sentido de plágio enquanto apropriação indevida de um texto ganha força, configurando-se como uma violação e, dessa forma, relacionando-se ao Direito. Em dicionários dessa época, como, por exemplo, o *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, dá-se início à definição de “plágio” como cópia servil de obras de outros autores:

Plagiário: O que traslada para as suas obras o que acha em outros authores, palavra por palavra.

Plagio: Fraude de plagiario.

As acepções atuais da palavra “plágio” e seus derivados, registradas nos dicionários vernáculos, apontam para um ato fraudulento, eticamente condenável:

Plagiar: Lat. *plagiare*. 1. Subscrever ou apresentar como seu um trabalho alheio. || 2. Imitar servilmente trabalho de outrem. || 3. Respigar, forragear.

Plagiário: Lat. *plagiarius*. Indivíduo que plagia. || 2. Entre os antigos, aquele que roubava os escravos para os vender.

Plagiato: Lat. *plagiatus*. Ato ou efeito de plagiar.

Plágio: Lat. *plagium*. O mesmo que plagiato. Elem. Gr. *plagios*. Termo de composição que exprime ideia de oblíquo.

(FREIRE, *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1954)

Plagiar: (Do lat. *plagiare*). Assinar ou apresentar como seu trabalho literário ou científico de outrem; imitar servilmente trabalho alheio.

Plagiário: (Do lat. *plagiariu-*). Que plagia. Autor que apresenta como seu trabalho literário ou científico de outrem, quer copiado integralmente, quer ligeiramente alterado num passo ou noutro. || Entre os Antigos, aquele que roubava os escravos para os vender, ou até as pessoas livres, para as reduzir à escravidão.

Plagiato: (Do lat. *plagiatu-*). Ato ou efeito de plagiar; roubo literário ou científico; plágio.

Plágio: (Do gr. *plágios*, pelo lat. *plagiu*). Apropriação ou cópia de trabalho alheio (literário ou científico) sem indicação da verdadeira origem; o mesmo que plagiato.

(MORAIS SILVA, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 1955)

Plagiar: Apresentar como seu (trabalho literário etc., alheio). || Respigar, forragear. || F. *Plágio*.

Plagiário: O que apresenta como original ou como seu o que encontrou noutros autores ou copiou de obras alheias. || F. lat. *Plagiarius*.

Plagiato: Ato ou fraude de plagiário. || F. lat. *Plagiatus*.

Plágio: O mesmo que plagiato. || F. lat. *Plagium*.

(CALDAS AULETE, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, 1964)

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Plágio: Do gr. *plágios* “oblíquo”, pelo lat. *plagiu*, crime do *plagiário*, que usava de meios oblíquos, indiretos, astuciosos, para desencaminhar os escravos alheios. Tomou sentido figurado.

(NASCENTES, *Dicionário Etimológico Resumido*, 1966)

Plágio ou Plagiato: Furto literário. O plágio verifica-se quando alguém copia ou imita servilmente a linguagem e as ideias doutrem e as apresenta como suas.

(SHAW, *Dicionário de Termos Literários*, 1982)

Plágio: ato ou efeito de imitar, de apresentar, como sua, obra de outra pessoa. Do lat. *plagium* –ī, deriv. do gr. *plágion* || plagiador XX || plagiar XIX. Do fr. *plagier* || plagiário XVIII. Do lat. *plagiarius* –ī.

(CUNHA, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 1986)

Plágio: [Do gr. *plágios*, ‘trapaceiro’; ‘oblíquo’, pelo lat. tard. *plagiu*]. Ato ou efeito de plagiar; plagiato.

Plagiar: 1. Assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem). 2. Imitar (trabalho alheio).

(FERREIRA, *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 1999)

Plagiar: Apresentar como da própria autoria (obra artística científica etc. que pertence a outrem). Fazer imitação de (trabalho alheio).

Plagiário: Indivíduo que comete plágio; plagiador.

Plágio: Ato ou efeito de plagiar. Apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem.

(HOUAISS, *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001)

Apenas um dos dicionários apresentados aqui, o de Bluteau, refere-se ao poeta latino Marcus Valerius Marcialis, ou Marcial, que, no século I d.C., teria usado pela primeira vez o termo *plagiarius* (plagiário) para designar alguém que tinha se apropriado de seus versos. O sentido figurado usado para quem utiliza obras alheias sob seu nome, teria ganhado força e assumido o significante corrente em nossos dias. São os Epigramas 52, livro I, e 53 de Marcial que trazem essa associação do *plagium*, o crime de roubo de escravos libertos e escravos alheios no Direito Romano, ao roubo literário:

Commendo tibi, Quintiane, nostros: nostros dicere si tamen libellos possim, quos recitat tuus poeta: si de servitio gravi queruntur, assertor venias, satisque praestes, et quum se dominum vocabit ille, dicas esse meos, manuque missos. Hoc si terque quaterque clamitaris, impones plagiario pudorem.

«Eu lhe recomendo meus versos, Quintiano, se é que eu posso denominá-los assim, desde que eles são recitados por certo poeta que se diz seu amigo. Se (meus versos) se

queixam de sua penosa escravidão, seja o seu defensor e o seu apoio; e se esse outro (poeta) se diz ser seu dono, declare que (os versos) são meus e que eu os publiquei. Se isso é proclamado repetidas vezes, você imporá vergonha ao plagiário.»

(Epigrama 52, Livro I, de Marcial apud MANSO, 1987, p. 11-12)

Neste epigrama, Marcial recomenda a Quintiano, seu advogado, que lhe declare proprietário dos versos recitados por outro poeta através da fórmula oral, segundo a qual, como salienta Christofe (1996, p. 26), “com as palavras ditas e o silêncio do falso proprietário (*plagiarium*) estaria legitimada a posse dos seus versos”. Era uma forma de desmoralizar publicamente aqueles que se apropriavam indevidamente de textos alheios.

Indice non opus est nostris, nec vindice libris: stat contra, dicitque tibi tua pagina: Fur es.

«Não é preciso que anuncies, nem que defendas meus livros: a tua página se ergue contra ti e te diz: Tu és ladrão.»

(Epigrama 53 de Marcial apud MANSO, 1987, p. 12)

No epigrama 53, o ato de plagiar é considerado como uma grande vergonha, como uma incapacidade intelectual do plagiário, um rele “ladrão” literário.

Apesar de o primeiro registro do termo plagiário ter surgido no século I d.C. com o sentido que se usa atualmente, a Idade Média não conheceu a noção de plágio, uma vez que, como bem observa Jeandillou (1994, p. 121 apud JORGE, 1997, p. 415), até o século XV não existia “a noção de autenticidade textual, tal como a utilizam os filólogos”.

Ao longo da Idade Média assiste-se a uma concepção do saber como um depósito pouco renovado, que se alimenta do conhecimento dos antigos, pois ser sábio não era investigar e trazer coisas novas, mas acumular informações, já que se acreditava que tudo já era sabido e que já havia sido dito, ou seja, não cabia ao intelectual medieval conquistar novos campos do saber, mas comunicar de modo eficaz o saber pré-existente: “Su papel no es hacernos descubrir verdades nuevas, sino permitirnos verificar si es verdad algo recibido y, en caso afirmativo, hacernos adherir a ello” (MARAVALL, 1983, p. 220). Tal concepção, fundada sobre a acumulação de conhecimento, como afirma Edelman (2004, p. 176), justifica a prática da imitação dos antigos, fundamentada na obediência a um cânone, de modo que a fonte utilizada fosse um modelo para uma nova criação. Além disso, também era prática comum na época que um autor desconhecido associasse ao seu texto o nome de outro autor, cuja autoridade fosse reconhecida, com o objetivo de garantir a difusão de suas ideias.

Assim, a sociedade medieval, baseada predominantemente em uma tradição oral, não reconhecia a separação entre autor, copista e leitor e possuía uma ideia de

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

obra coletiva, aberta e em constante transformação. Essa dinâmica dos textos, denominada por Paul Zumthor (1993) como “movência”, está associada essencialmente ao caráter oral da cultura medieval, o que legou à posteridade uma série de variantes de um mesmo texto.

Desta forma, verifica-se que a preocupação que existe atualmente com a propriedade, integridade e originalidade de uma obra não era uma questão relevante para o homem medieval e que, além disso, a busca de um modelo de imitação, de um *exemplum*, era permitida e estimulada, sem que isso implicasse o desprestígio do autor ou a diminuição do valor da obra, como salienta Perissé (2007). Entretanto, mesmo que a imitação fosse perfeitamente legitimada, até o século XVII o entusiasmo pelas obras da Antiguidade ou a preocupação em assegurar uma glória pessoal incitou alguns à imitação servil ou à falsificação. Nesse caso, a única forma de defesa era a reprovação pública do plagiário, já que até mesmo as assinaturas eram falsificadas:

Somente o autor, se ainda vivo, pode empreender com eficácia a luta para garantir a autenticidade de suas obras, enviando a informação e as cópias a amigos. (ARNS, 2007, p. 170)

O sentimento de propriedade intelectual que existe atualmente, a ponto de o plágio constituir um problema de ordem jurídica, constitui-se progressivamente a partir da articulação entre Idade Clássica e época moderna, como salienta Schneider (1990, p. 55).

No Renascimento, a partir da invenção da Imprensa por Gutenberg, que “permitiu ao homem reproduzir as suas criações e tirar daí um proveito econômico indiscutível, é que o Estado interveio procurando normalizar o jogo de interesses provocado” (SANTOS, 1990, p. 13). Antes disso, como as obras intelectuais não eram economicamente exploradas em escala comercial, não havia razão para se criar leis em favor dos autores, pois violações como o plágio atendiam muito mais à obtenção de prestígio e glória, do que a um proveito econômico. Nasceram, assim, os chamados “privilégios”³, concedidos primeiramente aos editores, pelos monarcas⁴, que garantiam a exclusividade, por determinado tempo, da exploração econômica da obra, como observa Bittar (1994, p. 12). Esse sistema de privilégios

³ Conforme Diderot (2002, p. 141, nota 2), anteriormente aos privilégios, estabelecidos em 1566 por Charles IX, as autorizações de impressão eram concedidas pela Igreja, através da Universidade.

⁴ Segundo Chartier (1999, p. 55), na França, o sistema de privilégios era um sistema estatal regido pelo rei, enquanto na Inglaterra era comunitário e corporativo, regido pela corporação de livreiros.

atendia aos interesses econômicos de editores e comerciantes, chamados *stationers*, que detinham a exclusividade de publicação e venda da obra. Dessa forma, o autor, uma vez que não tinha efetivamente o direito de imprimir ou de vender ele mesmo suas obras, como salienta Maurel-Indart (1999, p. 122), perdia todo o benefício do seu trabalho.

A insuficiência do sistema de privilégios e as reivindicações de remuneração por parte dos autores, que vendiam seus manuscritos aos que os iam publicar, recebendo somente o valor correspondente àquela venda e não sobre a venda dos exemplares e cedendo “perpétua e definitivamente sua obra ao livreiro e a seus sucessores” (DIDEROT, 2002, p. 51), deram origem, segundo Bittar (1994, p. 12), ao “primeiro texto em que se reconhecia um direito [exclusivo dos autores] em 10/04/1710, por ato da Rainha Ana, da Inglaterra”, conhecido como “Estatuto da Rainha Ana” ou *Copyright Act*. Essa lei protegia os livros já impressos e conferia aos seus autores o direito de reimprimi-los por um período de 21 anos. Christofe (1996, p. 90) salienta que o *Copyright Act*, sendo um direito de reprodução, objetivava proteger os livros impressos e não “o autor enquanto criador em suas relações com a obra”, mas agia em favor dos autores e não mais em favor dos *stationers*.

Devido à normatização e à uniformização da criação literária, provocadas por uma re-interpretação do conceito aristotélico de mimese, instaurada a partir do Renascimento e que aconselhava a imitação dos clássicos, procurando criar obras de arte segundo as fórmulas e as medidas empregadas pelos antigos, sem que, contudo, caracterizasse uma mera reprodução, o século XVII encontrou dificuldades em identificar a autoria das obras. Tais dificuldades também eram agravadas, dentre outras, “pela precariedade da atividade editorial, como pela rígida censura imposta pelos governos e pela Inquisição no controle das licenças para editoração”, além da “existência de grande número de obras cuja publicação só foi organizada após a morte do autor”, como observa Gomes (1985, p. 89).

Ao longo do século XVIII, especialmente com a Revolução Francesa e o Iluminismo, surgem progressivamente diversas formas de propriedade individual e a afirmação do próprio indivíduo, que, enquanto artista, reivindica para si mesmo o direito de propriedade de sua obra, o que abre caminho, segundo Maurel-Indart (1999, p. 22), “à proteção do direito de autor, concretizado pelas leis revolucionárias de 1791 e 1793” [tradução nossa]. Assim, no século XVIII, a noção de privilégio é substituída pela noção de propriedade literária, que legitima as relações entre o autor e o seu texto.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Esse século também assiste a um intenso debate sobre a questão do plágio, com grande contribuição dos enciclopedistas, entre eles os escritores Diderot e D’Alembert, que repudiavam essa prática:

Então o que é propriamente um plagiador? É um homem que quer a qualquer preço ser um autor e não tendo nem o gênio nem o talento necessário, copia não só frases, mas também páginas e passagens inteiras de outros autores e tem a má fé de não os citar; ou que com pequenas mudanças ou adições de frases apresenta as produções dos outros como algo que ele imaginou e inventou; ou que reivindica para si mesmo a honra de uma descoberta feita por outro. (DIDEROT; D’ALEMBERT, *Encyclopédie*, 1778). [Tradução nossa]

Presencia-se, já nessa época, uma distinção entre imitação e plágio, este último como roubo intelectual.

Apesar das reivindicações dos autores em favor da proteção de seus direitos, dos decretos que foram assinados com esse intuito e das discussões sobre o plágio, este passa a ser considerado realmente um caso específico de disputa, em sentido estrito de roubo de um texto⁵, somente no começo do século XIX, por volta de 1810-1830. É justamente nesse período que surge uma reflexão teórica sobre o tema, numa tentativa de definição mais estrita.

De uma prática comum, permitida e estimulada na Idade Média, copiar, imitar, seguir modelos sem citá-los ganha, na modernidade, um caráter de desonestidade intelectual, de condenação ética e moral, mesmo antes da formalização do Direito de Autor.

2.2.2. O plágio e o Direito de Autor

A palavra autor, que remete etimologicamente ao latim *auctor*, aquele que produz, que gera, que faz nascer, e que é frequentemente relacionada à palavra autoridade, só emerge como proprietário de um texto com o Renascimento, quando, segundo Brunn (2001, p. 19), desenvolvem-se as condições para o aparecimento de um autor cujo nome garante a personalidade do texto, que progressivamente faz de seu nome o suporte de sua obra. Efetivamente, durante a Idade Média, a figura do autor é desprovida de autoridade, o que resulta frequentemente em textos não assinados e que, de certa maneira, reflete a cultura da época, a qual resiste em atribuir

⁵ É interessante notar que alguns conceitos de plágio o definem como roubo, mas, nesse caso, não há um objeto material roubado, não há, como observa Schneider (1990, p. 136), “nenhuma violência, a não ser a ausência de consentimento que caracteriza a violação (...), o que é ‘roubado’ é o trabalho da obra, a ideia da obra, mais que a própria obra”.

às criações intelectuais um valor econômico, pois a ideia de que um escritor pudes- se extrair benefícios da venda de exemplares de sua obra era inconcebível, porque, embora lícito, não era honroso, o que justifica o anonimato da escritura.

Muitos escritores, nessa época, sobreviviam sob o regime de mecenato⁶, pelo qual um artista estava a serviço do rei ou de um grande homem, que reconhecia sua obra como “produto de um trabalho que merece salário, (...) num reconhecimento público de seu talento” [tradução nossa] (EDELMAN, 2004, p. 113 e 117). O aumento do número de plágios coincide justamente com a época em que o artista deixa de ser amparado pelos mecenas, “para sobreviver por conta própria, em contato direto com o público”, como observa Gomes (1985, p. 124).

O desenvolvimento do ofício intelectual, que, conforme Le Goff (1989, p. 74), criou a era “do livro manuseável e manuseado, testemunho forte da aceleração na velocidade de circulação da cultura escrita e de sua difusão”, e que abriu caminho para o aparecimento da Imprensa e o progresso das técnicas de reprodução, resultou na valorização da figura do autor e, conseqüentemente, no desenvolvimento de um sistema de proteção dos seus interesses morais e econômicos e de sua obra.

É nesse contexto que nasce o chamado Direito de Autor, inspirado por teorias iluministas, que certamente, como observa Brunn (2001, p. 67), marca de maneira decisiva uma profissionalização do estatuto social do escritor, que passa a desfrutar de uma remuneração e de melhores condições de trabalho.

O Direito de Autor⁷ nasceu no cerne da Revolução Francesa, em 1789, e, segundo Schneider (1990, p. 49), teve sua primeira lei sobre propriedade literária

⁶ A palavra “mecenato” provém do substantivo “mecenas”, o indivíduo rico que protegia e patrocinava financeiramente os artistas, que, por sua vez, tem origem no nome de Caio Cilino Mecenas, ministro do Imperador Otávio Augusto, protetor dos artistas, entre eles Horácio e Virgílio, conforme o dicionário Houaiss (2001).

⁷ É interessante observar que alguns teóricos consideram as expressões “direito de autor” e “direito autoral” como sinônimos, enquanto para outros, como Newton Paulo dos Santos (1990), José de Oliveira Ascensão (1980) e a própria lei brasileira, “direito autoral” é o gênero e “direito de autor”, a espécie. Ascensão (1980, p. 6-7) diz que “Direito de Autor é o ramo da ordem jurídica que disciplina a atribuição de direitos de exclusivo relativos a obras literárias e artísticas”, enquanto “o direito autoral abrange, além disso, os chamados direitos conexos do direito de autor, como os direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão”. Há que se considerar também que direitos autorais não são necessariamente o mesmo que *copyright* (sistema anglo-saxão). De um lado tem-se um direito de autor, cujo foco está na pessoa do direito (o autor); de outro, um direito à cópia (*copyright*) ou de reprodução, cujo foco encontra-se no objeto do direito (a obra).

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

em 1793, a “lei de Lakanal”, que regulamentou a reprodução das obras nos teatros franceses por 10 anos.

Em 1858 e 1886 foram realizados congressos para a discussão dos direitos do autor, mas foi em setembro de 1886, em Berna, na Suíça, com a realização da 3ª Conferência Diplomática sobre Direitos Autorais, que seria estabelecido um documento internacional de reconhecimento dos direitos de autor, a ata dessa conferência, que vem a constituir a “Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas”. Antes de sua adoção, as nações frequentemente recusavam reconhecer os direitos de autor de trabalhos de estrangeiros. Esse documento, que assenta na proteção da forma, não das ideias, e que prevê a proteção dos direitos patrimoniais e dos direitos morais dos autores é, como salienta Cabral (2003, p. 8), “o modelo que tem servido de base para as legislações sobre direitos autorais em vários países do mundo, inclusive o Brasil”.

No Brasil, a primeira disposição legal que contém uma manifestação a respeito do direito de autor encontra-se na lei de 11 de agosto de 1827, que criou os cursos de Direito em Olinda e São Paulo, como afirma Manso (1987, p. 16). Nessa lei é assegurado aos professores o direito sobre os cursos que publicassem. Os compêndios das matérias que os professores lecionavam deveriam ser encaminhados às Assembleias Gerais,

(...) a fim de receberem ou não aprovação, com a qual gozariam, também, do privilégio de sua publicação, por 10 anos. Tratava-se, no entanto, de um direito aplicável apenas *intra-muros*, nas Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, não alcançando os demais autores brasileiros. (MANSO, 1987, p. 16)

A primeira regulamentação geral da matéria surgiu em 1830 com a promulgação do Código Criminal, que, no entanto, visava apenas à proibição da contrafação. Os direitos autorais civis surgiram apenas com a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891. A lei só foi publicada cinco anos depois, lei 496, de 01 de agosto de 1896, sob o nome de Lei Medeiros Albuquerque, que esteve em vigor até janeiro de 1917, com o advento do Código Civil.

A Lei de Direitos Autorais que está em vigência atualmente é a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que substitui a Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, e que “regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos”.

Centralizando-se no autor e na defesa de seus interesses, os direitos de autor são direitos de cunho intelectual, que, conforme Bittar (1994, p. 11), “realizam a

defesa dos vínculos, tanto pessoais, quanto patrimoniais, do autor com sua obra”. Os vínculos pessoais constituem os direitos morais, reconhecidos em função do esforço intelectual e do resultado criativo do autor, que lhe garantem o direito de nomeação (dar nome à obra), paternidade (ligar seu nome à sua produção), integridade (introduzir alterações), inédito (não publicar a obra) e arrependimento (arrepender-se de sua publicação e retirá-la de circulação). No entanto, o produtor de textos escritos só é realmente autor, criador intelectual da obra, no direito autoral, quando sujeitado a normas e funções, “graças ao contrato de edição, que regulamenta a exploração econômica de sua obra”, como observa Christofe (1996, p. 111).

Os vínculos patrimoniais ou direitos patrimoniais, no entanto, referem-se à utilização econômica da obra e garantem ao autor a integração, a seu patrimônio, de todas as receitas produzidas pelo uso econômico, dentre os quais são referidos os direitos de autorizar a tradução, permitir a reprodução, a adaptação e autorizar a representação.

A lei autoral garante proteção a qualquer obra que seja original, sem a necessidade de seu registro ou de outra formalidade. No entanto, para cair no seu âmbito, é preciso que a sua forma interna, representada por suas ideias (*corpus mysticum*), esteja incluída em um suporte material (*corpus mechanicum*), pois a proteção assenta na forma, não nas ideias. De acordo com Manso (1987, p. 32), “uma obra é o que outra não pode ser” justamente pelas características destas suas duas dimensões. Além disso, a obra deve ser lícita, isto é, no contrato de edição deve figurar o caráter original e autêntico da obra. Entretanto, é impossível examinar todas as publicações para ver se uma obra é realmente original e autêntica ou produto de fraude.

Existem pelo menos três tipos de violações possíveis de direito autoral, como afirma Manso (1987, p. 84): as violações ao direito à paternidade, ou seja, aquelas que ferem o direito de o autor ser considerado o criador de sua obra, como “a omissão do nome do autor na publicação da obra; alteração desse nome, ou sua usurpação (indicação de outro nome, de pessoa real ou imaginária, no lugar do verdadeiro nome do autor)”; aquelas que atingem a estrutura da obra, como a usurpação e a reprodução não autorizada, e as que ofendem o direito patrimonial, a utilização econômica da obra. Dentre essas violações à lei autoral, as figuras mais comuns são as da usurpação e da reprodução ilícita da obra, também conhecidas, respectivamente, como obra fraudulenta ou plágio e edição pirata ou contrafação.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A diferença entre plágio e contrafação, segundo Cabral (2003, p. 134), está no fato de que esta se configura como uma obra reproduzida e comercializada, por pessoa física ou jurídica, sem a autorização do titular do direito autoral. O plágio, ao contrário, é uma edição normal, que seguiu todos os trâmites legais do aspecto editorial, mas que é fraudulenta, que se apropria de obra alheia. Para Christofe (1996, p. 86), além do plágio e da contrafação, há também um outro tipo de violação, que consiste na combinação dessas duas figuras, o plágio-contrafação, na qual o plagiário, “além de apresentar como sua a obra alheia, apresenta-a sob outra forma de expressão, valendo-se de nova modalidade de fixação em suporte material”.

Segundo Jorge (1997, p. 417), é no final do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX que, textualmente, “a questão do plágio se coloca insistentemente sobre as ‘letras’, as regulamentações econômicas e o discurso jurídico”. Em relação a este último campo, o do Direito, é quando surge a necessidade de definir o plágio para enquadramento legal. No entanto, na legislação nacional, nem o plágio, nem o plágio-contrafação são tipificados sob tais denominações, apenas a contrafação é definida. Dessa forma, surge o problema da caracterização jurídica do termo plágio. Como os juristas e especialistas do Direito não encontravam conceitos que realmente pudessem caracterizar o plágio, um problema jurídico, perceberam a necessidade de esclarecer a noção. Assim, surgiram estas definições que servem de apoio ao Direito Autoral:

Não é o plágio a mera cópia ou reprodução servil da obra alheia, é algo de mais sutil: é um aproveitamento da essência criativa da obra anterior, embora apresentada com roupagem diversa.

O plágio só surge quando a própria estruturação ou apresentação do tema é aproveitada. Refere-se pois àquilo a que alguns autores chamam a *composição*, para distinguir quer da ideia quer da forma. (ASCENSÃO, 1980, p. 13)

Haverá plágio sempre que a obra alheia for apresentada como própria, seja total ou parcialmente, desde que a obra assim fraudulentamente apresentada se manifeste na mesma forma de expressão da obra plagiada. Assim, por exemplo, haverá plágio quando alguém faz publicar como sua a obra de outrem, ainda que a modifique formalmente, para disfarçar o servilismo da cópia. O disfarce é, mesmo, o meio mais usado pelo plagiário, para tentar enganar não apenas o público em geral, mas, principalmente, o titular dos direitos autorais sobre a obra plagiada. No entanto, o plágio se apura muito mais em função das semelhanças, do que das diferenças, de modo que o próprio disfarce termina sendo a melhor demonstração do dolo, no plágio. (MANSO, 1987, pp. 85-86)

(...) define-se plágio como imitação servil ou fraudulenta de obra alheia, mesmo quando dissimulada por artifício, que, no entanto, não elide o intuito malicioso.

Afasta-se de seu contexto o aproveitamento denominado remoto ou fluido, ou seja, de pequeno vulto.

Tem-se, outrossim, por contrafação, a publicação ou reprodução abusivas de obra alheia. O pressuposto é a falta de consentimento do autor (...)

(...) no plágio, a obra alheia é, simplesmente, apresentada pelo imitador como própria, ou sob graus diferentes de dissimulação. Há absorção de elementos fundamentais da estrutura da obra, atentando-se, pois, contra a personalidade do autor (frustração da paternidade). Na contrafação, há representação ou reprodução de obra alheia sem autorização autoral, podendo ser total ou parcial. (BITTAR, 1994, p. 150)

Do plágio pode-se dizer que é uma pirataria soft ou uma pirataria light, porque o plágio é a cópia de uma obra querendo parecer que não é cópia. A cópia pura e simples, em que a pessoa se substitui ao autor, é a usurpação. O plágio não, o plágio disfarça, não quer ser, não quer parecer o que é. (CHAVES, 1997, p. 126 apud COTTA, 2008)

No Brasil, a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta os direitos autorais, não deixa muito claros os limites ou os contornos definidores do que seja plágio. A lei considera como obras intelectuais protegidas, no artigo 7º, “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível e intangível, conhecido ou que se invente no futuro”. No Artigo 8º está dito que “não são objeto de proteção como direitos autorais (...) as ideias (...) e o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras”. Além da obra em si, a lei também assegura, no Art. 10, a proteção ao título, “se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor”. Assim, é na expressão “criações do espírito”, uma delimitação, de certa forma imprecisa, que reside a falta de definição do plágio, que, na verdade, não existe juridicamente, ele é um termo da crítica literária.

2.2.3. As motivações do plágio

O que leva alguém a se apoderar de palavras alheias? Por que dizer o mesmo? Por que imitar? Uma das motivações do plágio encontra-se na difícil tarefa de escrever, na falta de criatividade ou de talento e na obsessão pelo reconhecimento. Enquanto o escritor se esforça para compor seu texto, esperando “as palavras das profundezas de seu interior. (...) O plagiário, o escritor mimético esperam sempre que elas venham de fora, tão logo o olhar pousa sobre uma página” (SCHNEIDER, 1990, p. 149). Nesse sentido, o objetivo do plagiário é colher os frutos de um texto forjado, de uma imitação e, ainda que não obtenha vantagens econômicas, porque não é esse o seu objetivo, o plagiário pratica um ato doloso, que é visto com seriedade no plano jurídico e nos meios intelectuais.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Em uma passagem de sua obra, Schneider (1990, p. 32) diz que o plagiário copia porque essa prática o dispensa de pensar, já que se vale do esforço intelectual do outro. Entretanto, há que se considerar que os plágios demonstram frequentemente uma prova de erudição do plagiário, pois exigem muita técnica para um bom disfarce, apagando as pistas, introduzindo alterações, com o intuito de persuadir o leitor a acreditar na sua legitimidade.

Outra motivação para o plágio está na questão do “tudo já foi dito”, expressão que resume a ideia da influência, que resulta na impossibilidade de imaginar uma escrita fundamentalmente espontânea, como salienta Maurel-Indart (1999, p. 93). Essa ideia de que todo texto é um jogo de influências sintetiza bem o que o escritor Jorge Luis Borges pensou e escreveu sobre o trabalho de escrita e constitui o seu projeto do livro único e sem autor, numa concepção universalista da literatura, segundo a qual todas as obras são a obra de um só autor, que é atemporal e anônimo. Dessa forma, a escrita, para Borges, remete ao já dito, ao já escrito.

Certamente, seu texto que mais se aproxima dessa concepção é “Pierre Menard, autor del Quijote”, conto publicado em 1941, na coletânea *El jardín de los senderos que se bifurcan*, e, em 1944, na antologia de contos *Ficciones*, em que, assumindo a fala de um crítico do século XX, expõe a empreitada do escritor imaginário Pierre Menard, que decide reescrever o *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes. Segundo o próprio Menard, seu desejo não era compor outro Quixote, mas o *Quijote*, assim é “inútil agregar que no encaró nunca una transcripción mecánica del original; no se proponía copiarlo. Su admirable ambición era producir unas páginas que coincidieran palabra por palabra y línea por línea con las de Miguel de Cervantes” (BORGES, 1993, p. 52). O que realmente pretendia era remeter-se à época de Cervantes, reviver suas experiências e chegar ao Quixote. Seu dever era reconstruir literalmente a obra espontânea de Cervantes, o que logrou com grande riqueza de detalhes, mas, apesar de os textos serem verbalmente idênticos, pertencem a autores e contextos históricos diferentes, o que, nessa concepção, não configura o plágio. Assiste-se, assim, à destruição da ideia de identidade fixa de um texto, de autoria e de originalidade da escritura, em detrimento da leitura, da interpretação e da reescritura, já que, como destaca Sarlo (1993, p. 32 apud PINTO, 1998, p. 187), “com o método de Menard, textos originais não existem e a propriedade intelectual é colocada em questão”, uma vez que todo pensamento está à mercê da influência.

2.2.4. Intertextualidade e plágio

O trabalho de escrita para Borges, como visto anteriormente, movimenta-se através de um jogo de influências ou, como observa Pinto (1998, p. 158), apresenta-se como “movimento de compilação, busca e seleção de referências e signos já presentes em outros trabalhos, em outros autores”.

O termo “influência”, de acordo com Jorge (1997, p. 142), é usado, desde o século XIX, para indicar relações entre autores, mas não só, porque o sujeito que constrói um texto está sob influência de uma série de outros fatores, entre os quais “as crenças, convicções, (...) os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais” (KOCH, 2003, p. 7) ao tratar das teorias sociointeracionais. Sendo assim, todo texto reflete, em maior ou menor grau, outros textos que o antecedem.

Esse exercício de dialogar com outros textos, buscando neles a matéria-prima para a composição de uma obra é o que fundamenta a intertextualidade, conceito introduzido pelo linguista Mikhail Bakhtin nos seus estudos de dialogismo, e cujo termo foi usado pela primeira vez por Julia Kristeva, em sua obra *Introdução à Semanálise*, de 1969.

Esse conceito de intertextualidade enquanto relação de um texto com “outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe”, conforme Koch (2003, p. 59), poderia facilmente confundir-se com o conceito de plágio, não fosse pelo fato de o plágio voltar-se para o disfarce do texto que lhe dá origem e também para o ocultamento do seu autor, enquanto na intertextualidade o autor parte de uma tradição literária para articulá-la e recriá-la em seu texto (PICOSQUE, 2008, p. 39).

De certa forma, o plágio não deixa de ser um tipo de intertextualidade, mas, de acordo com Christofe (1996, p. 71), uma “intertextualidade implícita de caráter doloso”.

A influência que determina a intertextualidade está muito próxima do conceito de *imitatio* dos antigos, segundo o qual o debruçar-se sobre textos de outros autores e imitá-los é uma forma de garantir um texto com uma argumentação mais sólida. O plágio, ao contrário, é caracterizado por ser uma cópia quase fiel, não uma criação.

No sentido jurídico do termo, o plágio pressupõe uma imitação servil ou fraudulenta de obra alheia, voltada para a ocultação do texto anterior e do seu autor.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O fundamento para a existência desse delito se dá, segundo Bittar (1994, p. 150-151), pela “absorção de elementos fundamentais da estrutura da obra (...), quanto a tema, a fatos, a comentários, a estilo, a forma, a método, a arte, a expressão, na denominada *substantial identity*”. Assim, para que ocorra o plágio, é preciso que haja uma identidade de forma e conteúdo e que a obra tenha sido publicada e assinada pelo plagiário. Jorge (1997, p. 39 e 52-53) ressalta que o plágio só existe como um ato doloso, como um roubo, se for *ipsis verbis* e integral “(ou tendendo para a integridade, sem mudança de registro enunciativo)”, e ocultar o verdadeiro autor do original. Caso não seja *ipsis verbis*, o texto em questão pode ser produto de intertextualidade; se não for integral, configurar-se como citação, paródia ou pastiche⁸.

Entretanto, o reconhecimento do plágio não é tarefa fácil, exige um método rigoroso e minucioso, pois quanto melhor articuladas as informações imitadas, tanto mais difícil detectar a prática. No plano jurídico, é necessário apresentar provas contundentes dessa prática ilegal, cabendo, por meio do confronto direto da obra plagiada e do suposto plágio, fazer-se sua verificação. Tal confronto consiste, essencialmente, em uma enumeração dos pontos comuns aos dois textos. Conforme Maurel-Indart (1999), levando-se em conta uma análise quantitativa e qualitativa, a prioridade encontra-se nas semelhanças, porque, segundo o princípio jurídico, o plágio é avaliado segundo as semelhanças e não segundo as diferenças.

Na prática do delito, o plagiário pode agir de duas maneiras: repetindo mecanicamente enunciados da obra plagiada e/ou realizando uma série de alterações formais para que ela não seja facilmente reconhecida, operações que Christofe (1996, p. 77) denomina, respectivamente, de *repetição empírica* e *repetição formal*. Normalmente as alterações ocorrem por substituição de palavras ou construções gramaticais, pela inversão da ordem das orações, pelo uso de sinônimos, pela supressão de fragmentos da obra plagiada ou de elementos linguísticos e pela inserção de informações.

Assim, ainda que seja impossível imaginar uma escritura absolutamente espontânea, porque quem escreve está diante de imposições e influências de textos anteriores, o texto plagiário vai muito além da influência, porque figura como uma reprodução integral, de extensão excessiva, que não avança novos sentidos, por mais dissimulado que se apresente.

⁸ Essas figuras não são consideradas infrações ao direito de autor, uma vez que indicam a fonte, constituem transformações e/ou respeitam um limite quantitativo.

2.2.5. Práticas de escrita da história e plágio

Copiar, imitar, seguir modelos, dialogar com outros textos são processos de composição textual que perpassam toda a história do saber literário. Ao discorrer sobre esses processos, verificou-se a sua intrínseca e indissociável relação com a formação sócio-histórica das noções de autor, de originalidade e de propriedade literária. Sem tratar desses conceitos, seria impossível colocar a questão dos limites entre o que é originalidade, intertextualidade e plágio, além de correr o risco de pensar o plágio de modo anacrônico. Contudo, também é importante considerar as formas de representação do passado ao longo do tempo, de modo a pensar o plágio no contexto dos métodos e práticas de escrita da história.

Com a publicação de *De re diplomática*, obra do beneditino Jean Mabillon, em 1681, consagra-se o método crítico de se fazer história, caracterizado pela necessidade de documentos originais, o exame apurado das fontes, o compromisso com a verdade dos fatos e a objetividade do historiador. No entanto, a história que vinha sendo escrita até então se baseava nos moldes da historiografia da Antiguidade, de caráter retórico, que levava em conta as opiniões e relatos de testemunhas oculares dos fatos em detrimento dos documentos, desprovida de citações, “método que consiste em fundir, conciliar ou esclarecer, seja de versões diferentes, seja de relações apaixonadas ou contraditórias” (BEAUCHAMP, 2010, p. 21-22 apud MEDEIROS, 2011, p. 122).

A descrição dessa prática tradicional de escrever história muito se aproxima do conceito de compilação, operação que consiste, segundo Medeiros (2011, p. 122), em “costurar diferentes fragmentos, retirados de diversas obras, em meio a transições grosseiramente tecidas”. No século XIII, frei São Boaventura, discorrendo sobre a produção medieval do livro, já havia citado a compilação como uma das quatro maneiras de escrever um texto, que consiste em adicionar informações de outros textos, trabalho realizado pelo compilador (*compiler*), além de escrever sem acrescentar ou mudar nada, o que caracteriza o trabalho do copista (*scriptor*), acrescentar textos próprios, mas com o texto alheio em primeiro plano, prática do comentador (*commentator*), ou conjugar textos alheios ao próprio texto, sendo que este último está em primeiro plano, como faz o autor (*autor*) (MARTINS, 2012, p. 31).

A concomitância, especialmente no início do século XIX, entre o método tradicional e o método crítico de escrever história, acabou gerando a desabonação do primeiro, de modo que os historiadores que continuaram seguindo as formas tradicionais tiveram seus textos desqualificados e confundidos com plágios.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Se entre os historiadores e críticos do século XIX havia conflitos em relação às diferentes formas de representação do passado, é verossímil pensar que Afonso Taunay, quando atribuiu a Manuel Cardoso de Abreu a pecha de plagiário, também estava sob influência de um juízo crítico que correspondia à sua maneira de escrever história. Assim, Taunay não viu na *Memória Histórica* o reflexo de um modo tradicional de escrever, não considerou que Manuel Cardoso teria agido de acordo com uma tradição historiográfica que demandava de seu próprio tempo, por isso não o considerou uma compilação de obras alheias, ou uma retextualização, como faziam os historiadores da Antiguidade, mas como um aproveitamento textual indébito.

De acordo com a historiadora Karina Anhezini (2009), a perspectiva historiográfica de Afonso Taunay, um dos principais historiadores das primeiras décadas do século XX, que foi exposta em sua conferência de 3 de maio de 1911, publicada posteriormente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob o título *Os princípios gerais da moderna crítica histórica* (1914), apoia-se essencialmente na dissertação de Carl Friedrich Phillip Von Martius, intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), e nos estudos de seu mestre Capistrano de Abreu.

Assim, verifica-se que Taunay seguia um método de escrever história cuja principal diretriz era a de que “a história se faz com os documentos”, numa perspectiva de trabalho investigativo e crítico de fontes (TAUNAY, 1914, p. 324 apud ANHEZINI, 2009, p. 230). Além da importância do documento, esse método também priorizava a objetividade do historiador, que, segundo Anhezini (2009, p. 241), deveria ser imparcial, libertando-se “do seu ponto de vista moderno”.

Percebe-se que Afonso Taunay fala com propriedade sobre o assunto envolvendo Frei Gaspar, Pedro Taques e Manuel Cardoso, trazendo informações fundamentadas na pesquisa da personalidade dos autores e no confronto dos textos em causa. No entanto, o historiador preocupou-se em classificar a *Memória Histórica* como um plágio, amparado nas noções de autoria e propriedade intelectual concernentes à sua época, sem que, contudo, houvesse um estudo crítico minucioso que desse conta de todas as variantes encontradas no texto, e uma discussão mais aprofundada em torno da motivação e finalidade dessa apropriação textual, da relação desse texto com as suas fontes e das práticas de escrita e de cópia no século XVIII.

Considerando-se que Taunay seguia o princípio de que a verdade histórica só poderia ser alcançada através do documento e de que o historiador deveria citar suas fontes e referências, é compreensível o seu juízo crítico em relação à *Memória Histórica*. Entretanto, neste trabalho, considera-se que a apropriação textual realizada por Manuel Cardoso de Abreu não deve ser considerada um plágio, mas uma retextualização. Tal procedimento de escrita, usual à época, não tinha um caráter negativo, o que vai modificar-se nos séculos posteriores, quando os adeptos do método crítico irão estigmatizar as obras que se valiam dos métodos da historiografia clássica.

Capítulo III

A GÊNESE DA MEMÓRIA HISTÓRICA

O trabalho crítico de investigação e estabelecimento das fontes abre caminho para o conhecimento e a compreensão da gênese de uma obra, na medida em que interpreta e ordena os sucessivos estágios de sua construção, investiga suas relações com outros textos, verificando as modificações que o autor introduz nas passagens imitadas e o coeficiente de originalidade em relação à fonte inspiradora, e estuda os percursos biográficos e bibliográficos de seu autor.

A avaliação das fontes é função da Crítica de Fontes, disciplina que teve início a partir do século XVII, quando o beneditino Jean Mabillon lançou os fundamentos da “ciência do documento” em sua obra *De re diplomática*, em que conferia autoridade às fontes autênticas, “valorizando o documento escrito como prova da História, trabalho que foi continuado pelos beneditinos da Congregação de Sain-Maur e que trouxe ‘condições seguras para o conhecimento histórico’” (ABUD, 1985, p. 74). Tal disciplina destaca-se não só, mas principalmente, no ofício do historiador, que encontra nela os fundamentos para

[...] verificar se o documento realmente pertencia à determinada época e que não havia sido falsificado, se quem disponibilizava o documento era confiável e, também, a finalidade e a intenção do documento, atentando para o momento e o lugar em que foi elaborado. (VIDOTTE, 2010).

Em seu surgimento, a principal preocupação da Crítica de Fontes era a autenticidade do documento, como valor de prova da verdade dos fatos, o que lançou os fundamentos da Diplomática e da Arquivologia moderna. Entretanto, há que se considerar que, para a atual historiografia, muito mais do que a autenticidade,

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

interessa o que o documento aborda ou legitima, independentemente de um sentido de verdade. Assim, a pesquisa histórica passa a tomar as fontes documentais como manifestações empíricas do passado:

Pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano. A pesquisa se ocupa primariamente da realidade das experiências, nas quais o passado se manifesta perceptivelmente, ou seja: de “fontes”. (RÜSEN, 2007, p. 99)

No contexto literário, de acordo com Spina (1955, p. 16), a Crítica de Fontes consiste na investigação das fontes lidas e utilizadas por um escritor, procedendo “a um balanço delas” e acusando a sua “maior ou menor incidência (constantes)”, com a finalidade de compreender a personalidade literária do escritor e a sua obra. Dessa forma, a crítica de fontes está relacionada ao estudo da gênese literária, de modo a revelar, segundo Christofe (1996, p. 62), as fontes que forneceram ao escritor o tema de sua obra.

O trabalho da Filologia compreende a crítica de fontes, tomada tanto como uma das operações processuais da pesquisa histórica, que considera a fonte como uma manifestação empírica do passado, quanto uma etapa fundamental na investigação da gênese textual, uma vez que se apoia no estudo do texto escrito, explorando exaustiva e conjuntamente os seus mais variados aspectos, dentre os quais o linguístico, literário, crítico-textual e sociohistórico.

Para além de cuidar da edição de textos, a Filologia preocupa-se também em examinar a fidelidade de transcrições, cópias e edições, assim como em estabelecer a sua autoria e procedência, no que Spina (1994, p. 83) diz ser a sua função adjetiva. Sob o viés da interpretação, essa ciência torna possível resgatar no texto as condições materiais e sociais de sua composição, circulação, transmissão e apropriação, estabelecendo a relação entre texto e autoria.

Na Filologia, as questões relacionadas à gênese do texto e a sua transmissão são objeto de estudo privilegiado da Crítica Genética e da Crítica Textual, que parte do princípio de que, no processo de sua transmissão, os textos estão sujeitos a alterações, sendo necessário reconhecê-las. Neste sentido, a Crítica Textual presta-se também ao estudo dessas alterações, ou variantes, que, conforme Candido (2005, p. 37), é de grande interesse para o conhecimento da intenção de um autor e, por conseguinte, do seu processo criador. Ao ocupar-se do processo de transmissão dos textos, a Crítica Textual tem como objetivo a restituição e fixação da sua forma genuína.

Dialogando e firmando relações com esses campos do saber, que oferecem os métodos necessários para a compreensão de todas as particularidades dos textos, é possível realizar um exame pormenorizado e interpretativo dos dados coletados na colação das fontes, permitindo caminhar com segurança rumo ao *modus operandi* de Manuel Cardoso de Abreu na composição da *Memória História da Capitania de São Paulo*.

Identificou-se, então, nesse texto, a presença de outros cinco textos do século XVIII, que sofreram sucessivas alterações, a saber: as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, a *História da Capitania de São Vicente*, a *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e o *Divertimento Admirável*, do próprio Manuel Cardoso, como se apresenta no esquema a seguir:

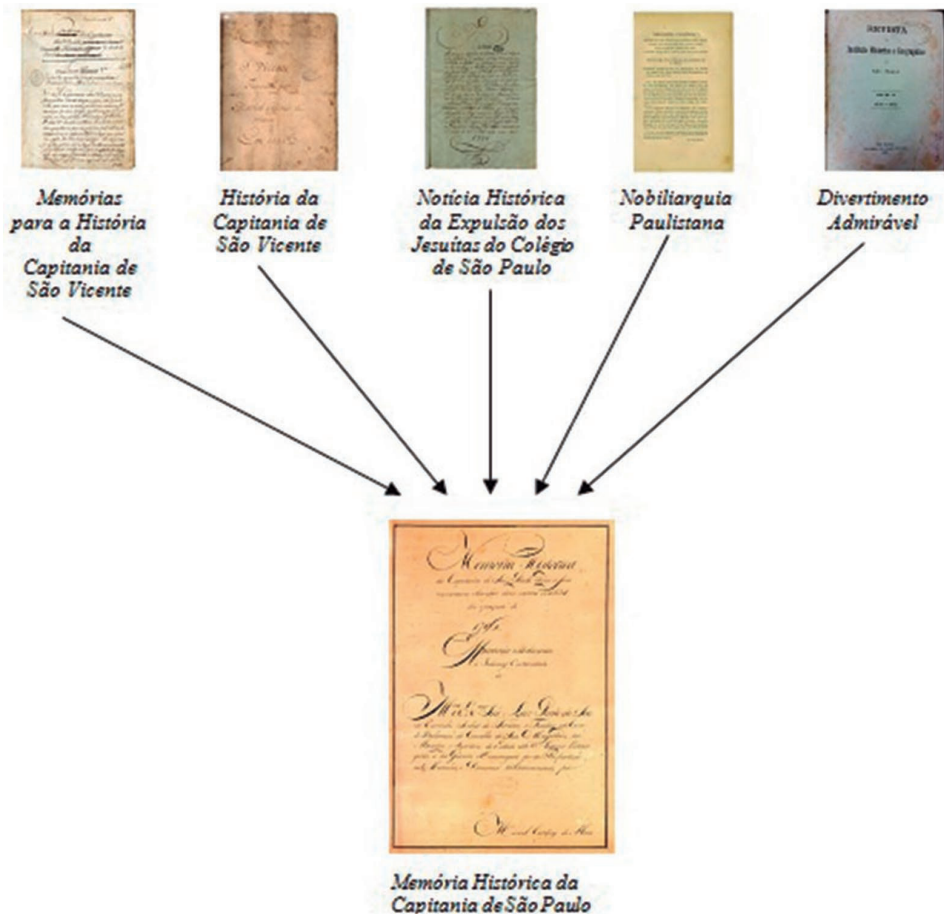


Figura 8. COSTA (2012). Fontes utilizadas na composição da *Memória Histórica*.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Identificadas as fontes que compõem a *Memória Histórica*¹, passou-se à localização e coleta de todos os seus testemunhos manuscritos e impressos, sendo necessária a visita virtual e presencial a arquivos e bibliotecas no Brasil e em Portugal.

Depois que todos os testemunhos foram coletados e descritos, seguiu-se a escolha dos testemunhos de colação e a transcrição dos manuscritos.

A colação dos testemunhos é a base para o procedimento de análise propriamente dita, o qual parte do pressuposto de que, na passagem de um texto para o outro, Manuel Cardoso de Abreu praticou uma série de alterações intencionais, com a finalidade de compor um novo texto a partir da fusão de suas fontes. Assim, realizou-se a colação, linha a linha, da *Memória Histórica* com os testemunhos A, B, C, D e E², procurando dar conta de todas as lições divergentes, da qual resultou um quadro global de tais lições. A partir desse quadro, foi possível organizar as variantes de acordo com sua categoria e, então, dar início à etapa de análise qualitativa e quantitativa.

De modo a selecionar e analisar as variantes textuais e linguísticas encontradas e estabelecer os padrões através dos quais essas variantes se manifestam, buscaram-se subsídios na categorização de erros de cópia proposta por Blecua (1983, p. 20-30). As categorias abaixo aplicam-se, neste trabalho, tanto a casos de modificação originados de intervenção voluntária, como a casos de alterações acidentais, cometidas de forma inconsciente:

1. **Adição:** repetição de uma letra, sílaba, palavra ou frase breve, em um contexto de proximidade de palavras ou frases semelhantes.
2. **Omissão:** supressão de uma letra, sílaba, palavra ou frase de extensão variável quando o elemento que vêm a seguir lhe é idêntico ou muito semelhante, como é o caso, por exemplo, do erro de ditado interior ou o fenômeno conhecido como salto por homeoteleuto ou de igual a igual.
3. **Alteração de ordem:** inversão da ordem de letras, sílabas, palavras ou frases contíguas.

¹ Tal etapa contou com a leitura de obras de referência, como dicionários bibliográficos, dicionários e enciclopédias literárias, obras de história e historiografia do Brasil e as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de São Paulo.

² **A:** *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*; **B:** *História da Capitania de São Vicente*; **C:** *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*; **D:** *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*; **E:** *Divertimento Admirável*; **F:** *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*.

4. **Substituição:** é uma variante própria da leitura do modelo, que afeta com mais frequência uma palavra, pela proximidade com outra semelhante. Neste fenômeno, o caso mais emblemático é o da *lectio facillior* ou trivialização, quando o copista substitui uma palavra ou uma passagem do texto pela lição mais fácil ou inovadora. Além desse caso, há também os casos de substituição por confusão de nomes próprios que se repetem, por sinônimos e por antônimos.

É importante salientar que existem particularidades em relação ao tipo de texto utilizado por Blecua para a categorização dos erros próprios do ato de cópia e o texto da *Memória Histórica*, o que, evidentemente, permitiu adaptações ao seu método. Primeiramente, ainda que haja poucos casos de lapsos de escrita no texto, isto é, variantes involuntárias, este trabalho volta-se para ocorrências voluntárias e involuntárias. Além disso, afora as variantes que se adequam a essa classificação, outros tipos foram encontrados no texto, tendo sido necessário buscar outras categorias em outros referenciais, como é o caso da reelaboração e da paragrafação.

O conceito de reelaboração considerado aqui é semelhante ao usado por Souza (2011, p. 592), que, por sua vez, teve como base a obra *Principi di Critica Testuale* (1972), do filólogo italiano D'Arco Silvio Avalle, quando este trata do *rifacimento*, um processo de adaptação ou atualização linguística e estilística.

A reelaboração textual consiste em uma nova apresentação de uma frase, trecho ou parágrafo do texto-fonte em função do seu conteúdo, buscando-se recuperar o contexto linguístico e situacional do evento de onde o trecho foi selecionado. Nesse processo, que algumas vezes acaba por gerar construções sem equivalência semântica, o estilo do autor é modificado, pois o grau de interferência na expressão e no conteúdo do texto é muito grande, maior do que no processo de substituição.

A paragrafação é entendida como um tipo de alteração feita no parágrafo, como salienta Souza (2011, p. 591), seja atuando em sua ordem ou em sua quantidade e extensão.

Há que se observar ainda que não serão consideradas nesta análise as variantes gráficas, porque as alterações mais significativas, que atingem o sentido do texto e o estilo do autor, operando uma intervenção efetiva, são as variantes linguísticas e textuais.

O exame das relações entre os textos em causa é apresentado da seguinte forma: os fragmentos dos textos em que ocorre modificação foram selecionados e

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

distribuídos conforme o tipo de alteração introduzida (adição, omissão, alteração de ordem, substituição, reelaboração e paragrafação); dentro da sistematização das lições variantes, os fragmentos são colocados aos pares, um abaixo do outro, antecedidos pela sigla do texto correspondente, com a dita alteração destacada em negrito³.

O levantamento das lições variantes foi exaustivo em todos os testemunhos colacionados. No entanto, dada a extensão das obras, não são apresentadas neste capítulo todas as ocorrências encontradas, apenas exemplos de cada categoria. Aos exemplos apresentados, escolhidos a partir de sua relevância no quadro geral das lições recolhidas, fazem-se comentários que buscam identificar padrões ou subpadrões de modificação dentro das grandes categorias de alteração acima apresentadas.

3.1. PROCEDIMENTOS DE CÓPIA

A invenção da Imprensa, em meados do século XV, foi um divisor de águas na história da transmissão da cultura no Ocidente, uma vez que, além de possibilitar a rápida reprodução e circulação dos livros, deu início ao estabelecimento dos limites entre autor, leitor e comentarista, garantindo ao autor a possibilidade de ter seu nome associado ao seu texto, o qual já não podia ser reproduzido ou alterado com tanta liberdade pelo receptor.

Antes disso, conforme declara Zumthor (1993, p. 55), a transmissão da poesia medieval dava-se pelas cópias manuscritas, realizadas por copistas⁴, profissionais para os quais, em geral, os textos eram ditados e por eles reproduzidos com maior ou menor grau de fidedignidade, visto que o trabalho de cópia era frequentemente sujeito a erros, seja pela má compreensão do texto, por distrações ou pelo cansaço físico e psicológico de quem copiava. Além disso, havia por parte do copista a liberdade de intervir no texto, emendando-o, adequando-o à sua língua e à sua época ou até mesmo inserindo partes de outras obras ou recriando passagens, de modo que a cópia ganhava aspectos que a distanciavam do seu original, o que, de acordo com Picosque (2008, p. 52), “indicava uma ‘apropriação literal’ dos escritos aos quais os leitores tinham acesso”.

³ Há que se considerar os textos resultantes das edições semidiplomáticas feitas pela autora deste livro. No caso da *Memória Histórica*, utilizou-se a lição de Costa (2007). As edições dos outros manuscritos ainda não foram publicadas.

⁴ Também chamados de librarii ou scriptores (ARNS, 2007, p. 56).

O filólogo espanhol Alberto Blecua, em seu *Manual de Crítica Textual* (1983), disserta sobre as modificações ou erros de cópia durante o processo de transmissão do texto. Tais erros podem ser involuntários, como lapsos próprios do ato de cópia, ou decorrer de intervenção voluntária do copista. No primeiro caso, baseado nas categorias modificativas aristotélicas, os erros recebem a seguinte classificação: por adição (*adiectio*), por omissão (*detractatio*), por alteração de ordem (*transmutatio*) e por substituição (*immutatio*). Os erros ainda podem ter outra tipologia, como é o caso dos *visuais*, *mnemônicos*, *psicológicos* e *mecânicos*⁵. Os erros alheios ao copista são devidos às condições materiais do livro, como a perda de trechos pela ação do tempo, da umidade, do fogo etc. (BLECUA, 1983, p. 30).

Ao analisar os múltiplos casos particulares dos erros que cometem os copistas, sistematizando-os em uma tipologia limitada, Blecua tem em conta o *Libro de Buen Amor*, obra representativa da poesia medieval. Todavia há que se considerar que o comportamento dos copistas medievais também pode ser observado em autores modernos, como assevera Spaggiari e Perugi (2004, p. 80), no que concerne à natureza dos erros, e podem ocorrer, segundo Castro (1990, p. 52), no “plano substantivo, que concerne à estrutura linguística e semântica do texto” e no “plano dos acidentais, que respeita à sua forma gráfica e ortográfica”, respectivamente.

Enquanto os erros acidentais são puramente mecânicos, ou seja, “provocados pela distração, o cansaço manual, a velocidade de escrita” (CASTRO, 1990, p. 54), as variantes substantivas são erros não mecânicos, baseados, de acordo com Kane (1988b, 78-95 apud SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 73), em quatro causas principais, a saber:

- 1) produção dum texto mais fácil (“easier”, “more explicit”) do ponto de vista gramatical, lexical e, geralmente falando, contextual; 2) produção dum texto mais enfático (o copista participa na produção autoral); 3) substituição voluntária ocasionada quer por incompreensão do texto original, quer por preferência estilística, quer por necessidade de paliar as sequências duma precedente corruptela (“smoothing”), quer por censura; 4) alteração do esquema métrico.

São as variantes substantivas que conferem autoridade a um testemunho, porque, enquanto alterações conscientes, elas atingem o sentido do texto (KANE, 1989, p. 187 apud SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p. 101) e, por que não dizer, o estilo do autor.

⁵ De acordo com a descrição de Dain (1949, p. 38), essas alterações podem ocorrer por leitura do texto, retenção do texto, ditado interior e manejo da mão, respectivamente.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Até aqui se falou dos tipos de erros suscetíveis nas etapas sucessivas que constituem o processo de cópia de um texto, através de procedimentos voluntários ou involuntários do autor ou de terceiros. Quando se trata da cópia de textos, não com a finalidade específica de sua transmissão, mas como um processo de retextualização, verifica-se que são inseridas alterações para que a reprodução não seja idêntica e, assim, facilmente reconhecida. Tais alterações identificam-se com as características das variantes substantivas, na medida em que são voluntárias e atingem estruturas linguísticas e textuais, modificando, em alguns casos, o sentido do texto-fonte.

A *Memória Histórica* é um exemplo de texto que reproduz um processo de modificação de outros textos, em que estão em jogo mecanismos de reordenação e adequação textual nos níveis sintático, lexical e informacional, tais como a supressão e a adição de elementos linguísticos ou informações textuais, a reordenação da ordem de palavras e orações, a substituição de palavras ou construções gramaticais e o uso de sinônimos. Tendo essas características, esse texto torna-se objeto para a análise das variantes, entendidas aqui como as lições⁶ resultantes da intervenção de Manuel Cardoso de Abreu em suas fontes.

Partindo da identificação, exame e cotejo dos textos-base, buscou-se estabelecer um sistema que destacasse as lições variantes entre os testemunhos, sob um enfoque filológico, de modo a não somente fundamentar a prática da cópia, mas também reconstruir e descrever os procedimentos de retextualização.

O *corpus* para a realização desta análise apresenta as divergências encontradas a partir da colação de oito testemunhos, quatro manuscritos e quatro impressos, das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Manuel Cardoso de Abreu:

Pedro Taques de Almeida Paes Leme:

1. *História da Capitania de São Vicente*
3ª edição – 2004
2. *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*
Ms. apógrafo, Coleção Manuscritos do Brasil, número 48, do ANTT
3. *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*
1ª edição – 1849
4. *Nobiliarquia Paulistana*
1ª edição – 1870

⁶ Emprega-se o termo lição para o conteúdo de um lugar do texto (GLOSSÁRIO DE CRÍTICA TEXTUAL, 2012).

Frei Gaspar da Madre de Deus:

5. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*
Ms. autógrafo, cota Ms. Azul 1751, da ACL
6. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*
Ms. apógrafo, cota 09, 03, 008, da BNRJ

Manuel Cardoso de Abreu:

7. *Divertimento Admirável*
3ª edição – 1977
8. *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*
Ms. de cota E11571, do AESP

Em várias de suas obras, o historiador Afonso Taunay discorre sobre o fato de a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* ser o resultado da apropriação de outros textos. No entanto, o texto-fonte principal que serviu de modelo para sua estrutura e o seu conteúdo é as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, do frei beneditino Gaspar da Madre de Deus. A partir desse texto, Manuel Cardoso de Abreu deu início à sua memória, incluindo-lhe uma introdução, alguns trechos e parágrafos e um capítulo final, cuja procedência não foi identificada, além de trechos de seu texto *Divertimento Admirável* e de obras de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Na tabela a seguir é possível observar a localização das fontes no texto da *Memória Histórica*:

Tabela 1. Localização das fontes no texto da *Memória Histórica*

<i>MEMÓRIA HISTÓRICA DA CAPITANIA DE SÃO PAULO</i> Manuel Cardoso de Abreu	
Título	-
Introdução	-
§ 1 – 63	A
§ 63 (4ª linha – 7ª linha)	B
§ 63 (8ª linha) – 69 (5ª linha)	A
§ 69 (5ª linha – 15ª linha)	B
§ 69 (15ª linha) – 189 (17ª linha)	A
§ 189 (18ª linha – 23ª linha)	E
§ 190 – 203 (3ª linha)	A

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

§ 203 (3ª linha – 6ª linha)	E
§ 203 (20ª linha – 27ª linha)	E
§ 203 (28ª linha) – 217 (19ª linha)	A
§ 218 – 220	A
§ 221 – 238	C
§ 239 – 243	-
§ 244 – 326 (10ª linha)	A
§ 327 – 327 (13ª linha)	A
§ 327 (13ª linha – 53ª linha)	B
§ 328 – 330 (5ª linha)	A
§ 330 (5ª linha – 15ª linha)	B
§ 331 – 351 (61ª linha)	A
§ 351 (61ª linha) – 363	B
§ 364	A
§ 365 – 369	B
§ 370 – 380	A
§ 381 – 423	B
§ 424 – 426	-
§ 427	D
§ 428 -526	-

Fonte: COSTA, Renata Ferreira.

A *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, trata da história da capitania desde os seus primeiros donatários, Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa, até a sua incorporação à Coroa de Portugal.

Dessa obra, foram identificados muitos parágrafos em diferentes partes da *Memória Histórica*. Considerando que a obra possui 166 parágrafos, dos quais foram copiados 54, pode-se dizer que Manuel Cardoso de Abreu se apropriou de cerca de 32% da *História da Capitania*.

A partir da pesquisa dos testemunhos dessa obra, identificaram-se 3 manuscritos em arquivos brasileiros: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) [2], DL 975.10 e DL 975.20 [frag.], e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro),

I-30, 24, 1 [adap.], além de 3 impressos: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1847, tomo IX, p. 137-178/293-328/445-476; São Paulo: Melhoramentos, [1928], e Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 (Edições do Senado Federal, v. 129).

Como não foi possível a reprodução do manuscrito da *História da Capitania de São Vicente*, pois o processo de obtenção de cópias junto à instituição depositária é oneroso, o testemunho de colação eleito foi a 3ª edição da obra, de 2004, por ser mais acessível e facilitar a recolha das variantes, uma vez que também se encontra em formato digital.

A *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo*, de Pedro Taques, disserta sobre os conflitos entre paulistas e jesuítas no século XVII pelo controle da mão de obra indígena, o que obrigou os padres a abandonar o seu colégio em 1649.

Esse fato foi um marco na história de São Paulo, de modo que não poderia deixar de ser relatado nas memórias da capitania. Assim, essa matéria é tratada na *Memória Histórica* a partir da transcrição de aproximadamente 57% da obra de Pedro Taques: 30 parágrafos de um total de 52.

Foram identificados 2 testemunhos manuscritos da *Notícia Histórica*: Brasil [1], Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), *DL 42.17*, e Portugal [1], Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Coleção Mss. do Brasil*, n. 48, ff. 128-149.

De sua tradição impressa constam 2 edições: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1849, tomo 12, p. 5-40, e São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [1929].

Para a colação com a *Memória Histórica* foram escolhidos dois testemunhos da *Notícia Histórica*: o manuscrito depositado na Torre do Tombo, uma vez que o manuscrito do Instituto Histórico encontra-se em péssimo estado de conservação, o que impediu a sua consulta, e a primeira edição da obra, na Revista do Instituto Histórico. A escolha de trabalhar com dois testemunhos, o manuscrito e o impresso, prende-se ao fato de haver algumas discrepâncias entre os textos desses testemunhos, como, por exemplo, a diferença de paragrafação e a ausência de algumas palavras ou frases no manuscrito.

A *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* é a maior obra de Pedro Taques, que registra a história e a genealogia dos primeiros povoadores de São Paulo, até a década de 70 do século XVIII.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Dessa obra, Manuel Cardoso de Abreu utilizou somente um parágrafo, inserido no capítulo VI do título dos “Prados” e que corresponde a uma carta régia aos oficiais da câmara da vila de São Paulo, de 1677.

Os manuscritos da *Nobiliarquia* não foram encontrados, mas a tradição impressa da obra conta com seis edições, correspondentes a vinte e quatro títulos genealógicos, a saber: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1870, tomo XXXIII, v. 41, 2ª parte, p. 27-185/249-335; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, tomo especial, v. 2; 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, tomo II, (Biblioteca Histórica Paulista IV), e 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, tomo II, (Reconquista do Brasil, v. 6).

Escolheu-se como texto de colação a primeira edição da obra, de 1870, cujo parágrafo transcrito encontra-se nas páginas 152 e 153.

Memórias para a História da Capitania de São Vicente é a obra mais emblemática de Frei Gaspar da Madre de Deus, na qual o frei beneditino revela a origem da capitania e os acontecimentos que marcaram sua história.

Essa obra configura-se como o texto-fonte principal para a estrutura e o conteúdo da *Memória Histórica*. Além disso, dentre as cinco fontes identificadas de que se serviu Manuel Cardoso, esse texto é o que apresenta o maior percentual de aproveitamento, correspondente na *Memória Histórica* a aproximadamente 54,2% (38.157 palavras de um total de 70.390).

A pesquisa das fontes da *Memória Histórica* permitiu identificar 3 testemunhos manuscritos das *Memórias* de Frei Gaspar, distribuídos em dois diferentes países: Brasil [1], Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), 09, 03, 008, e Portugal [2], Academia de Ciências (Lisboa), *série Ms.Azul*, n. 1751; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Coleção Mss. do Brasil*, n. 48, ff. 1-35 [frag.].

Além dos testemunhos manuscritos, as *Memórias* contam com uma tradição impressa de 6 edições: Academia Real das Ciências (Lisboa, 1797); Tipografia de Agostinho de Freitas Guimarães (Rio de Janeiro, 1847); Weiszflog Irmãos (São Paulo e Rio de Janeiro, 1920); Livraria Martins Editora (São Paulo, 1953); Itatiaia e EDUSP (Belo Horizonte e São Paulo, 1975) e Senado Federal, Conselho Editorial (Brasília, 2010, Edições do Senado Federal, v. 129).

Essa recensão dos testemunhos de Frei Gaspar permite dizer que, ainda que não tenha tido uma grande difusão, considerando-se outros historiadores do Brasil em épocas aproximadas, a circulação dessa obra atravessou séculos.

Considerando-se que a apropriação textual de Manuel Cardoso para a composição da *Memória Histórica* deu-se em um contexto de tradição manuscrita, elegeu-se, para a colação, o testemunho manuscrito das *Memórias* depositado na ACL, único testemunho autógrafo dessa obra. No entanto, dado que esse texto apresenta diversas emendas apógrafas, inseridas por Diogo de Toledo Lara e Ordoñhes a pedido da Academia, para que pudesse ser publicado, o que será levado em conta na colação é o texto autógrafo de Frei Gaspar, sem as emendas, ou seja, o texto com a primeira camada textual.

Há que se considerar ainda que há, nesse códice, oito fólios diferentes dos fólios originais, inseridos posteriormente ao caderno, escritos totalmente pelo punho de Diogo Ordoñhes, cuja matéria, em muitos lugares, diverge do que escreveu Frei Gaspar⁷. Dessa forma, a colação entre A e F, nesses lugares, se dará em conjunto com o manuscrito das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* conservado na BNRJ, cota 09, 03, 008.

O capítulo XIII do texto intitulado *Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso*, de Manuel Cardoso de Abreu, é um registro da cidade de São Paulo em fins do século XVIII. É deste capítulo, especificamente dos parágrafos 2 e 3, sobre o terreno da cidade e suas igrejas e conventos, respectivamente, que Manuel Cardoso se valeu para a composição de sua *Memória Histórica*.

Do parágrafo 2 foi aproveitada somente a primeira frase, enquanto o parágrafo 3 foi transcrito quase em sua totalidade, com exceção da última frase. Isso representa um aproveitamento de aproximadamente 1,8% do *Divertimento Admirável*.

Foram encontrados, dessa obra, 2 testemunhos manuscritos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) [2], DL 50.2 [frag.] e DL 50.3.

Sua tradição impressa é composta de 3 edições: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902, vol. 6, p. 253-293; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, vol. 77 (2ª parte), p. 125-156, e *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 53-87 (Coleção Paulística, v. 1).

⁷ Para que se conhecesse a lição original de Frei Gaspar, a comparação foi realizada com o manuscrito das *Memórias* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cota 09, 03, 008.

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Devido às dificuldades de reprodução do manuscrito do *Divertimento Admirável*, foi considerada como testemunho de colação a 3ª edição da obra, reprodução mais acessível da 1ª edição, já que a 2ª apresentava divergências em relação à 1ª.

3.2. CATEGORIZAÇÃO DAS LIÇÕES VARIANTES

A seguir apresenta-se a categorização de exemplos das lições variantes entre A, B, C, D e E, textos-fonte, e F, o texto da *Memória Histórica*:

3.2.1. Adição

Nos casos a seguir, verifica-se a coordenação de mais um elemento à oração. O conectivo *e* estabelece, nesses casos, uma expansão de constituintes, assim como *ou* estabelece uma alternância entre esses elementos, os quais compartilham o mesmo traço morfológico e semântico:

A: a Esquadra navegava

F: a Esquadra, **ou Armada** navegava

A: os Índios das outras Aldéas,

F: os Índios das outras **Nasçoens, e** Aldeyas,

A: com o tratamento de Cavalleiros Fidalgos,

F: com o **Caracter, ou** tratamento de Cavalleiros Fidalgos,

A: quem Ler, o que elle mesmo refere

F: quem ler, o que elle **escreveo, e** refere

B: Martim Afonso de Sousa,

F: Martim Afonso de Souza, **e Seus Successores,**

B: foi seu primeiro provedor Brás Cubas,

F: foi Seu primeiro Povoador, **e Fundador** Bras Cubas,

B: extraiu boa prata, frei Pedro de Sousa,

F: extrahio, **e fundio** Prata Frei Pedro de Souza,

B: Esta é a capitania de São Vicente,

F: Esta hé, **ou foi** a Capitania de Saõ Vicente

C: subrepticio, tudo o que em prejuizo deste povo lhe viesse,

F: Subrepticio, **e obrepticio** tudo o que em prejuizo deste Povo lhe viesse,

Outro caso de adição é a inserção da conjunção coordenativa aditiva *e* em associação a advérbios, estabelecendo relação de temporalidade, ou a preposições:

A: pelo beneficio da sua não esperada felicidade, mandou

F: pelo beneficio da Sua felicidade, **e logo** mandou

B: no mesmo tempo do Conde de Monsanto

F: no mesmo tempo, **e por Provizaõ** do dito Conde de Monsanto,

A adição da conjunção *e*, que estabelece uma relação coordenativa entre termos e orações, facilita a passagem de uma ideia a outra ou entre termos, ou ainda dá sequência a uma enumeração:

A: muitos Indios concorreraõ; o gosto da libertinagem os occupou,

F: muitos Indios concorreraõ, **e** o gosto da libertinagem os Occupou:

A: e todos seos filhos, nettos herdeiros, e Successores,

F: e todos seus filhos, Netos, **e** Erdeiros, e Successores,

B: as despesas da viagem. Prevenido com forças

F: as despesas da Viagem. **E** prevenido Com forças

B: doação de Martim Afonso de Sousa, foi fundada em 1667

F: Doação de Martim Afonso de Souza, **e** foi fundada em 1667

C: por cuja falta ignoramos o mais, que ella poderia conther a sua data,

F: por cuja falta se ignora o mais, que ella poderia conter, **e** a Sua data:

C: ao Reverendo Prelado Administrador desta repartizaõ

F: ao Reverendo Prelado, **e** Administrador desta repartição,

Outros tipos de conjunções coordenativas foram adicionados, como é o caso das explicativas *pois* e *porque*. Verifica-se, nesses casos, que as orações nas fontes são independentes, separadas pelo ponto final, e, em **F**, ao compartilharem um tópico comum, articulam-se por meio do conectivo:

A: para os amarem com excesso. Eraõ os Mamalucos os melhores Soldados

F: para os amarem com excesso, **pois** eraõ os Mamelucos melhores Soldados

A: quem lhe cõmunicou as noticias. O Posto de Governador,

F: quem lhe communicou as noticias, **porque** este Posto de Governador

B: sobre o Rio de Janeiro, tendo mandado a armada

F: Sobre o Rio de Janeiro, **porque** tendo mandado a Armada

Conforme explicamos, no processo de cópia das fontes para **F**, houve uma série de procedimentos voluntários do copista, como são, por exemplo, a omissão, a substituição e a alteração da ordem dos termos ou fragmentos textuais. Essas operações, algumas vezes, levam-no a, obrigatoriamente, adicionar outro termo à oração para que o texto continue coeso e coerente, funcionando como uma espécie de adaptação à nova realidade textual:

A: e agora vou convencer de faLsas as outras noticias de Pita.

F: e agora vai-se **a** convencer de falsas as outras noticias de Pita.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A: e outra na Villa de Santos, tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real, cujo teor he o seguinte: (L)

F: e outra na Villa de Santos, cujo theor hé o Seguinte. (p) **Sendo** tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real.

C: aos 7 de outubro de 1647 = Rey

Reconhecida, e respeitada a Paternal Clemencia do Soberano,

F: a 7 de outubro de 1647. (z) **E sendo** reconhecida, e respeitada a Paternal Clemencia do Soberano,

A inclusão da locução conjuntiva *etcoetera* ao fim da oração marca uma possível continuidade do assunto, que na verdade não existe no texto-fonte:

A: sendo o sitio desta dita Villa tudo mato.

F: sendo o Sitio desta Villa tudo mato. **Etcoetera.**

A: e Jurisdição da Villa de Santos da Capitania de São Vicente.

F: e jurisdição da Villa de Santos, da Capitania de São Vicente **etcoetera.**

B: pela dita homenagem tem de obrigação.

F: como pela dita homenagem tem de obrigação **etcoetera.**

Outro conjunto de adições representa casos de determinação ou explicação de um termo já existente. Tais casos ocorrem pela inserção de artigos determinados, advérbios, locuções adverbiais, adjetivos, substantivos e sintagmas:

A: No Archivo do Convento do Carmo existem os Autos

F: No Archivo do Convento do Carmo **de Santos** existem os Autos

A: e Guarda mór das Minas;

F: e Guarda Mor **Geral** das Minas,

A: hoje chamaõ-lhe Piassaguera,

F: hoje lhe chamão **o Porto de** Piassaguera,

A: o peor, que tem o mundo,

F: o peyor, **naquelle tempo**, que havia no mundo,

B: havia feito Dona Isabel de Lima de Sousa de Miranda,

F: havia feito **a ultima Donataria** Dona Izabel de Lima de Souza e Miranda,

B: carta precatória executória

F: Carta **de Deligencia** Precatoria, executoria

B: para conhecimento das vilas

F: para **verdadeiro** conhecimento das Villas,

B: ao seu rei Teviriçá,

F: o seu Rey Teviriçâ **referido**,

C: para beneficio da Cultura

F: para o beneficio da Cultura,

C: athe que descobertas por Affonso Sardinha as primeiras Minas de oiro de lavagens

F: athé que descobertas por Afonso Sardinha, **neste continente**, as primeiras Minas de Ouro de lavagens

C: o padre Pedro Homem Albernás,

F: o **Reverendo** Padre Pedro Homem Albernáz,

C: por se ver o reconcavo da Bahya hostilizado,

F: por se ver o reconcavo da Bahya hostilizado **destes inimigos**,

D: Officiais da Camara de São Paulo. Eu o principe vos envio saudar.

F: Officiaes da Camara **da Villa** de Saõ Paulo. Eu o Principe vos invio **muito** Saudar.

D: e porque não poderão fazer

F: e porque o não poderaõ fazer

E: a Sé,

F: a Sé **Cathedral**;

E: São Gonçalo dos Pardos,

F: Saõ Gonçallo **Garcia**, dos **homens** pardos;

Encontram-se casos de adição de pronomes relativos, alguns dos quais estão relacionados ao fato de ter havido uma reelaboração do texto-fonte, ou de conjunções subordinativas, que estabelecem, entre as orações, uma relação de dependência de sentido:

B: vila de São Vicente. Fogaça porém se opôs

F: Villa Capital de Saõ Vicente; **ao que** Fogaça se opós

B: A vila de Santos está em vinte e quatro graus

F: A Villa de Santos/de que já tratamos/**que** está em 24 graos

B: e lhe não constava haver provisão alguma,

F: e **que** não lhe constava haver Provizaõ alguma,

Em relação à inserção do pronome *se*, verifica-se que há construções reflexivas e construções ligadas à indeterminação do sujeito:

A: creu poder aproveitar a occaziaõ,

F: creio poder aproveitar-**se da** Occaziaõ,

A: Tambem não ha de negar que era do Rey a Armada, quem Ler a Carta Regia

F: Tambem não **se** ha de negar que era do Rey a Armada, quem ler a Carta Regia,

B: passeando por ela

F: passeando-**se** por ella,

B: e cumpra este alvará

F: e Cumprace este Alvará

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

O processo de adição também se dá no nível informacional, através da inserção de palavras, sintagmas, frases, trechos e parágrafos de tamanho variável, que contêm informações complementares às já existentes ou que estabelecem a articulação de frases e orações:

A: habitação antiga de seos Pays e Avós.

F: habitação antiga de Seus Pays, e Avós.

Este nome Pirátininga significa no idioma gentílico Peixe Seco, por se achar naquelles Campos Pirátininga o muito Peixe, que com a inundação do Rio Tye-tê recebiam os ditos Campos, os quais, depois da mudança da Aldeya, tomou o nome de Campos de Guarê, que quer dizer couza, que foi, e não hé.

A: se deo o appellido de Capitania de São Paulo

F: se deo o apelido de Capitania de São Paulo. **A dita Villa de São Sebastião tem hoje em si o numero de 5 mil 238 almas.**

A: extrahido das Minas geraes, Cuyabá, e Goiazes nos seos principios;

F: extrahidos das Minas Geraes, Cuyaba; **Mato grosso**, e Goyas nos Seus principios.

A: eraõ gente rustica e acostumada a matar nas guerras,

F: era gente rustica, **desconfiada**, e acostumada a matar nas guerras,

B: Pedro Lopes de Moura – Leonardo Carneiro.

F: Pedro Lopes de Moura == Leonardo Carneiro == **Manoel Fernandez Porto.**

B: e ordenarem seus constituintes: que tinha feito pleito

F: e ordenarem Seus Constituintes. **Alem de** que tinha feito preito

B: ser fundada em janeiro de 1567 por Mem de Sá,

F: Ser fundada em 1567, por **Estacio de Sá, e depois por seu Tio** Mem de Sá,

B: sendo com isso cauza, e origem de se matar muita multidaõ de homens, mulheres, moças, moços, e meninos

F: sendo com isso cauza, **/deste Apostata, que chegou a ser publico Pregador da infame doutrina de Lutero, trata o Livro Castrioto Luzitano da restauração de Pernambuco no Livro sexto numero 17/**e origem de Se matar muita multidaõ de homens, mulheres, moças, moços, e meninos,

C: ententaraõ os moradores de Sam Paulo expulsar aos Iezuitas

F: intentarão os moradores de São Paulo **tornar a** expulsar os Iezuitas

D: como merecem tão leaes vassallos. Escripta em Lisboa a 29 de Novembro de 1677. Principe. Conde de Val dos Reis.

F: como merecem taõ leaes Vassallos; e **emquanto a queixa, que me fazeis sobre a repartição do Sal, preço porque se vos vende, e excesso dos Officiaes da Villa de Santos, o Dezembargador Ioaõ da Rocha Pita, que invio a deligencias do meu Serviço a essas Capitancias/leva ordem minha para compor este negocio, e nos mais do meu Serviço, e do que tiveres que requerer perante elle vos fará justiça,**

e de vós confio o deixares obrar, advertindo-o daquellas couzas, que mais convenientes forem a vossa conservação, e augmento dessa Villa.

Escrita em Lisboa a 29 de novembro de 1677 == Príncipe == Conde de Val dos Reys. (g)

E: Rosário dos Pretos,

F: o Rozario dos Pretos; **duas Capellas de Nossa Senhora dos Remedios, e de Santa Efigenia, ambas tambem dos pretos;**

A reiteração de palavras também se inclui no processo de adição, uma vez que um termo já mencionado anteriormente é novamente adicionado em outro lugar do texto:

A: 38. Com este documento se convence, que os vestigios não são de Alfandega; e com outro se mostra indubitavelmente, que nos primeiros annos entravaõ

F: 38. Este documento mostra que os vestigios não são de Alfandega, e com outro **documento** se mostra, que nos primeiros annos entravaõ

A: todas as 50. legoas de seos Sobrinhos, e começarei pelas 10, situadas

F: todas as 50 legoas de Seus Sobrinhos, começando pelas 10 **legoas** situadas

A: que diz, lhe demos posse de tudo,

F: que **lhe** dis, lhe demos posse de tudo

Outro processo é a inserção de palavras ou sintagmas que se encontravam subentendidos no texto-fonte:

A: que hia correndo a Costa até o Rio da Prata,

F: que hia correndo a Costa até **chegar** ao Rio da Prata,

A: No principio foi habitada somente dos filhos,

F: 156. No principio **da Povoação de Santo Andre**, foi **ella** somente habitada dos filhos,

A: Tentaraõ persuadir aos do Governo,

F: Tentaraõ **os Padres** persuadir aos do Governo,

B: da de Santos, dessa de São Paulo,

F: da **Villa** de Santos, dessa **Villa** de Saõ Paulo,

B: e julgada por boa:

F: e **Ser** julgada por boa,

C: da expulsão dos Padres Iezuitas, que executada na manhaã

F: da expulsaõ dos ditos Padres, que **foi** executada na manhã

E: de São Francisco, São Bento,

F: de Saõ Francisco; **de** Saõ Bento;

A remissão a outras partes do texto, retomando ou anunciando os seus argumentos, se manifesta, respectivamente, através da adição de construções referenciais anafóricas e catafóricas:

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A: governava em sua auzencia Fernaõ Vieira Tavares, como havia determinado

F: governava em sua auzencia Fernaõ Vieyra Tavares, **/que atras fica referido/** como havia determinado

A: passou o seguinte Alvará no anno de 1544. (Z)

F: passou hum Alvará no anno de 1544, (h) **do theor Seguinte:**

B: foi seu primeiro provedor Brás Cubas,

F: foi Seu primeiro Povoador, e Fundador Bras Cubas, **como está mostrado,**

B: referimos aqui alguns pagamentos.

F: apontar-se aqui alguns pagamentos, **que se encontra nos Livros seguintes.**

Há uma ocorrência de expressão enfática, que busca reforçar o que está sendo dito:

A: requeriaõ ao Prelado com vozes desentoadas,

F: requeriaõ ao Prelado com **vozes, e com** vozes dezentoadas,

Encontram-se ainda casos de adição que apontam para o que parece ser a correção do modelo:

A: e porem mando, que no tempo, que os Jndios

F: e porem mando que no tempo, **em** que os Indios

A: porque logo assentou, que a Esquadra era de Portuguezes;

F: porque logo acentou, **de** que ella era de Portuguezez;

C: e largar fazendas, e engenhos,

F: e largar **de** fazendas, e Engenhos

C: como a que tem mui particular o Governador

F: como a que tem muito **em** particular o Governador

Além das adições intencionais, há casos evidentes de lapso de escrita, isto é, erros involuntários de transcrição, a que se segue sua retificação, caracterizada pela introdução do marcador verbal “digo”:

A: porem aos 19. de Abril do mesmo anno de 1561. já tinha Pelourinho,

F: porem aos 19 de Abril do mesmo anno de 1561, **já tinha Meirinho, digo** já tinha Pelourinho,

A: se rezolveo a reparti-las

F: se rezolveo **a repeti las, digo** a reparti las

A: para a banda do Nordeste,

F: para a banda **do Norte, digo** do Nordeste,

A: que elles para isso tinhaõ, era a mesma, que nos taes Paulistas concorria,

F: que elles para isso tinhaõ, **era a sua mayor esperança, digo** era a mesma que nos taes Paulistas concorria,

A: O Chronista da Provincia de Santo Antonio do Brazil conforma-se

F: O mesmo a Severa o Chronista **do Brazil, digo** da Provincia de Santo Antonio do Brazil,

Além das ocorrências de adição evidentes no corpo do texto, há casos de inserção de glosas marginais, as quais se encontram referenciadas no corpo do texto através de letras remissivas entre parênteses:

B: auto do teor seguinte:

F: Auto do theor Seguinte (**h**)

B: de 10 de julho de 1705,

F: de 10 de Julho de 1705. (**c**)

C: lhe foi necessario despovoala,

F: lhe foi necessario despovoala (**u**)

C: por Alvará do mesmo Senhor de 3 de outubro de 1643//que he do Theor Seguinte.

F: por Alvará do mesmo Senhor de 3 de outubro de 1643. (**x**)

3.2.2. Omissão

No que se refere à omissão de substantivos, adjetivos, pronomes e advérbios, que podem ou não vir acompanhados por preposições, artigos ou conjunções, e também de alguns sintagmas, frases e trechos, verifica-se a tendência a suprimir do texto as palavras ou expressões determinativas, valorativas e explicativas:

A: Pedro Alvares Cabral, **illustre, e valerozo** Senhor de Azurara,

F: Pedro Alvarez Cabral, Senhor de Azurara,

A: havia conseguido o nome de Graõ Capitaõ, **que elle dezejou merecer desde o tempo da sua puericia.**

F: conseguiu o nome de Grão Capitaõ.

A: couza velha, **ou, para melhor dizer, antiquada.**

F: Couza velha.

B: Fernando Vieira Tavares, **sujeito de conhecida nobreza,**

F: Fernaõ Vieyra Tavares.

B: só era habitado dos **bárbaros** índios Tamoios:

F: era Habitada sô dos Índios Tamoyos

B: batida **incessantemente** da nossa artilharia

F: batida da nossa Artelharia,

B: A vila de **São Francisco das Chagas de Taubaté**

F: 20. A Villa de Taubate

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

C: Mem de Sá, **terceiro Governador Geral do Estado**, e a requerimento dos Padres do Collegio **da Villa** de São Vicente,

F: Mem de Sá, e a requerimento dos Padres do Colegio de Saõ Vicente,

C: pertendendo deitala abaixo

F: pertendendo deitar abaixo

C: em respeito dos Indios de Peru, **que estiveraõ nesta Cidade** de cuja liberdade

F: em respeito dos Indios do Perû, de cuja liberdade

C: Escriptura **de Transacção, e amigavel Composição**, celebrada.

F: escriptura celebrada

D: por se achar **a** minha fazenda tão exhausta

F: por se achar minha Fazenda taõ exausta,

E: a **da** Misericórdia,

F: a Mizericordia;

Outra forma de tornar o texto mais objetivo e imparcial, conforme hipótese nossa, é por meio da eliminação das marcas de personalidade, que se manifestam principalmente quando, no texto-fonte, há considerações pessoais e avaliações sobre determinados fatos. São casos de omissão de palavras ou expressões modalizadoras ou de frases, trechos e parágrafos inteiros nos quais se manifesta a presença da primeira pessoa do discurso:

A: Esta foi, **a meo ver**, a razaõ,

F: Esta foi a razão

A: 67. **Como nunca me appliquei ao estudo de Genealogias, he muito Limitada a minha instrucção sobre este assumpto; assim mesmo podéra eu repetir muitos nomes de Povoadores, se me fora necessario apontar os de todos, que me lembra ter achado com o tratamento de nobres em documentos autenticos, ou livros impressos.** Para que o Leitor possa formar alguã idéa da qualidade dos primeiros Colonos,

F: 67. Para que o Leitor possa formar alguma ideya da qualidade dos primeiros Colonos,

A: e seus Jrmaons, **que eu conheci**, sempre foi reputada

F: e seus Irmaons, sempre foi reputada

A: primeiro Povoador da Fazenda de Santa Anna, **onde nasci, e fui regenerado pelo Sacramento do Baptismo, que alli me conferiraõ na Capella de meos Pays:**

F: primeiro povoador da Fazenda de Santa Anna;

A: **Iorge Pires. O doutissimo Pedro Taques escreveo-me de Saõ Paulo em carta sua datada em 1768. que** Jorge Pires fora Cavalleiro Fidalgo,

F: Iorge Pires se dis ser cavalleiro Fidalgo,

A: 181. **Para que não duvide da minha veracidade, quem souber, que Amador Bueno foi meo terceiro Avo paterno**, vou confirmar a substancia do cazo com as palavras de Artur de Sá,

F: 182. Este cazo se verefica com as palavras de Artur de Sá,

A: para que se não oppuzesse á novidade. **Isto he suspeita minha.**

F: para que se não opuzesse a novidade.

Constataram-se outros casos de omissão, os quais apontam para a redução de elementos e de conteúdo do texto-fonte. Tais ocorrências envolvem verbos, advérbios, pronomes, substantivos, preposições, conjunções e numerais, além de frases, trechos e parágrafos:

A: 100 legoas por Costa, **e nos fundos de tudo, quanto pertencesse á Coroa de Portugal**, mas a Sua posse chegou

F: Cem legoas por costa; mas a Sua posse chegou

A: no seo injusto sistema. **Notou Santo Agostinho, que Deoz Senhor Nosso algumas vezes permite, e disfarça as culpas humanas, a fim de conseguir maiores bens por esse modo: isto se verificou a respeito das guerras injustas dos Paulistas com os Barbaros; pois dellas rezultaraõ grandissimas conveniencias ao Estado, e muita gloria ao Senhor pela conversão de ãnumeraveis Gentios, que os Paulistas introduziraõ na Igreja.**

F: no seu injusto Systema.

A: Engenho d'agua chamado da Madre de Deoz, **e huã Capella da Senhora com esta invocaçãõ**, titulo, que ao depois se mudou pelo de Neves;

F: Engenho d'agoa chamado da Madre de Deos; cujo titulo ao depois se mudou pelo de Neves.

B: aos seus moradores: **tem igreja matriz, um convento de religiosos capuchos de Santo Antônio, e outras igrejas e capelas**, e é governada por um capitão-mor.

F: aos seus moradores, e hé governada por hum Capitaõ Mor.

B: surgiu em Cabo Frio **em 1554**, onde introduzido

F: Surgio em Cabo Frio, onde introduzido

B: ao Marquês de Cascais, **o que melhor se vê da mesma carta registrada na Câmara da vila de Taubaté no livro de registros número 17, página 13. De então até o presente não consta que houvesse movimento algum de donatário interessado na sua capitania das cem léguas de costa concedidas de juro herdade a Martim Afonso de Sousa. São Paulo e de janeiro 3 de 1772 anos. – Pedro Taques de Almeida Pais Leme.**

F: ao Marques de Cascaes. (e)

C: Augmentou-se a povoação de Piratyninga, **tomando o nome da Villa de Sam Paulo com a conversão dos Gentios**, cuja administração

F: augmentouce a Povoação de Pirátininga, cuja administração

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

C: cuja Cópia hé a Seguinte

== **Escritura de Transacção, e amigavel Composição, e renunciação que fizeram os Padres da Companhia com o Povo das Capitanias do Rio de Janeiro** ==

F: Cujá Cópia hé do theor Seguinte.

C: o Reverendo Padre Procurador **em respeito dos** desta Capitania,

F: o Reverendo Padre Procurador desta Capitania,

E: É a cidade aprazível pelo terreno e **saudável pelos ares, e não é muito pequena, pois se conhece a sua grandeza pelo número das ruas, cujas são: de São Bento, Direita, de São Francisco, das Casinhas, da Freira, de São Gonçalo, da Sé, das Flores, do Carmo, que é onde está o palácio dos generais, do Rosário, da Quitanda e Rua Nova de Guacio, todas elas com suas travessas correspondentes, com o defeito, porém, de serem a maior parte das casas térreas e as ruas mal ordenadas e mal calçadas.**

F: Está cituada em lugar aprazível,

E: São Gonçalo dos Pardos, **entre os quais alguns bem acabados e magníficos,**

F: Saõ Gonçallo Garcia, dos homens pardos;

E: e capacitado das suas razoens, **annuo á supplica,** rezolveo finalmente amparar aos hospedes,

F: e capacitado das suas razoens, rezolveo finalmente amparar aos hospedes,

Em A e C, os erros de escrita percebidos a tempo eram imediatamente retificados, acrescentando-lhes logo após os marcadores “digo” ou “alias” a palavra ou expressão correta. Esses casos de emendas foram omitidos em F:

A: como a do Rio da Prata, **expuzesse, digo,** os colonos,

F: como a do Rio da Prata, os Colonos,

A: de Braz Cubas, Capitaõ, e **Ouvidor, digo,** como//filho de Luiz de Goes,

F: de Braz Cubas Capitaõ//Como filho de Luis de Goes,

A: havia fundado Gabriel de Lara, **tomou, digo, posse** em nome de Dom Diogo de Faro, e Souza,

F: havia fundado Gabriel de Lara em nome de Dom Diogo de Faro e Souza,

C: e **esta Provizam alias** esta com Provizam de Sua Magestade,

F: e esta com Provizaõ de Sua Magestade,

Casos semelhantes aos das omissões de emendas são os das supressões de elementos das fontes considerados desnecessários ao entendimento da oração ou inadequados:

A: Respira **em** Saõ Paulo de Piratininga hum ar muy puro,

F: Respira Saõ Paulo de Pirátininga hum ar mui puro

A: (este nome quer dizer sitio, **de** onde se ve o mar)

F: /este nome quer dizer sitio onde se vé o mar/

A: a Villa de Saõ Vicente, **e** a de Santos, e a de Saõ Paulo

F: a Villa de Saõ Vicente, a de Santos e a de Saõ Paulo

B: Dom Afonso de Faro, **etc.**

F: Dom Afonso de Faro.

B: que **se** lhe deu vista

F: que lhe dessem vista

B: não há mais do que **se** sentenciarem as terras sem **se** ter julgado

F: naõ há mais do que Sentencearem as terras sem ter julgado

C: E falando da administração **no** Espiritual das ditas Aldeas,

F: E fallando da administração expiritual das ditas Aldeyas

C: serenouse a tempestade pelo Termo,

F: Serenou a tempestade pelo Termo,

Há casos em que elementos do texto que são facilmente recuperados pelo contexto são omitidos:

A: e o arroz em casca **vendia-se** a 50. reis o alqueire,

F: e o Arros em Casca a 50 reis o alqueire,

A: Ouvio pois **dizer** Vaissete, ou quem lhe deo a noticia,

F: Ouvio pois Vaisete, ou quem lhe deo a noticia,

A: porque as viagens ordinarias **desta Villa** para aquella Cidade

F: porque as viagens ordinarias para aquella Cidade

B: e com esta **todas** as mais vilas do centro

F: e com esta as mais Villas do centro

B: da qual **posse** se fez auto

F: da qual se fes Auto

B: todos os índios do Brasil.

F: todos os do Brazil.

Há que se considerar ainda os erros involuntários, como é o caso da supressão do advérbio de negação, que prejudica o sentido da oração, ou os casos que, ao que tudo indica, representam saltos de igual a igual, motivados pela repetição de palavras:

A: e por nella **naõ** estar o nome do Senhor Rey,

F: e por nella estar o nome do Senhor Rey,

A: e mercê de juro, e herdade **para sempre. Item outro si lhe faço mercê de juro, e herdade** para todo o sempre das Alcaidarias móres

F: e mercê de juro, e Erdade por todo o sempre das Alcaydarias Mores

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A: por se intitular Donatario **de Saõ Vicente, sem o ser, e não se appellidar Donatario** de Santo Amaro, como devia,

F: por se intitular Donatario de Santo Amaro, como devia,

A: Manoel **Rodrigues de Moraes, e deraõ posse dellas a Joaõ de Moura** Fogaça, Procurador da Condeça de Vimieiro

F: Manoel Fogaça, Procurador da Condessa de Vimieyro

C: como eleitos por elles, **aceitavaõ na forma relatada em virtude delas, por elles,** e outro sim foi dito,

F: como eleitos por elles; e outro Sim foi dito,

Existem também omissões de frases referenciais anafóricas e catafóricas:

B: Condessa de Vimieiro, **como fica referido;**

F: Condessa de Vimieyro

B: no dia 12 do mês de janeiro de 1621, sendo oficiais da Câmara Gregório Rodrigues, Alonso Pelaes, Diogo Ramirez e Jorge Correia, moço da Câmara d'el-rei. **Todo este fato assim referido consta difusamente no lugar embaixo citado.**

F: no dia 12 do mesmo Ianeiro de 1621

B: de 24 de janeiro de 1559, **como fica referido;**

F: em 24 de Ianeiro de 1559.

C: por Alvará do mesmo Senhor de 3 de outubro de 1643//**que he do Theor Seguinte.**

F: por Alvará do mesmo Senhor de 3 de outubro de 1643. (x)

C: de que tinhaõ sido lançados, **como fica indicado** se constituirão protectores

F: de que tinhaõ sido lansados, se constituirão Protectores

C: Camara de Sam Paulo, **pelo theor seguinte.**

F: Camara de Saõ Paulo. (b)

3.2.3. Alteração da Ordem

Em relação à alteração da posição do verbo na oração, encontram-se casos de verbo anteposto ao pronome quantificador “todos” e posposto ou anteposto ao advérbio ou ao seu complemento. No caso das locuções verbais, o complemento é colocado entre o verbo auxiliar e o verbo principal:

A: Ilha de Saõ Vicente, onde **todos estamos....**

F: Ilha de Saõ Vicente, onde **estamos todos....**

A: do que Lá tendes feito, **tinha mandado o anno passado**

F: do que lá tendes feito, **tinha o anno passado mandado**

A: e não lhe sendo possível **castigar pessoalmente** o insulto Gentílico,

F: e não podendo **pessoalmente castigar** o insulto,

A: e hoje **somente hé** capaz de canoas

F: e hoje **hé somente** Capaz de Canoas.

A: que suppunhaõ **habitado só de feras**,

F: que Supunhão **só de Feras habitado**.

B: que depois **se chamou no batismo** Isabel,

F: que depois **no Baptismo se chamou** Izabel,

B: que **dessem logo** posse

F: que **logo dessem** posse

B: **só era habitado** dos bárbaros índios Tamoios:

F: **era Habitada sô** dos Indios Tamoyos

B: **levantou à sua custa** igreja matriz

F: **A sua Custa levantou** Igreja Matris

B: **concedesse também** terras de sesmarias.

F: **tambem concedesse** terras de Sesmarias

Existem também mudanças na posição do pronome em relação ao verbo:

A: por **lhes persuadir**, que nada temessem.

F: e a **persuadir-lhes** que nada temessem.

A: e **collocaraõ-na** em huã Capellinha,

F: e a **Colocarão** em huma Capelinha,

A: hoje **chamaõ-lhe** Piassaguera,

F: hoje **lhe chamão** o Porto de Piassaguera,

A: mas por fim **retirou-se** fugitivo para o Paraguai

F: e por fim **se retirou** fugitivo para Paraguay.

A: muito longe de **se opporem** á conversão dos Genticos,

F: muito longe de **oporem-se** á Conversão dos Genticos,

A: pelo Sertaõ não **as** poderãõ fazer

F: pelo certaõ não poderaõ fazelas

B: o general Albuquerque **se achava** então ausente

F: **achavasse** o dito Governador auzente

Outras classes de palavras que sofrem alteração de ordem nas orações são advérbios, substantivos, preposições, adjetivos e pronomes, podendo apresentar diferença semântica:

A: a Imagem de Santa Catharina, que **ainda hoje** se venera em Santos,

F: a Imagem de Santa Catharina, que **hoje inda** se venera em Santos,

A: Estes queriaõ augmentar a sua **Aldêa**, e aquelles a sua **Villa**,

F: estes queriaõ augmentar a sua **Villa**, e aquelles a sua **Aldeya**.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A: unicamente o seu **naõ se** encontra,
F: unicamente o seu **se naõ** encontra,

B: Antônio Caetano **Coelho Pinto**
F: Antonio Caetano **Pinto Coelho**

B: por seu **procurador bastante**
F: por seu **bastante Procurador**

B: em diversos **ribeirões e sítios**,
F: em diversos **Sítios, e Ribeiroens**;

B: de gente **armada em canoas** de guerra
F: de gente **em Canoas armadas** em guerra

C: hum em Sam Paulo, e **na Villa de Santos outro**.
F: hum em São Paulo, e **outro na Villa de Santos**.

C: Sirva **tambem, Senhor**, de exemplo
F: Sirva, **Senhor tambem** de exemplo

C: onde está o **mayor numero** de gentio,
F: onde está o **numero mayor** de Gentio,

A seguir apresentam-se outros casos de inversão da ordem sintática:

A: **Devia declarar o Author**, que as conquistas espirituaes de seos Socios,
F: Tambem **o Autor devia declarar**, que as Conquistas expirituaes de seus Socios,

A: e **Sua Magestade o fez** Donatario da Capitania de São Thomé
F: e **o fez, Sua Magestade**, Donatario da Capitania de São Thome,

A: **Vasconcellos** nesta parte da fundação de São Paulo regulou-se
F: Da Fundação de São Paulo regulouce **VasConcellos**

A: Eu vou relatar, o que **deste Fidalgo escreve o Chronista de Santo Antonio do Brazil**, (a) sem me constituir fiador das suas noticias.

F: **O chronista de Santo Antonio do Brazil escreve deste Fidalgo** o Seguinte (a)

B: foi **a Condessa de Vimieiro** repelida
F: foi repelida **a Condessa de Vimieyro**

B: **Mem de Sá**, quando segunda vez saiu da Bahia
F: quando **Mem de Sá**, segunda ves, sahio da Bahya

B: com o teor dos autos **da demarcação** que o provedor fez,
F: com o theor dos Autos, que o Provedor fes **a demarcação**,

Os casos de alteração da ordem considerados acima se referem a palavras ou sintagmas que aparecem contíguos no texto, no entanto, no *corpus*, há também ocorrências de deslocamento de termos na oração ou de uma oração para a outra. Algumas dessas ocorrências têm impacto sobre o sentido da frase:

A: que habitariaõ nas cazas vendidas até partir a Armada, que estava no Porto. (m)
(Esta foi a Armada, **de que era Capitão mór Pedro de Goes**).

F: que habitariaõ nas Cazas vendidas athé partir a Armada, **de que era Capítam Mor Pedro de Goes**, que estava no Porto. (a)

A: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas geraes, Goiazes, Cuiabá, e Sertão da **Bahia**.

F: São Paulo. Rio de Janeiro, **Bahya**, e Minas Geraes. Etcoetera.

A: e outra na Villa de Santos, **tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real**, cujo teor he o seguinte: (L)

F: e outra na Villa de Santos, cujo theor hé o Seguinte. (p) Sendo **tambem extrahida dos Livros da Fazenda Real**.

A: tenho encontrado varios **nos** Livros dos Registos das Sesmarias

F: se achão **em** varios Livros de registos de Sesmarias

B: como tudo se vê **no cartório da provedoria da Fazenda** nos livros do registro das cartas de sesmarias.

F: como se ve no Livro de registo das Sesmarias numero primeiro anno 1.562, pagina 37. **no Cartorio da Fazenda Real**

B: obteve provisãõ **datada no Rio de Janeiro no mesmo ano de 1646** de Duarte Correia Vasques Anes, como administrador das minas.

F: obteve Provizaõ de Duarte Correa Vasques Aunes, Administrador das Minas, **datada no Rio de Janeiro em 1646**,

E: a Sé, **os conventos do Carmo e de São Francisco, São Bento, Santa Tereza**, São Pedro, o Colégio que foi dos denominados jesuítas, em que assiste o bispo, **a da Misericórdia, Santo Antonio**, Rosário dos Pretos, e **São Gonçalo dos Pardos**, entre os quais alguns bem acabados e magníficos, e fora da cidade, em distância de 300 braças mais ou menos, está o reconhecimento da Luz,

F: a Sé Cathedral; São Pedro; o Colegio dos extinctos, e proscriptos Iezuitas; **São Gonçallo Garcia, dos homens pardos; Santo Antoninho**; o Rozario dos Pretos; duas Capellas de Nossa Senhora dos Remedios, e de Santa Efigenia, ambas tambem dos pretos; **a Misericordia; Os Conventos do Carmo; de São Francisco; de São Bento**; e os Recolhimentos de **Santa Thereza**, e da Luz,

3.2.4. Substituição

As substituições encontradas no *corpus* se enquadram em uma gradação entre casos de 1) concordância (muito forte) entre o que substitui e o que foi substituído; 2) concordância parcial (acrécimo ou supressão de novos conceitos, sem alterar o sentido) e 3) discordância (quase total ou muito forte) entre os termos substituídos.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Fazem parte do primeiro padrão de substituições os casos de palavras ou expressões com forte semelhança de sentido:

A: A Capitania de São Vicente **muito famigerada**

F: A Capitania de São Vicente **taõ celebre**

A: **arrostou** huã ilha alta na latitude de 23. graos,

F: **avistou** huma Ilha alta na latitude de vinte e tres graos,

A: se foraõ **interesseiros**, saberiaõ aproveitar-se de tanto ouro

F: se foraõ **cobiçozos** saberiaõ aproveitar-se de tanto ouro,

A: e para que se não Levantasse outra semelhante **no tempo futuro**,

F: e para que senaõ levantace outra semelhante **para o futuro**,

A: da nova Provincia **Brazilica**,

F: da nova Provincia **do Brazil**,

A: Levou para as taes Ilhas **nos primeiros annos** da sua povoação;

F: levou para as taes Ilhas **no principio** da Sua Povoação,

B: porém **nós entendemos** que foi Sebastião Pais de Brito.

F: porem **julgasse** que foi Sebastião Paes de Brito.

B: A vila de Jundiaí foi **criada** no mesmo tempo

F: A Villa de Iundiahhy foi **erecta** no mesmo tempo

B: tudo **pertencente** ao dito conde

F: tudo **pertence** ao dito Conde

B: guerra **contra** os portuguezes

F: guerra **com** os Portuguezes

B: **doação do** primeiro donatário Martim Afonso de Sousa

F: **concedidas ao** primeiro Donatario dito Martim Afonso de Souza.

C: por **determinação** de Mem de Sá,

F: por **ordem** de Mem de Sá,

C: athe que tornaraõ a ser a elles **restituidos**.

F: athé que tornarão a Ser a elles **recolhidos**.

C: cortaõ por semelhantes **incomodidades**,

F: cortaõ por Semelhantes **incommodos**,

C: Cabos, e Officiaes **experientes** na guerra

F: Cabos, e Officiaes **experimentados** na guerra

Em outro padrão encontram-se os casos de substituição entre formas ou expressões que guardam identidade com a fonte, mas que a alteram mais profundamente. Em alguns casos, o motivo é a mudança de pessoa do discurso:

A: e não a **regeitou** Martim Affonso, e sempre a estimou muito,

F: o que **aceitou** Martim Afonso, e sempre a estimou,

A: que **se desviou para o extremo contrario,**

F: que **seguio opiniaõ muito contraria.**

A: **na mesma occaziaõ, em que** mandou fundar a Cidade da Bahia,

F: e **quando** Dom Ioaõ terceiro mandou fundar a Cidade da Bahya,

A: Enguaguaçú, nome composto do Substantivo Enguá, e do adjectivo Guaçú, **e vem a dizer,** Pilaõ grande.

F: Enguaguaçú, **que significa** Pilaõ grande.

A: tomou a resolução de hir **lançar a semente do** Evangelho

F: tomou a resolução de hir **pregar o** Evangelho

A: e não tenho fundamento, para **me oppor ao** naufragio

F: e não há fundamento para **duvidar do** naufragio

A: e Minas **geraes,**

F: e Minas **do Ouro**

A: mas **Pedro Taques** em varios lugares de seos preciozos, manuscriptos

F: mas **certo anonimo de bom criterio** em varios lugares de Seus manuscriptos

B: ausente **nos Estados de** Flandres,

F: auzente **em** Flandres,

B: (neste **tempo** ausente em França),

F:/neste **anno** auzente em França/

C: e estar por todo o contheudo **nesta** dita escriptura,

F: e estar por todo o Contheudo **na** dita escriptura,

Verifica-se que as substituições afetam também as desinências de número e pessoa e de tempo e modo dos verbos:

A: Pelo Sertaõ **atravessou** a animozidade

F: Pelo certaõ **atravessava** a animozidade

A: Se o Author **chamasse** Plagiarios aos Paulistas antigos,

F: Se o Autor **chamou** Plagiarios aos Paulistas antigos,

B: o procurador do dito conde **beijou** a vara,

F: o Procurador do dito Conde **beijara** a Vara,

B: o que tudo assim declarado se **cumprirá** inteiramente

F: o que tudo assim declarado se **cumpra** inteiramente

B: **Havia** já quatro anos

F: **Haviaõ** já quatro annos,

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

B: **tinha sido** dada pelo donatário

F: **foi** dada pelo Donatario

C: Esta certeza **descobrimos** em hum livrinho manuscrito

F: Esta certeza **se descobrio** em hum livrinho manuscrito

C: que lhes **parece** poderiaõ ter cada hum

F: que lhes **parecesse** poderiaõ ter cada hum

C: por cuja falta **ignoramos** o mais,

F: por cuja falta **se ignora** o mais,

Alguns casos específicos de substituição de desinências verbais ou ainda do verbo *ter* por *haver* indicam o apagamento de marcas de 1ª pessoa, em favor de um texto que procura neutralizar declarações do autor original:

A: **conformo-me** com o Author

F: **se deve conformar** com o Autor

A: **eu** assim **entendo** ao Chronista da Companhia;

F: assim o **entendia** o Chronista da Companhia,

A: Nesta parte não lhe **acho** razão;

F: Nessa parte não **se** lhe **acha** razão,

A: **tenho** fundamentos,

F: **há** fundamentos

A: só **posso** assegurar,

F: só **se pode** aSegurar,

C: Esta certeza **descobrimos** em hum livrinho manuscrito

F: Esta certeza **se descobrio** em hum livrinho manuscrito

C: por cuja falta **ignoramos** o mais,

F: por cuja falta **se ignora** o mais,

Há casos ainda de substituição de desinências nominais de número, de gênero e de grau:

A: Santo Amaro ficou taõ **solitaria**,

F: Santo Amaro ficou taõ **Solitario**,

A: para supportarem os incomodos **dos Sertoens**.

F: para suportarem os incomodos **do Certaõ**,

A: Martir **gloriozissimo**,

F: Martyr **gloriozo**,

B: tendo mandado pedir **socorro** de gente

F: tendo mandado pedir **soccorros** de gente

C: passada para **as Índias** do Perú, Reyno de Castella a **instancias** do Imperador Carlos quinto,

F: passada para **os Indios** de Perú, Reino de Castella, a **iñstancia** do Imperador Carlos quinto

D: para supprir **as despezas** do que fica referido

F: para Suprir **a despeza** do que fica referido

E: Santo **Antonio**,

F: Santo **Antoninho**;

Ainda dentro do padrão de concordância parcial entre os termos substituídos estão as substituições relacionadas aos itens lexicais com identidade referencial, como pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e possessivos:

A: deraõ principio á de São Paulo os Padres da Companhia. Os primeiros **Religiozos da extincta sociedade de Jezus** chegaraõ ao Brazil em 1549.

F: deraõ principio a de São Paulo os Padres da Companhia, os primeiros, **que** chegaraõ ao Brazil em 1549

A: mandar Sua Magestade recolher **o enganador**;

F: mandar Sua Magestade recolhe-**lo**,

A: Ver se hia bem provada **esta** verdade,

F: **cuja** verdade ver se hia bem provada,

A: Nas vesperas do embarque **de Martim Affonso**

F: Nas vesporas do **Seu** embarque

A: Fundou e fez **esta Villa**

F: Fundou, e fes **a Villa de Santos**

B: Martim Afonso de Sousa concedeu **ao dito João Ramalho**

F: Martim Afonso **lhe** concedeo

B: da Capitania **de São Vicente**

F: da **dita** Capitania,

B: que feita **a dita demarcação** com as partes citadas,

F: que feita **ella**, com as partes Citadas,

B: faltando na Bahia as notícias **ao Governador Mem de Sá**,

F: faltando-**lhe** na Bahya as noticias,

B: **o qual** deu conta a Sua Magestade

F: **este** deo Conta a Sua Magestade

Encontram-se também, no *corpus*, casos de substituição por termos que opõem as redações das fontes e de F. Algumas dessas discordâncias parecem ser

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

motivadas pela substituição das marcas de enunciação, pela manutenção da coesão e coerência, pela concisão textual ou, em outros casos, pelo acréscimo de outras informações:

A: e se **aqui** se fundasse a Villa,

F: e Se **ali** se fundasse a Villa,

A: cumprir inviolavelmente os seus **dispotismos**;

F: Cumprir inviolavelmente os Seus **Despachos**;

A: a que não possa rezistir Moschéra, aquelle **Moschéra** intrepido,

F: que não possa rizistir: Moschera, aquelle **varaõ** intrepido,

A: que os governasse **com independencia** de Portugal.

F: que os governasse **sem dependencia** de Portugal.

A: Piratininga, ou Piratinim, como acho escripto em alguns documentos antigos, **e o lugar dessa confluencia fica Longe da Cidade couza de meia legoa.**

F: Pirátininga, como se acha escripto em alguns documentos antigos, **hoje vulgarmente tambem Tamanduatíy.**

A: vinha por mar a ataca-llo. **Dispôz huã bateria de 4. peças de artilharia, que havia tirado de sua preza; fez novos entrincheiramentos ao seo Forte, e mete huã parte de sua gente em emboscada em hum bosque, que cobria o Lado do mar.**
Os Portuguezes

F: vinha por mar atacalo, **quando** os Portuguezes

B: das oitenta léguas de seu **bisavô** Pedro Lopes de Sousa

F: das 80 legoas de Seu **bisneto** Pedro Lopes de Souza,

B: que **fossem** acudindo

F: que **viessem** acudindo

B: se criou ouvidoria na **pessoa do Dr. Antônio Álvares Lanhas Peixoto.**

F: se creou Ouvidoria na **dita Villa:**

B: armas **dos moradores** da Capitania de São Vicente:

F: Armas **Portuguezas** da Capitania de Saõ Vicente:

B: o paulista **Baltasar** Fernandes,

F: pelo Paulista **Bartholomeu** Fernandez,

B: o tempo de sua **procuração**

F: o tempo de Sua **Provizaõ**

C: origem de **fucturas** consequencias,

F: origem de **funestas** consequencias,

C: que teve em Sam Paulo **honrosos** empregos da Republica,

F: que teve em Saõ Paulo **os** empregos da Republica

D: não poderão fazer sem **adjutorio** d'esses moradores,

F: não poderaõ fazer sem **a interior** desses moradores,

D: o imposto **e** donativo de Inglaterra, e paz de Holanda

F: o imposto **do** Donativo de Inglaterra, e Paz de Olanda

E: o reconhecimento da Luz, **onde vão os magnatas da cidade e o mais plebeu por passeio, divertir-se.**

F: os Recolhimentos de Santa Thereza, e da Luz, **e muitos delles ornados ricamente:**

E: o Colégio que foi dos **denominados** jesuítas,

F: o Colegio dos **extinctos, e proscriptos** Iezuitas;

Os erros de cópia aparentemente involuntários se manifestam pela substituição de uma palavra por outra formalmente semelhante:

A: que disfarçavaõ o seo **prazer**,

F: que disfarçavaõ o seu **pezar**

A: com tanta **facilidade**, que os Portuguezes, descontentes do Governador, se uniraõ a elle.

F: com tanta **felicidade**, que os Portuguezes, descontentes do Governador se uniraõ a elle.

A: os **Historiadores** do Paraguai o representaõ abandonado

F: os **Habitadores** do Paraguay o representaõ abandonado

A: a **ignominia** de sua Patria,

F: a **ignorancia** de Sua Patria,

A: e com igual **falsidade** mutilou a carta de Martim Affonso,

F: e com igual **facilidade** mutilou a Carta de Martim Afonso,

B: beijou a vara, e a **tomou** ao dito juiz dizendo

F: beijara a Vara, e **tornou** ao dito Iuiz dizendo,

B: em **augmento** das terras da Condessa donatária

F: em **pagamento** das terras da Condessa Donataria.

B: Bartolomeu **Bruno** de Siqueira

F: Bartholomeu **Bueno** de Siqueira

C: de **Paragua** de Vuturuna,

F: de **Iaraguâ**, de Vuturuna

C: que para **perderem** tiveraõ Conselho aberto os amotinados,

F: que para **prenderem** tiveraõ Conselho aberto os amotinados;

C: e em parte **executando-os**,

F: e em parte **exceptuando os**,

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Há ainda ocorrências relevantes de substituição de pontuação:

A: sem os instrumentos necessarios para a defenza?

F: sem os iñstrumentos necessarios para a deffensa.

A: que poderia vir, não sei de onde.

F: que poderia vir sem se saber de onde?

A: havia desembarcado Martim Affonso, quando foi ao Rio da Prata:

F: havia dezembarcado Martim Afonso, quando foi ao Rio da Prata?

A: ainda não haviaõ Negros na Capitania de São Vicente.

F: ainda não haviaõ negros na Capitania de São Vicente?

3.2.5. Reelaboração

No *corpus*, o processo de reelaboração textual foi realizado segundo preferências lexicais, sintáticas e semânticas, abrangendo casos de adaptação a uma linguagem mais concisa, alteração na estrutura sintática, paráfrase e alteração semântica.

Como a reelaboração tem como uma de suas etapas a substituição de informações, estes dois conceitos, de reelaboração e de substituição, são facilmente confundidos, mas há que se considerar que a reelaboração vai além da simples substituição, uma vez que não somente seleciona e substitui informações, mas também as reconstrói através de associações a significados. Nesse processo, há interferência na forma e substância da expressão e do conteúdo, objetivando, de acordo com Souza (2011, p. 595), sintetizar uma passagem descritiva ou informativa do texto.

A síntese consiste na exposição resumida de uma parte do texto-fonte, contendo suas características básicas, num todo coerente, com a finalidade de transmitir uma ideia geral e concisa sobre o seu sentido:

A: Os Governos Geraes de **Minas Geraes, Goiazes, Mato grosso**, São Paulo, e Rio de Janeiro,

F: os Governos Geraes de **todas as minas**, São Paulo, e Rio de Janeiro,

A: 7. **Depois de gastar alguns mezes nestas diligencias, deichando nas Fortalezas a gente necessaria para a sua defenza, e da Real Feitoria**, sahio de Jtamaracá,

F: 7. **Dispondo as Couzas no Seu devido pê**, Sahio de Itámaracâ

A: **Todas estas noticias, que eu n'outro tempo acreditava como artigos de fe historica, estão muito longe de merecer firme assenso; porque huãs são muito duvidozas, e outras absolutamente falsas, como hirei mostrando** nas seguintes reflexoens.

F: **cujas noticias, parecendo veridicaz em outro tempo, se mostraõ falsas** nas seguintes reflexoens.

A: o referido Padre Nobrega, **quando recebeu a Patente, em que Santo Ignacio de Loyola o criou Provincial** da nova Provincia Brazilica,

F: o referido Padre Nobrega, **e recebendo a Patente de Provincial** da nova Provincia do Brazil,

B: perdeu a donatária Condessa de Vimieiro **a vila de São Vicente, sua capital, com as mais que temos referido,**

F: perdeu a referida Condessa Donataria **as Suas Villas,**

B: foram os seus capitães-mores os que continuaram com a jurisdição de darem sesmarias de terra aos moradores da cidade de Cabo Frio,

F: Todos os Capitães Mores, Governadores da Capitania de Martim Afonso, e Seus Successores, **concederão terras de Sesmarias aos moradores de Cabo Frio,**

B: Pedro Gonçalvez Meira, **vereador** = Ioaõ da Costa – **vereador** = e Salvador do Valle **outro Sim vereador,**

F: Pedro Gonçalves Meira, João da Costa, Salvador do Vale, **vereadores,**

C: forão lançados do Collegio de Sam Paulo os Padres Iezuitas//**a saber o Reytor o Padre Nicolao Botelho//com os Padres Antonio Ferreira, Antonio de Marys// Matheus de Aguiar, e Lourenço Vas; e os Leigos Domingos Alvares, pucuhy de alcunha//Antonio Gonçalves, e Lourenço Rodriguez.**

F: forão lançados do Colegio de Saõ Paulo os Padres Iezuitas, **que nelle rezidiaõ.**

Outras ocorrências de reelaboração indicam uma alteração na estrutura sintática da frase. Em alguns casos, há mudança do sentido da oração:

A: e tambem da outra do Doutor Braz Fragozo, ao Ouvidor geral da Repartição do Sul, **e o Licenciado Simaõ Alvares de La Penha, confirmou todas**

F: e de outra dada pelo Doutor Bras Fragozo, **que confirmou todas Simaõ Alvarez de la Penha**

A: **Naõ padece a menor duvida, que houve a dita prohibiçaõ,** e tambem que para todos poderem hir ao campo, foi necessaria dispensa, de quem tinha jurisdição igual á do prohibente

F: **A prohibiçaõ foi certa, como** tambem necessaria dispensa de quem tinha jurisdição igual a do prohibente para hir ao Campo.

A: **tomou posse das suas compradas naõ só se apossou dellas, mas tambem das 100. pertencentes** aos herdeiros de Martim Affonso de Souza,

F: **tomou posse dellas, se apossou tambem das 100 pertencentes** aos Erdeiros de Martim Afonso,

B: o qual auto os fez **assinar** com o dito Álvaro Luís do Vale, testemunhas que foram presentes

F: o qual Auto os fes, **aSignaraõ** com o dito Alvaro Luis do Valle, testemunhas que forão presentes

B: Conde de Monsanto **como donatário da Capitania de S. Vicente,**

F: Conde de Monsanto, **a quem a Capitania reconhecia por seu Donatario.**

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

B: foi povoação que fundou pelos anos de 1670 o paulista Baltasar Fernandes,
F: foi erecta em 1670 pelo Paulista Bartholomeu Fernandez,

B: Notificado assim dito Fogaça, respondeu:

F: por todo o Contheúdo nella em 11 de Fevereiro do mesmo anno; a cuja notificação deo Fogaça a reposta Seguinte.

B: tendo conquistado os bravos gentios da nação Jerominis e Puna, habitadores deste sertão, levantou à sua custa igreja matriz

F: conquistou do Certão de Taubate, e Rio de Ipacaré, até Guratinguetá os bravos Indios seus habitadores de Nasção Ieronimes, e Purís. A sua Custa levantou Igreja Matris

A paráfrase, entendida como a interpretação, explicação ou nova apresentação de um trecho do texto, tem como objetivo torná-lo mais inteligível, mantendo a ideia principal do texto original:

A: Sem embargo que nada he tão miseravel, como a vida, que elles passavaõ nos Sertoens,

F: Sem embargo que não havia couza mais miseravel, do que a vida, que elles passavaõ nos Certoens,

A: como receava este grande Politico: em franqueando a porta do campo, armaraõ-se contra nós quazi todos os Indios, e as guerras demoraraõ o augmento da Capitania: faltou na Costa a gente, que se foi estabelecer no Sertão,

F: como receava este grande Politico sobre a dezertação de toda a Marinha, para a Povoação dos Certoens.

A: as outras ordinariamente hiaõ pelo rio em canoas até Tumiarú. Para Matriz erigio huã Jgreja com o titulo de Nossa Senhora da Assumpção: fez cadêa, caza do Concelho, e todas as mais obras publicas necessarias; foi porem, muito breve a duração dos seus edificios, porque tudo levou o mar.

F: as outras pelo rio em Canoas até Tumiarú, e todos os edifficios, e Obras publicas, que erigio, teve breve duração, porque tudo levou O mar.

A: mandou buscar á Madeira a planta de cãnas doces. O livro mais antigo desta Capitania he hum fragmento do caderno, onde se lavraraõ os termos das Vereações da Villa de São Vicente: principia em 1541. e delle consta, que Antaõ Leme foi Juiz Ordinario em 1544. (t) Depois desse anno nunca mais apparece o dito Leme,

F: mandou buscar a Madeira a planta de Canas doces. Não há noticia mais em documento algum do dito Antaõ Leme, que servio de Iuis Ordinario em São Vicente em 1544.

B: e porque o procurador do Marquês de Cascais tinha recebido certas oitavas de ouro que pertenciam da redzima dos quintos de São Paulo a seu constituinte o Marquês de Cascais, e **os juizes ordinários obrigaram ao dito procurador a tornar a entregar o mesmo ouro que já havia recebido,** interpôs agravo

F: e porque depois de ter recebido certo numero de oitavas de Ouro, por seu Procurador, lhe foraõ tomadas, interpos agravo

B: Nesta serra de Biraçoíaba houve um grande engenho de fundir ferro, construído à custa do paulista Afonso Sardinha, cuja manobra teve grande calor **pelos anos de 1609, em que voltou a São Paulo o mesmo D. Francisco de Sousa, constituído Governador e Administrador-Geral das minas descobertas e por descobrir das três capitanias, com mercê de Marquês de Minas com trinta mil cruzados de juro e herdade; falecendo porém em São Paulo o mesmo D. Francisco de Sousa, em junho de 1611,** com o decurso dos anos se extinguiu o labor da extração do ouro e da fundição de ferro.

F: No morro de Guráçoyáva, onde já no anno de 1600 se achou em pessoa **Dom Francisco de Souza, que depois passando ao Reino voltou a Saõ Paulo, onde chegou em 1609, e faleceo em 10 de Junho de 1611, tendo trazido a administração Geral das Minas com mercê de Marquez dellas com 30 mil cruzados de juro, e Erdade.**

B: até se extinguir a dita casa, que se passou depois para dentro das mesmas minas.

F: Esta Caza se abolio, e passou a Officina para outra parte, **e por fim se estabeleceo dentro das mesmas Minas Geraes.**

B: O Capitão Domingos Leme foi o fundador desta vila, na qual tendo levantado pelourinho por ordem do Capitão-Mor Ouvidor Dionísio da Costa, era nome do donatário D. Diogo de Faro e Sousa,

F: Foi confirmado o Pelourinho, que já estava levantado pelo Capitam Mor Ouvidor Dionizio da Costa, ao Capitam Domingos Leme, Povoador em nome do Donatario Dom Diogo de Faro e Souza

Há ainda casos de reelaboração com alteração semântica mais ou menos significativa:

A: aos 7. de Fevereiro de 1575. **e na mensionada Escripтура, da qual eu tenho huã Cópia, vem incluza a procuração, por onde Dona Cecilia conferio poder a seu marido, para em seu nome outorgar a Doação das terras,**

F: em 7 de Fevereiro de 1575, **e Doação outorgada por Dona Cecilia a seu marido**

A: e as vizinhas, que demoraõ ao Oeste do dito ribeiro, concedeo a André Botelho aos 2. de Junho de 1541, **declarando, que partiriaõ pela regueira, que alli faz o outeiro,** que, diziaõ, ser de Braz Cubas,

F: e as vezinhas concedeo a Andre Botelho aos dous de Julho de 1541, **partindo com o Outeiro,** que diziaõ ser de Braz Cubaz.

B: para cobrar **os direitos e redizimas**

F: para cobrar dellas **a redizima dos Direitos,**

B: de gente **armada em canoas de guerra**

F: de gente **em Canoas armadas em guerra**

B: com o teor **dos autos da demarcação que o provedor fez,**

F: com o theor **dos Autos, que o Provedor fes a demarcação,**

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

E: É a cidade aprazível pelo terreno
F: Está situada em lugar aprazível,

3.2.6. Paragrafação

Devido, principalmente, aos casos anteriormente analisados de omissão e de alteração de ordem de palavras e trechos no *corpus*, além da adição de outras fontes em sua composição, a numeração dos parágrafos do testemunho A, isto é, das *Memórias* de Frei Gaspar, acabou sendo modificada no processo de retextualização. Nessa obra do frei beneditino, que é dividida em dois livros, a numeração dos parágrafos é contínua em cada um deles (no primeiro, de 1 a 186; no segundo, de 1 a 89). No entanto, na *Memória Histórica*, que é dividida em três livros, também com numeração contínua em cada um, o primeiro livro tem os parágrafos numerados de 1 a 199; o segundo, de 1 a 89, e o terceiro, de 1 a 22. Há que se considerar, no entanto, que, apesar de a maioria dos parágrafos nos dois textos estar numerada, existem alguns parágrafos sem numeração.

Do cotejo entre ambos os testemunhos, verificou-se que alguns parágrafos não possuem correspondência quanto a sua numeração. Ora são os mesmos parágrafos com numeração diferente, ora são notas explicativas numeradas, colocadas ao final da página do testemunho A, que são transformadas em parágrafos numerados no corpo do texto do testemunho F:

A: 159. Muito depois de fundada a Povoação de Santo André,

F: 157. Muito depois de fundada a Povoação de Santo Andre,

A: (17.) Vaissette confunde muitos successos da Capitania de São Vicente,

F: 165. Vaisete confunde muitos Successos da Capitania de São Vicente,

A: (2.) Devia declarar o Author, que as conquistas espirituaes de seos Socios,

F: 166. Tambem o Autor devia declarar, que as Conquistas expirituaes de seus Socios,

A: 170. As asseveraçoens de Charlevoix, relativas aos trabalhos dos moradores de São Paulo nas suas conquistas,

F: 171. As asseveraçoens de Charlevoix, relativas aos trabalhos dos Moradores de São Paulo nas suas Conquistas,

A: 90. He certo, que o Conde da Ilha

F: 88. Hé certo, que o Conde da Ilha

O texto da *História da Capitania de São Vicente* e da *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas*, de Pedro Taques, não possuem parágrafos numerados, mas, quando são transcritos na *Memória Histórica*, recebem uma numeração contínua,

já que a estrutura textual seguida por Manuel Cardoso de Abreu é a das *Memórias* de Frei Gaspar, cujos parágrafos são todos numerados:

- B:** Por esta demarcação perdeu
F: 74. Pela demarcação feita pelo celebrado Fernão Vieyra perdeu
- B:** Neste ano, porém, de 1645, entrou na Capitania de Itanhaém
F: 81. No anno de 1645 entrou na Capitania de Itanheen
- B:** A cidade de Cabo Frio,
F: 1. A Cidade de Cabo Frio,
- B:** A cidade do Rio de Janeiro
F: 2. A Cidade do Rio de Ianeiro,
- C:** No fim do anno de 1567//se transmigrarão os moradores
F: 184. Depois que se transmigrarão no anno de 1560 os moradores
- C:** Com estes fomentos se foi gerando nos Paulistas
F: 185. Com estes fomentos se foi gerando nos Paulistas
- C:** Esta certeza descobrimos em hum livrinho manuscripto
F: 186. Esta certeza se descobrio em hum livrinho manuscripto
- C:** Nós porem conhecemos a verdade
F: 187. Nos porem conhecemos a verdade

Há ainda um caso de inversão da ordem dos parágrafos de B:

B	F
Vila de Pindamonhangaba	== Villa de Guratingueta ==
A vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, sendo uma capela em que os moradores deste sítio (os mais opulentos e principais em nobreza, com tratamento a ela competente, eram o Alcaide-Mor Brás Esteves Leme, seu irmão Antônio Bicudo Leme, seu filho Manuel da Costa Leme, e os dois genros João Correia de Magalhães, e seu irmão Pedro da Fonseca Magalhães da nobre casa de Manuel Pereira de Vasconcelos, senhor e morgado da vila de Sinfaéns, e outros paulistas) ouviam missa, não querendo estar sujeitos à jurisdição da vila de Taubaté, se congregaram em um corpo para hospedar ao Desembargador João Saraiva de Carvalho, Segundo Ouvidor-Geral e Corregedor da	21. A Villa de Guratingueta foi tambem fundada pelo mesmo Iaquês Felix, o qual no anno de 1646, vendo a nova Villa de Taubatê muito augmentada de moradores transmigrados de Saõ Paulo, penetrando o Certaõ do Rio Parahyba, e Ipacaré, e com intentos de Descobrimentos de Minas obteve Provizão de Duarte Correa Vasques Aunes, Administrador das Minas, datada no Rio de Ianeiro em 1646, para ser Capitam da dita Povoação, que depois veyo a Ser Villa de Guratingueta. Foi confirmado o Pelourinho, que já estava levantado pelo Capitam Mor Ouvidor Dionizio da Costa, ao Capitam Domingos Leme, Povoador em nome do Donatario Dom Diogo de Faro e Souza a 13 de Fevereiro de 1651;

comarca de São Paulo, que por ordem régia baixava ao Rio de Janeiro, e tendo chegado à capela e sítio de Pindamonhangaba, se deixou corromper com vileza de ânimo de um grande donativo de dinheiro, que os tais principais lhe deram para formar em vila aquela povoação; e como sempre foi poderoso este inimigo, se facilitou o dito desembargador Saraiva para obrar um atentado, porque em uma noite criou juízes e oficiais para a Câmara, levantou pelourinho no silêncio da mesma noite, e nela tudo dispôs, de sorte que amanhecendo o dia seguinte estava Pindamonhangaba feita vila, e o dito ministro seguiu jornada a demandar a serra de Parati. Desta insolência se queixaram os da vila de Taubaté à Sua Majestade, e ao mesmo senhor recorreram os da nova vila de Pindamonhangaba. O rei porém, com a sua paternal clemência perdoou aos culpados; e usando de sua real grandeza, houve a dita vila por aclamada, como se vê na Carta Régia de 10 de julho de 1705, registrada no liv. 1º do registro das ordens reais da ouvidoria de São Paulo. Tem esta vila um tabelião do judicial e notas, que serve de escrivão da Câmara, e um de órfãos, e ambos servem por donativo que pagam anualmente.

Vila de Guaratinguetá

A vila de Santo Antônio do Guaratinguetá, estando ainda em sertão inculto, e com gentios habitadores dele pelo rio da Paraíba, que vai correndo a introduzir-se nos Campos dos Guaitacases, o penetrou com o corpo de armas o mesmo Jaques Félix pelos anos de 1646. Era o intento principal desta expedição o descobrimento de minas, para cujo efeito obteve provisão datada no Rio de Janeiro no mesmo ano de 1646 de Duarte Correia Vasques Anes, como administrador das minas. O Capitão Domingos Leme foi o fundador desta vila, na qual tendo levantado pelourinho por ordem do Capitão-Mor Ouvidor Dionísio da Costa, era nome do donatário

e no anno de 1656, a 5 de Julho lhe fez as Justizas o Capitão Ouvidor Simão Dias de Moura em nome do Conde da Ilha Luis Carneiro. Tem 6 mil 190 almas.

== Villa de Pindamonhangaba ==

22. A Villa de Nossa Senhora do Bom Successo de Pindamonhangaba, sendo huma Capella, em que os Moradores de Taubaté/os mais opulentos, e principaes em nobreza/ouviaõ Missa; congregados os oanimos com parecer do Dezembargador Ioaõ Saraiva de Carvalho, Segundo Ouvidor Geral, e Corregedor de São Paulo, que por Ordem Regia baixava ao Rio de Janeiro a correger aquella Comarca, tendo chegado a Capella, e Sítio de Pindamonhangaba, se deixou Corromper de hum grande Donativo de Dinheiro, que os ditos Moradores principaes lhe offereceraõ, para que formasse Villa aquelle lugar, e Povoação: e como sempre foi poderoso este inimigo, se facilitou o dito Dezembargador Saraiva, e huma noite formou a Eleição de Pelouro para os Officiaes da Camara da nova Villa, e levantou Pelourinho no Silencio da noite, e nella tudo dispos de Sorte, que amanhecendo o dia seguinte, em que elle seguiu jornada para o Rio do Janeiro, estava Pindamonhangaba feita Villa, e os novos Officiaes da Camara com posse dos lugares, que haviaõ de exercer. Esta dezordem, e attentado relevou a Piedade de Sua Magestade perdoando aos Culpados, e havendo a dita Villa por aclamada como se vê da Sua Real Ordem de 10 de Julho de 1705. (c) Tem 4 mil 182 almas.

<p>D. Diogo de Faro e Sousa, a 13 de fevereiro de 1651, lhe fez as justiças em 5 de julho de 1656 o Capitão-Mor Ouvidor em nome do donatário Luís Carneiro, Conde da ilha do Príncipe. Tem esta vila um tabelião do judicial e notas, que serve de escrivão da Câmara, e um escrivão de órfãos, e ambos pagam donativo anualmente.</p>	
--	--

A fusão de dois ou mais parágrafos em um só abrange casos em que dois parágrafos se fundem em apenas um, três em um, quatro em um e cinco em dois:

A	F
<p>de outra colonia vizinha, (3.) em a qual o Sangue Portuguêz se misturou com o dos Indios. (4.) O contagio deste mau exemplo chega bem depreça a São Paulo, e desta mistura sahio huã geração perversa, (5.) da qual as desordens em todo o sentido chegaraõ taõ longe, que se deo a estes Mestiços o nome de Mamelucos por cauza da sua similhaça com os antigos Escravos dos Soldoens do Egypto. (6.)//</p> <p>(3.) Esta colonia vizinha, a que o Author chama manancial da corrupção, foi a Villa de Santo André.</p> <p>(4.) Diz, que o sangue Portuguêz se misturou com o dos Indios de Santo André, por morarem nesta Villa os filhos de Joaõ Ramalho, Portuguêz, e Izabel, Princeza dos Guaianazes, os quaes filhos de Ramalho foraõ objecto do odio Jezuitico em todas as partes do mundo, onde chegou a Chronica do Padre Vasconcellos. Muito se enganou Charlevoix, se prezumia, que somente em Santo André se misturou o sangue Portuguêz com o dos Indios, e devia instruir-se mais na Historia Genealogica da Capitania de São Vicente, se julgava, que todos os Paulistas trazem sua origem de sangue misturado.</p>	<p>de outra Colonia Vezinha, que foi a Villa de Santo Andre, em a qual o Sangue Portuguez se misturou com o dos Indios por morarem naquella Villa os filhos de Ioaõ Ramalho Portuguez, e Izabel Princeza dos Guayanazes, e filha de Teviricã, os quaes filhos de Ramalho foraõ objecto do Odio Iezuitico em todas as partes do mundo, onde chegou a Chronica do Padre Vasconcellos. O contagio deste máo exemplo chega bem depressa a São Paulo, e desta mistura Sahio huma geração preversa, segundo supoem o Autor, que o Sangue dos Indios influhio para a maldade, quando este se junta ao Sangue Europêo.</p> <p>Diz Charlevoix, que o Povo de São Paulo se conservou em piedade, enquanto não concorrerão para elle os Mestiços da Colonia Vezinha; Ora hé certo que no principio todo aquelle Povo se compunha de Pirátininganos: Logo o fermento da Corrupção não consistio no Sangue dos Indios, mas sim no dos Portuguezes, que de novo acreasco, e veyo misturar-se com o dos pios, e innocentes moradores de São Paulo; cujas dezordens em todo o Sentido chegaraõ taõ longe, que se deo a estes Mestiços o nome de Mamelucos. Os Iezuitas Castelhanos aborreciaõ Summamente aos Mamelucos dos Paulistas,/estes homens</p>

(5.) Affirmar o Author, que da mistura do sangue sahio huã geração perversa, he suppor, que o sangue dos Jndios influio para a maldade, suppozição, que muito deshonna, senão á crença, ao menos ao juizo de hum sabio Catholico; por quanto nem a Divina Graça perde a sua efficacia, nem a Natureza se perverte, ou a malicia adquire maiores forças, quando o sangue Europeo se ajunta com o BraziLico. Diz Charlevoix, que o Povo de Saõ Paulo se conservou em piedade, em quanto não concorreraõ para elle os Mestiços da colonia vizinha; ora he certo, que no principio todo aquelle Povo se compunha de Piratininganos: logo o fermento da corrupção não consistio no sangue dos Indios, mas sim no dos Portuguezes, que de novo accresceo, e veio misturar-se com o dos pios, e inocentes moradores de Saõ PauLo. Conceder esta illação, seria manifesta parvoice; mas ella se infere legitimamente das noticias de Charlevoix. De falsas premissas nunca se deduziraõ consequencias verdadeiras.

(5.) Affirmar o Author, que da mistura do sangue sahio huã geração perversa, he suppor, que o sangue dos Jndios influio para a maldade, suppozição, que muito deshonna, senão á crença, ao menos ao juizo de hum sabio Catholico; por quanto nem a Divina Graça perde a sua efficacia, nem a Natureza se perverte, ou a malicia adquire maiores forças, quando o sangue Europeo se ajunta com o BraziLico. Diz Charlevoix, que o Povo de Saõ Paulo se conservou em piedade, em quanto não concorreraõ para elle os Mestiços da colonia vizinha; ora he certo, que no principio todo aquelle Povo se compunha de Piratininganos: logo o fermento da corrupção não consistio no sangue dos Indios, mas sim no dos Portuguezes, que de novo accresceo, e veio misturar-se com o dos pios, e inocentes moradores de Saõ PauLo.

eraõ filhos de branco com India/e a cauza, que elles para isso tinhaõ, era a sua mayor esperança, digo era a mesma que nos taes Paulistas concorria, para os amarem com excesso, pois eraõ os Mamelucos melhores Soldados dos exercitos aSoladores das Missoens: Elles muitas vezes foraõ os Chefes das Tropas Conquistadoras, e por elles mandavaõ seus Pays atacar os Indios bravos, por conhecerem a Sufficiencia destes filhos bastardos, creados na Guerra, e acostumados ao trabalho e por isso mais aptos, do que os Brancos, para suportarem os incomodos do Certaõ, e como era gente rustica, desconfiada, e acostumada a matar nas guerras, faziaõ pouco escrupulo de tirar a vida a qualquer genero de pessoa, não só por mandado de Seus amos, mas tambem por leves agravos, e alguns só presumidos.

Conceder esta illaçãõ, seria manifesta parvoice; mas ella se infere legitimamente das noticias de Charlevoix. De falsas premissas nunca se deduziraõ consequencias verdadeiras.

(6.) Mamalucos chamaõ no Brazil aos filhos de Branco com India, ou de Indio com Branca. Ignoro a origem desta denominaçãõ, e naõ creio, que fosse a assignada pelo Author, por me parecer, que nestas partes se ignorava a Historia dos Soldoens do Egypto, quando se principiou a fallar, por aquelle modo. O que sei com toda a certeza, he, que os Iezuitas Castelhanos aborreciaõ sũmamente aos Mamalucos dos Paulistas, e a cauza, que elles para isso tinhaõ, era a mesma, que nos taes Paulistas concorria, para os amarem com excesso. Eraõ os Mamalucos os melhores Soldados dos exercitos assoladores das Missoens: elles muitas vezes foraõ os Chefes das Tropas conquistadoras, e por elles mandavaõ seos Pays atacar os Indios bravos, por conhecerem a sufficiencia destes filhos Barbaros, criados na guerra, e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos, e mais aptos, do que os Brancos, para supportarem os incomodos dos Sertoens. O seo prestimo, e valor, e tambem as suas victorias, deraõ occaziaõ aos Jezuitas, para os aborrecerem, como a instrumentos principaes da destruiçãõ das suas Missoens. Devo confessar, que aos Mamalucos se attribue a maior parte dos homicidios taõ frequentes n'outro tempo em Saõ Paulo, e nas mais Villas de Serra acima: como eraõ gente rustica e acostumada a matar nas guerras, faziaõ pouco escrupulo de tirar a vida a qualquer genero de pessoas, naõ só por mandado de seos Amos, mas tambem por Leves aggravos, e alguns só prezumidos.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

A	F
<p>do Senhor Pedro Lopes de Souza, (1.) me pediaõ, que em nome do dito</p> <p>(1.) Este Pedro Lopes era o filho de Martim Affonso de Souza, que lhe succedeo, o qual nomeou a Jeronimo Leitaõ para seo Loco-Tenente na Capitania de São Vicente.</p>	<p>do Senhor Pedro Lopes de Souza,/este era o filho de Martim Afonso de Souza, que lhe Succedeo, e nomeou a Ieronimo Leitaõ para seu Loco Tenente na Capitania de São Vicente/me pediaõ que em nome do dito</p>

B	F
<p>por carta de el-rei Dom Filipe passada a 10 de abril do ano de 1617.</p> <p>Em cumprimento desta sentença e confirmação régia mandou</p>	<p>por Carta passada a 10 de Abril de 1617. Em cumprimento della mandou tomar posse de 50 legoas de Costa do Sul,</p>

B	F
<p>pela menor idade de seu neto o rei Dom Sebastião.</p> <p>Segunda vez tornou o mesmo Governador-Geral Mem de Sá</p>	<p>na menor idade de Seu Neto o Senhor Rey Dom Sebastiaõ. Segunda ves tornou o mesmo Mem de Sá</p>

C	F
<p>devemos relatar o que diz Dom Francisco Charque de Andella.</p> <p>Affirma este Author, que o Padre Francisco Dias Tanho</p>	<p>devemos relatar o que dis Dom Francisco Xarque de Andela. Afirma este Autor, que o Padre Tanho</p>

C	F
<p>pelos ditos Reverendos Padres.</p> <p>Do damno, e perda, que daqui</p>	<p>pelos ditos Padres. Do damno, e perda, que daqui</p>

E	F
<p>É a cidade aprazível pelo terreno e saudável pelos ares, e não é muito pequena, pois se conhece a sua grandeza pelo número das ruas, cujas são: de São Bento, Direita, de São Francisco, das Casinhas, da Freira, de São Gonçalo, da Sé, das Flores, do Carmo, que é onde está o palácio dos generais, do Rosário, da Quitanda e Rua Nova de Guacio, todas elas com suas travessas correspondentes, com o defeito, porém, de serem a maior parte das casas térreas e as ruas mal ordenadas e mal calçadas.</p> <p>Tem vários templos, como são: a Sé, os conventos do Carmo e de São Francisco, São Bento, Santa Tereza, São Pedro, o Colégio que foi dos denominados jesuítas, em que assiste o bispo, a da Misericórdia, Santo Antonio, Rosário dos Pretos, e São Gonçalo dos Pardos, entre os quais tem alguns bem acabados e magníficos, e fora da cidade, em distância de 300 braças mais ou menos, está o recolhimento da Luz, onde vão os magnatas da cidade e o mais plebeu por passeio, divertir-se.</p>	<p>Está situada em lugar aprazível, e planície de hum moderado Outeiro, de onde se descobrem grandes varjas, e impinados Montes, que circundão o Oriente com tanta variedade, que deleitão os Sentidos. O Outeiro está cercado de Rios, que servem de Utilidade ao Povo, porque pela parte do Ponente nascem dous Ribeyros com pouca distancia entre sy, hum, que corre para o Sul chamado lavapes, e outro, que busca o Norte chamado, antigamente, Anhangarivaý, que quer dizer Agoa, onde o Diabo lavou a Cara, hoje vulgarmente Anhangaboý, os quais abração o dito Outeiro pelo pê, e entraõ no Ribeiro chamado Tamanduatíy, que quer dizer Agoa de Tamanduá, que ladeando o mesmo Outeiro, pela parte do Nascente, unido com os dous, entra no Tietê, ficando desta Sorte cercada de agoas, alem de hum lindo Xafaris, que tem hoje no meyo da Cidade, e no Pateo da Mizericordia: E parece que já a natureza fes este Sitio para huma populoza Cidade, e já murada sem dependencia do arteficio, porque o impinado do terreno, e talhado do monte formaõ a vista humas bem fabricadas trincheiras, servindo-lhes os rios de fosso. Ella se acha hoje com grande augmento de Habitadores, pois comprehende em Sy, com as Freguezias do seu dstricto, quaes são Santo Amaro, Cutia, Iuquery, e Conceição dos Guarulhos, o numero de 21: 737 almas: Está formozeada de aparatozos edificios, e de varios Templos, como são: a Sé Cathedral; Saõ Pedro; o Collegio dos extinctos, e proscriptos Iezuitas; Saõ Gonçallo Garcia, dos homens pardos; Santo Antoninho; o Rozario dos Pretos; duas Capellas de Nossa Senhora dos Remedios, e de Santa Efigenia, ambas tambem dos pretos; a Mizericordia; Os Conventos do Carmo; de Saõ Francisco; de Saõ Bento; e os Recolhimentos de Santa Thereza, e da Luz, e muitos delles ornados ricamente:</p>

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Há ainda casos de divisão de um parágrafo em dois ou mais:

A	F
<p>183. A ultima Villa, que, dizem, fundara Martim Affonso de Souza, he a de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaem; porem os seus alicerces foraõ abertos muitos annos depois de se auzentar para o Reino o primeiro Donatario de São Vicente. Elle sahio desta Capitania em 1533, e aos 22. de Abril de 1555. ainda naõ existia Povoação alguã no terreno,</p>	<p>196. A ultima Villa, que dizem fundara Martim Afonso de Souza, hé a de Itanheen; porem os seus alicerces foraõ abertos muitos annos depois de Se auzentar para o Reino o primeiro Donatario de São Vicente.</p> <p>197. Elle sahio desta Capitania em 1533, e aos 22 de Abril de 1555 ainda naõ existia Povoação alguma no terreno,</p>

B	F
<p>e Francisco de Brito de Menezes, desembargador de agravos da casa da supplicação. Por esta sentença se confirmou o dito Conde de Monsanto</p>	<p>e Francisco de Brito de Menezes, Dezembargador dos Agravos da Caza da Supplicação, sendo todos nomeados por El Rey para rezolverem esta Contenda sem Apelação nem Agravo.</p> <p>Por esta Sentença se confirmou o Conde de Monsanto</p>

C	F
<p>Com estes fomentos se foi gerando nos Paulistas huma desafeição aos Iezuitas, que em todo o tempo só cuidaraõ em ter o governo espirital, e temporal dos Indios do Estado do Brazil; por esta cauza foraõ expulsos de Sam Paulo, e Villa de Santos. O Archivo da Camara desta Cidade de Sam Paulo tem muita falta de livros, e se naõ achaõ os do tempo da expulção dos Padres Iezuitas, que executada na manhaã de hua sexta feira do dia 13 de Julho de 1640//: Esta certeza descobrimos em hum livrinho manuscripto da letra do Capitaõ Pedro de Moraes Madureira, que por Paulista de qualificada Nobreza,</p>	<p>185. Com estes fomentos se foi gerando nos Paulistas huma dezafeição aos Iezuitas, que em todo o tempo só cuidaraõ em ter o Governo expiritual, e temporal dos Indios do Estado do Brazil. Por esta cauza forão expulsos de São Paulo, e Villa de Santos.</p> <p>O Archivo da Camara desta Cidade de São Paulo tem muita falta de livros, pois se naõ achaõ os do tempo da expulção dos ditos Padres, que foi executada na manhã de huma Sexta feira do dia 13 de Julho de 1640.</p> <p>186. Esta certeza se descobriu em hum livrinho manuscripto de letra do Capitaõ Pedro de Moraes Madureira, que por Paulista de qualificada nobreza</p>

3.3. RESULTADOS

A *Memória Histórica* (testemunho F) possui uma extensão de cerca de 70.390 palavras, das quais 526 (0,7%) correspondem ao texto do frontispício e da introdução da obra; 38.157 (54,2%), ao testemunho A; 8.257 (11,7%), a B; 6.543 (9,3%) a C; 410 (0,6%) a D, e 107 (0,2%), a E, além de 16.390 palavras (23,3%) cuja fonte não foi identificada. No gráfico a seguir é possível observar que, juntos, os testemunhos A, B, C, D e E correspondem a 76% do conteúdo de F, um número bem expressivo de apropriação textual:

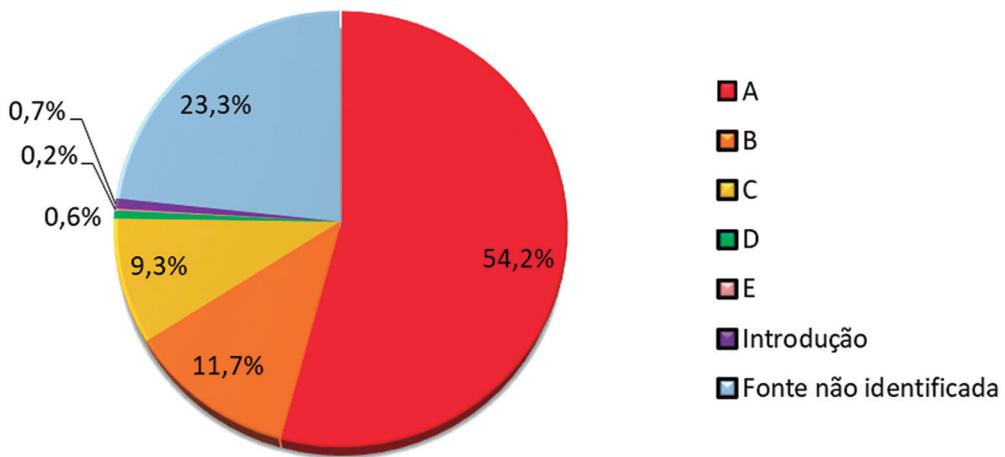


Gráfico 1. Incidência dos textos-fonte na *Memória Histórica*

Fonte: COSTA, Renata Ferreira.

Outros números significativos são os equivalentes ao testemunho A, que compõe um pouco mais da metade de F, e a porcentagem de texto cuja fonte não foi identificada (23,3% do total), na qual estão as adições de trechos e parágrafos, além da transcrição de documentos oficiais, como cartas, ofícios, alvarás e provisões. Não há como comprovar se essa parte do texto, no que concerne aos trechos e parágrafos, é de autoria de Manuel Cardoso de Abreu, mas é muito mais evidente que o frontispício, que contém o título, a dedicatória e o nome do autor, e a introdução, em que estão expostos o assunto e a justificativa da obra, são de seu engenho.

A partir da colação exhaustiva dos testemunhos foi possível levantar 2.677 variantes em um conjunto de aproximadamente 53.474 palavras, correspondentes à soma do total de A, B, C, D e E copiadas em F. Esse número de variantes representa não somente palavras, mas também sintagmas, frases, trechos e parágrafos de extensão variável, não sendo possível, dessa forma, comparar o número de variantes

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

à quantidade de texto copiado das fontes.

A análise das variantes partiu de sua classificação em seis categorias: adição, omissão, alteração de ordem e substituição, segundo a tipologia proposta por Blecua (1983), acrescida de reelaboração e paragrafação. Frente às categorias apresentadas, a substituição é a mais frequente, com 40,3%, seguida da omissão, com 33,5%, da adição, com 13,9%, da alteração de ordem e da paragrafação, que possuem o mesmo percentual de 4,4%, e da reelaboração, com o menor índice, de 3,5%, como demonstra o gráfico seguinte:

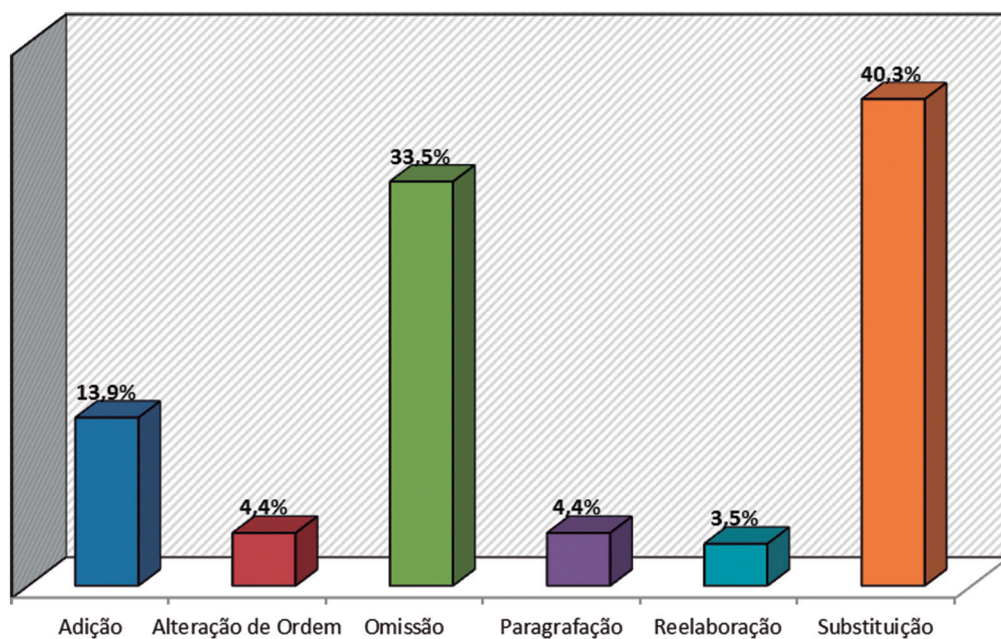


Gráfico 2. Frequência das variantes por categoria

Fonte: COSTA, Renata Ferreira Costa.

Esses dados revelam que as alterações mais frequentes introduzidas nas fontes são justamente as que poderiam ter maior impacto sobre o sentido do texto e o estilo do autor, porque interferem no plano do conteúdo e da expressão, mas a análise dos padrões identificados nestas categorias reflete resultados um pouco diferentes.

Dentre os três padrões de substituição identificados, as substituições mais frequentes, perfazendo um total de 37% das ocorrências de substituição, são aquelas em que os termos alterados possuem forte semelhança de sentido. Neste padrão estão os casos de substituição por sinônimos, entre morfemas flexionais, itens lexi-

cais com identidade referencial, termos de valor amplo e de valor específico ou entre aqueles que apontam para referências definidas e indefinidas.

Em relação aos casos de omissão, a segunda categoria mais frequente de variantes, os padrões com maior índice de incidência são as supressões que apontam para a redução de elementos e de conteúdo do texto-fonte e aquelas que envolvem palavras ou expressões determinativas, valorativas e explicativas, com 45% cada padrão, totalizando 90% das ocorrências.

As alterações menos frequentes, as reelaborações, com 3,5% do total de ocorrências, são as que contribuem de maneira mais incisiva para a modificação do sentido do texto, já que resultam de um processo muito mais trabalhoso do que as substituições e omissões, porque a interferência na substância do texto é muito maior.

Desta forma, verifica-se que a maior parte das alterações, que ocorrem por procedimentos de substituição e de omissão, nessa ordem, perfazendo 73,3% de todas as variantes levantadas, são procedimentos voluntários, uma vez que é evidente a intencionalidade em alterar as fontes, e incidem em partes do texto-fonte em que existem adjetivações, marcas de enunciação e detalhamento informativo e descritivo, de modo a alcançar um texto mais conciso, claro e objetivo. Desta forma, F se mantém muito pouco afastado de suas fontes e as intervenções modificam muito mais o estilo dos autores do que o sentido original dos textos.

Os resultados alcançados através da colação dos testemunhos apontam para uma identidade muito grande entre a *Memória Histórica* e suas fontes, quase linha a linha na maior parte do texto, o que se comprova com a quantidade de texto copiado (53.747 palavras) e a quantidade de variantes introduzidas nesse total (2.677), isto é, uma porcentagem de somente 4,98% de alterações. No entanto, há que se considerar que houve por parte de Manuel Cardoso de Abreu uma intenção de que a cópia não fosse simplesmente um decalque, mas de que todas as fontes utilizadas pudessem se conjugar em um só texto de forma coesa e coerente, com intervenções que não prejudicassem o conteúdo geral das obras, tampouco modificasse o seu sentido.

É interessante notar ainda que, embora existam referências a documentos oficiais e a textos de outros historiadores ou relatos orais, tais referências provêm dos textos de Frei Gaspar ou de Pedro Taques, não havendo, em momento algum, citação direta das fontes utilizadas. Além disso, observa-se o apagamento de marcas discursivas que remeteriam a Frei Gaspar, como é o caso de dados biográficos ou de palavras e expressões em 1ª pessoa, e até mesmo, em algum momento, a oculta-

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

ção do nome de Pedro Taques, quando, por exemplo, o frei beneditino, citando o historiador, escreve que “(...) Pedro Taques em varios lugares de seus preciosos, manuscritos (...)” e Manuel Cardoso prefere escrever que foi “(...) um certo anônimo de bom criterio (...)”.

Todas as considerações levantadas sobre a *Memória Histórica* até o momento poderiam direcionar um leitor ou crítico da atualidade ou mesmo do século XX a caracterizar esse texto como um plágio, tal como foi objeto de juízo crítico expedido pelos historiadores Capistrano de Abreu e Afonso D’Escagnolle Taunay. No entanto, para que uma discussão em torno do fato de Manuel Cardoso de Abreu ter sido um plagiário não seja anacrônica, é necessário trazer à tona outras questões importantes, a começar pela origem da acusação de plágio, a etimologia e o sentido dessa palavra ao longo do tempo, em especial no século XVIII, e as práticas de escrita à época.

CONCLUSÃO

A investigação e estabelecimento das fontes da *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* foi o ponto de partida para que se procedesse à análise dos procedimentos de alteração textual operados por Manuel Cardoso de Abreu na elaboração de sua obra. Essa pesquisa levou em consideração as informações contidas em diversos textos de Afonso Taunay, historiador que levantou a questão de sua autenticidade.

Em um primeiro momento, a colação revelou uma grande incidência das fontes, 76% do total, ou seja, muito mais do que a metade da obra. Esse valor poderia se tornar muito mais expressivo caso fosse identificada a procedência dos outros 23,3%, o que resultaria em uma obra com grau de originalidade de 0,7%, correspondente ao título, à dedicatória e à introdução. Essas são apenas conjecturas, uma vez que não foi possível comprovar se esses 24% são ou não originais de Manuel Cardoso de Abreu. De qualquer forma, não se pode negar que a *Memória Histórica* é fruto de uma apropriação textual, caracterizada como uma compilação de fontes ou retextualização, na medida em que Manuel Cardoso conjuga diversos fragmentos de obras de autores diferentes, inserindo alterações que procuram manter a coesão e a coerência textuais, ao mesmo tempo em que procura deixar marcas de seu próprio estilo ou se distanciar do estilo dos autores copiados.

Os dados indicam ainda que Manuel Cardoso recorreu a mais de uma fonte, mas que o texto mais aproveitado foi o das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, correspondendo a 54,2% do

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

total da obra. A partir desse texto-base, trechos e parágrafos dos outros textos foram sendo inseridos de modo coerente.

Em outro momento, verificou-se que a reprodução das fontes não foi *ipsis verbis*, porque houve uma série de alterações, que se manifestam através de padrões, como, por exemplo, a supressão e a adição de elementos linguísticos ou informações textuais, a reordenação da ordem de palavras e orações, a substituição de palavras ou construções gramaticais e o uso de sinônimos.

Dentre os seis padrões de variantes identificados, como são a adição, omissão, substituição, alteração de ordem, reelaboração e paragrafação, os com maior índice de frequência são a substituição (40,3%) e a omissão (33,5%), que, no *corpus*, interferem muito mais no estilo dos autores do que propriamente no sentido dos textos.

De modo geral, as alterações não são profundas e substanciais e atreladas a elas estão fatores que se prendem à busca de um texto mais claro, conciso e objetivo, numa linguagem mais simples, isento de adjetivações exacerbadas, considerações pessoais ou longas descrições. Essas características da *Memória Histórica* em relação às suas fontes permitem dizer que houve um processo muito trabalhoso de compilação e reestruturação textual, o qual só seria possível realizar por alguém com uma certa destreza na prática discursiva, o que é refutado pelas próprias palavras de Manuel Cardoso de Abreu, quando escreveu que possuía instrução limitada. Assim, há que se considerar ou uma falsa modéstica do oficial maior ou a hipótese de uma terceira mão.

Desta forma, os resultados gerais apontam mais semelhanças do que diferenças entre a *Memória Histórica* e suas fontes, o que permite retomar a questão da autoria dessa obra.

A partir de uma perspectiva histórica e interdisciplinar, pretendeu-se verificar a noção de plágio e suas imbricações no plano jurídico e crítico-literário. Para tanto, foi necessário acompanhar o percurso da imitação, como prática aceita e estimulada, ligada à arte de bem escrever, em direção à imitação servil, com caráter de desonestidade intelectual, chegando-se a uma breve explanação do confronto entre o método tradicional e o método crítico de escrever história, de modo a alcançar a melhor definição para a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*.

Uma vez que Manuel Cardoso de Abreu se aproveita dos textos dos historiadores Pedro Taques e Frei Gaspar na elaboração da *Memória Histórica*, sem citar as

fontes, numa apropriação que se mostra quase integral, com alterações que, dados os resultados da análise, revelam-se voluntárias, é aceitável que Capistrano de Abreu e, de modo mais incisivo, Afonso Taunay reputassem esse texto como um plágio, cujas características muito se assemelham aos procedimentos realizados, como, por exemplo, o disfarce, a ocultação do texto anterior e do seu autor e a assimilação dos elementos fundamentais da obra alheia, em forma e conteúdo. Entretanto, há que se considerar que, no século XVIII, contexto histórico em que ocorre essa apropriação, a noção de plágio não era jurídica, o que só veio a consolidar-se na primeira metade do século XIX.

Há que se considerar ainda que, durante o século XVIII, duas práticas de escrita da história concorriam entre os escritores, uma que vinha de longa data, baseada na autoridade dos historiadores da Antiguidade, no relato de testemunhas oculares e na ausência de citação dos autores consultados, e outra que havia nascido no final do século XVII, com a publicação da obra *De re diplomática*, de Jean Mabillon, fundamentada, essencialmente, na pesquisa de documentação autêntica presente em arquivos e na citação das fontes e referências bibliográficas. A historiografia que, ainda nos séculos XVIII e XIX, se apoiava no método tradicional, passou a ser desabonada, sendo, por isso, confundida com a prática de plágio, segundo Medeiros (2011, p. 127).

Assim, nesta obra, chega-se a conclusão de que a apropriação textual realizada por Manuel Cardoso de Abreu não pode ser considerada um plágio, mas uma retextualização a partir de textos alheios. Tal procedimento de escrita, normal à época, não tinha um caráter negativo, o que vai modificar-se nos séculos posteriores, quando os adeptos do método crítico irão estigmatizar as obras que se valiam dos métodos da historiografia clássica.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Academia de Ciências de Lisboa

Série Manuscrito Azul, número 1751

Memórias para a História da Capitania de São Vicente, de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Coleção Manuscritos do Brasil, número 48

Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo da Capitania de São Vicente em treze de julho de 1649, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Coleção Manuscritos do Brasil, número 48

Fundação da Capitania de S. Vicente, e acções de Martim Affonso de Souza no Brazil, de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Biblioteca Nacional de Portugal

COD. 630, entre os fólhos 138-139

Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Microfilme F. 22

Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Coleção Pombalina 643, entre os fólhos 340 e 347

Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus.

COD. 11107

- Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente.

Microfilme F.R.1284

Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente.

Arquivo do Estado de São Paulo

Códice E11571

Memória Histórica da Capitania de São Paulo e Todos os seus Memoráveis. Sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796, de Manuel Cardoso de Abreu.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Cota 01-02-16

Registros de Casamentos de Brancos e Livres (1782-1794) da Sé de São Paulo.

Cota 02-02-25

Registros de Óbitos (1802-1810) da Sé de São Paulo.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Cota I-30, 24, 1

História da Capitania de São Vicente, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Cota 09, 03, 008

Fundação da Capitania de São Vicente e açoes de Martim Affonso de Souza no Brazil, de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Cota MS-553 (19), doc. 164

Carta de Pedro Taques ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Cota DL 42. 17

Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Cota DL 50. 2

Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso, de Manuel Cardoso de Abreu.

Cota DL 50. 3

Divertimento Admirável: para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso, de Manuel Cardoso de Abreu.

Cota DL 975.10

Capitania de São Vicente Fundada por Martim Affonso de Souza em 1531 anos, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Cota DL 975.20

História da Capitania de São Vicente, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Lata 1, doc. 13, n. 6

Catálogo dos capitães mores, generais e Vice-Reis que governaram a Capitania do Rio de Janeiro, desde o ano de 1565 até o presente de 1799.

Lata 23, doc. 23

Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações.

FONTES IMPRESSAS

ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento Admirável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902, volume 6, p. 253-293.

[ABREU, Manuel Cardoso de.] Divertimento Admirável. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 77 (2ª parte), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 125-156.

ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento Admirável. In: **Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial (1751-1804)**. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 53-87 (Coleção Paulística, v. 1).

ALMEIDA, M. Lopes. **Uma Carta de Frei Gaspar da Madre de Deus**. Coimbra: Coimbra Editora, 1952.

ANAIS do Museu Paulista. Tomo 1. São Paulo: Diário Oficial, 1922.

ANAIS do Museu Paulista. Tomo X. São Paulo: Imprensa Oficial, 1941.

CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol. 9. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

CATÁLOGO dos preciosos manuscritos da biblioteca da casa dos Marquês de Castelo Melhor. Lisboa: Tipografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. vol. IV, São Paulo, Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Tomo 44, São Paulo, 1915.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. História da Capitania de São Vicente desde a sua Fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531. **Revista do Instituto Histórico e**

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1847, tomo IX, p. 137-178/293-328/445-476.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da Capitania de São Vicente.** São Paulo: Melhoramentos, [1928].

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da Capitania de São Vicente.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 25).

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Informação sobre as Minas de São Paulo e A Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo.** 2 ed. São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [1929].

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarchia Paulistana. Genealogia das Principais Famílias de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Garnier, 1870, tomo XXXIII, v. 41, 2ª parte, p. 27-185/249-335.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, tomo especial, v. 2.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica.** 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, tomo II, (Biblioteca Histórica Paulista IV).

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.** 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, tomo II, (Reconquista do Brasil, v. 6).

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Collegio de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1849, tomo 12, p. 5- 40.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil.** 1. ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1797.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje Província de São Paulo do Império do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Agostinho de Freitas Guimarães, 1847.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil.** 3. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil.** 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista III).

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil.**

5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 20).

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. (Edições do Senado Federal, v. 129).

REVISTA Brasileira de Filosofia, n. 85, Instituto Brasileiro de Filosofia, 1972.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 2, 1839.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 24, 1861.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 40, parte segunda, 1877.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 5, 1899-1900.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 9, 1904.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 16, 1911.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 20, 1915.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 36, 1939.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **O Sangue Itimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de um Símbolo Paulista: o Bandeirante**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, 242 f.

ALMEIDA, Palmira Moraes da Rocha de. **Dicionário de Autores no Brasil Colonial**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

AMARAL, Antonio Barreto do. **O Departamento do Arquivo do Estado e a sua História**. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974.

AMORA, António Soares; CAL, Ernesto Guerra da; COELHO, Jacinto do Prado. **Dicionário de Literatura**. vol. 1. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Publicações, 1969.

ANHEZINI, Karina. **Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 32, 2003, 21p.

_____. **Um Metódico à Brasileira: A Escrita da História de Afonso de Taunay**. Revista de História, n. 160, São Paulo, jun. 2009, p. 221-260.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **A Técnica do Livro Segundo São Jerônimo**. Trad. Cleone Augusto Rodrigues. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Autoral**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

- AVALLE, D'Arco Silvio. **Principi di Critica Testuale**. Padova: Antenore, 1972.
- BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Vols. 3 e 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>.
- BLECUA, Alberto. **Manual de Crítica Textual**. Madrid: Castalia, 1983.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 13 jun. 2011.
- BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. Ficciones. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998, Seção I, p. 3.
- BRUNN, Alain. **L'auteur**. Paris: Flammarion, 2001.
- BRUNO, Ernani Silva. **Introdução**. In: CLETO, Marcelino Pereira *et al.* **Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial: 1751-1804**. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977. (Coleção Paulística, v. 1).
- CABRAL, Plínio. **A Nova Lei de Direitos Autorais: Comentários**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 2003.
- CALDAS AULETE. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. vol. IV. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- CANDIDO, Antonio. **Noções de Análise Histórico-Literária**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- CASTRO, Ivo. **Editar Pessoa**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- CHRISTOFE, Lilian. Intertextualidade e Plágio: questões de linguagem e autoria. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1996. 192 f.
- CONTINUAÇÃO das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 24. Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luiz dos Santos, 1861, p. 539-616.
- COSTA, Renata Ferreira. **Edição Semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo**, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 558 f.

_____. **Memória Histórica da Capitania de São Paulo**: edição e estudo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

COTTA, André Guerra. **O Palimpsesto de Aristarco**: considerações sobre plágio, originalidade e informação na musicologia histórica brasileira. Disponível em: <www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/567/532>. Acesso em: 30 maio 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DAIN, Alfonse. **Les Manuscrits**. Paris: Les Belles-Lettres, 1949.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre o Comércio do Livro**. Prefácio de Roger Chartier. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. e D'ALEMBERT, Jean Le Rond. **Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers**. vol. 26. Genebra: Pellet, 1778. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=LkE_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:P2zHsbLWd1UC&hl=pt-BR&ei=H0r2TavTlljg0QHl8qnrDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=9&ved=\)CFkQ6AEwCDgK#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=LkE_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:P2zHsbLWd1UC&hl=pt-BR&ei=H0r2TavTlljg0QHl8qnrDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=9&ved=)CFkQ6AEwCDgK#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

EDELMAN, Bernard. **Le Sacre de l'auteur**. Paris: Seuil, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Laudelino. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. vol. IV. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre: Livraria José Olympio, 1954.

GAZETA de Lisboa, Lisboa, 14 nov. 1797.

GLOSSÁRIO de Crítica Textual. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Gregório de Matos, o Boca de Brasa** (Um Estudo de Plágio e Criação Intertextual). Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JORGE, Carlos Jorge Figueiredo. **A Problemática do Plágio como Questionamento da Transtextualidade**. Análise da relação literária de “O Crime do Padre Amaro” com “La Faute de l'Abbé Mouret”. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade de Évora, Évora, 1997, 474 f.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador, Bahia: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

KOCH, Ingedore Villaça. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, [1969] 1974.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Trad. Maria Julia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, Aureliano. **História da Civilização Paulista**. São Paulo: Martins, 1946.

MANSO, Eduardo J. Vieira. **O que é Direito Autoral**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 187).

MARAVALL, Jose Antonio. La Concepción del Saber en una Sociedad Tradicional. In: **Estudios de História del Pensamiento Español**. 3. ed. ampl. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1983, p. 201-254. (Serie primera – Edad Media).

MARTINS, Beatriz Cintra. *Autoria em Rede: um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação*. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 155 f.

MATÊNCIO, M.L.M. Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha. In: **Anais do III Congresso Internacional da Abralin**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Afonso de Taunay**: historiador de São Paulo e do Brasil – perfil biográfico e ensaio bibliográfico. São Paulo: Universidade de São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1977. (Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, vol. 1).

MAUREL-INDART, Hélène. **Du Plagiat**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 184 f.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro**. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MESGRAVIS, Laima. Afonso de Escragolle Taunay, o historiador de São Paulo. In: TAUNAY, Afonso de Escragolle. **São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI**: história da vila piratiningana. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 3-8.

MOISÉS, Massaud. Barroco (1601-1768). In: **História da Literatura Brasileira**. Volume 1. Das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 67-220.

MORAES SILVA, Antônio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. vol. II. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/532/mode/lup>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

MORAIS SILVA, Antônio. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. vol. VIII. 10. ed. rev., corr., aum. e atual. Lisboa: Confluência, 1955.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico Resumido**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

PAÇO, Antônio Jansen do. Parecer de Antônio Jansen do Paço ao Barão Homem de Melo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 64, parte 1. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1901, p. 1-3.

PARANHOS, Haroldo. **História do Romantismo no Brasil**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937.

PEIXOTO, Afrânio. **Panorama da Literatura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

PERISSÉ, Gabriel. **O Conceito de Plágio Criativo**. Disponível em: <<http://www.hotto-pos.com/videtur18/gabriel.htm>>. Acesso em: 30 set. 2007.

PICOSQUE, Tatiana Aparecida. **Da Poética Movente: uma prática quincentista em diálogo com Herberto Helder**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 235 f.

PINHEIRO, Pérciles da Silva. **Manifestações Literárias em São Paulo na Época Colonial**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1961.

PINTO, Júlio Pimentel. **Uma Memória do Mundo**. Ficção, memória e história em Jorge Luis Borges. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PIZA, Antonio de Toledo. Nota sobre Manoel Caetano (sic) de Abreu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. vol. VI (1900-1901). São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902, p. 291-293.

PORCHAT, Edith. **Informações Históricas sobre São Paulo no Século de sua Fundação**. São Paulo: Iluminuras, 1993.

RODRIGUES, José Honório (org.). Carta a J. N. **Pandiá Calógeras**. São Paulo, 25 de outubro de 1916. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. vol. I. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 400.

_____. **A Historiografia Paulista**. História da História do Brasil. Parte 1: Historiografia Colonial. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 129-157.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo 2: Formação e desenvolvimento autônomo da literatura nacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953.

RÜSEN, J. **Reconstrução do Passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. **A Fotografia e o Direito do Autor**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1990.

•• Apropriação de fontes textuais no Século XVIII

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de Palavras**: Ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Trad. Luiz Fernand P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SHAW, Harry. **Dicionário de Termos Literários**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

SILVA, Bárbara Cristina de C. M. da. **Estudo das Variantes Autorais de um Poema de Luz Obliqua, de Ildásio Tavares, numa Abordagem Linguístico-Discursiva**. Anais do XIII CNLF. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2009, p. 1855-1866.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? (2006)**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf> Acesso em: 25 ago. 2010.

SOUZA, Luana Batista de. Frequência das Variantes do Romance O Seminarista, de Bernardo Guimarães. **Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, vol. XV, N. 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2011, p. 588-601.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da Crítica Textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **A Crítica de Fontes**. Da Idade Média e de Outras Idades. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1955, p. 7-25.

_____. **Introdução à Edótica**: Crítica Textual. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

STOCKLER, Francisco de Borja Garção. **Parecer sobre a obra de Frei Gaspar**. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. vol. IV. São Paulo: Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, p. 25-26.

TAUNAY, Affonso de E. **Pedro Taques e seu tempo**: Estudo de uma personalidade e de uma época. Anais do Museu Paulista. Tomo 1. São Paulo: Diário Oficial, 1922, p. 1-286.

_____. **Pedro Taques e seu Tempo**: Estudo de uma personalidade e de uma época. Separata dos Anais do Museu Paulista. Tomo 1. São Paulo: Diário Oficial, 1923.

_____. **Non Ducor, Duco**: Notícias de São Paulo, 1565-1820. São Paulo: Tipografia Ideal, 1924.

_____. **Escritores Coloniais**. **Anais do Museu Paulista**. Tomo 2. São Paulo: Diário Oficial, 1925, p. 117-243.

_____. Estudo sobre a obra de Pedro Taques. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Informação sobre as minas de São Paulo e A expulsão dos jesuítas do collegio de São Paulo**. São Paulo; Rio de Janeiro: Melhoramentos, [1929].

_____. Ensaio da História Paulistana. **Anais do Museu Paulista**. Tomo X. São Paulo: Imprensa Oficial, 1941, p. 85-108.

_____. **Amador Bueno e outros ensaios**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

_____. Navegando para Cuiabá. **Revista da Academia Paulista de Letras**. vol. 26, São Paulo, 12 de junho de 1944.

_____. **História da Cidade de São Paulo no século XVIII**. vol.II (1765-1801). São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951.

_____. **Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800)** – Súmula Biográfica. In: MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo. Introdução de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

_____. Prefácio. In: AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins, 1954a.

_____. Prefácio. O Historiador das Bandeiras: Pedro Taques e sua Obra. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. Tomo I. 3. ed. São Paulo: Martins, 1954b, p. 11-69.

_____. **O Historiador das Bandeiras: Pedro Taques e a sua obra**. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica. Tomo I. 5. ed. Biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Affonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

TOLEDO, Alfredo de. Um problema bibliográfico. **Diário Popular**. São Paulo, 25 de maio de 1916.

VIDOTTE, Adriana. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 26, n. 43, jun. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50104-87752010000100001&lng=en&nrn=iso>. Acesso em: 22 nov. 2010.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz**. A “Literatura” Medieval. Trad. Amalio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

